

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

ANO I

Nº 5

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRAZIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETARIO : Elisio de Campos — EDITOR : Pedro Bordallo Pinheiro

N.º 5

15 de Março de 1916

SUMARIO

<i>João de Deus</i>	Guerra Junqueiro
<i>Convenção literaria entre Portugal e Brazil</i>	Mattos Cid
<i>O Carnaval no Rio</i>	Celso Vieira
<i>Crepusculo na Matta</i>	Olavo Bilac
<i>Caminho da Raça</i>	Augusto Casimiro
<i>Corações de Mulher</i>	Garcia Redondo
<i>O custo da Guerra nos paizes beligerantes</i>	Campos Pereira
<i>A função Social do Poeta</i>	Jonatas Serrano
<i>O Poema do Instinto (Os Profetas)</i>	Severiano de Rezende
<i>A Fabula do Homem</i>	João de Deus Ramos
<i>A Favor da Morte</i>	Leonardo Coimbra
<i>O Povo São</i>	Antero de Figueiredo
<i>Innocencia</i>	(Rodrigues Barbosa Roberto Gomes)

REVISTA DO MEZ

<i>O mez litterario</i>	J. Manso
<i>Chronica musical</i>	Humberto d'Avellar
<i>Os Theatros em Lisboa</i>	Avelino d'Almeida
<i>Notas do tempo e fóra do tempo</i>	Joaquim Manso
<i>Banquete de homenagem a Olavo Bilac</i>	Redacção
<i>Relatorio do Vice-Consul Portuguez em S. Paulo</i>	Vieira de Mello

NOTICIAS & COMENTARIOS

Reproduções de Sanches Coelho, Pinto do Couto e Costa Motta.
Desenhos de João de Deus e Manoel Gustavo Bordallo Pinheiro.

CONDIÇÕES DE ASSIGNATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLONIAS

Um anno (12 numeros)	2\$80
Seis mezes	1\$50

PAIZES DA UNIÃO POSTAL

Um anno (12 numeros)	Frs. 15
----------------------------	---------

Numero avulso em Portugal \$25

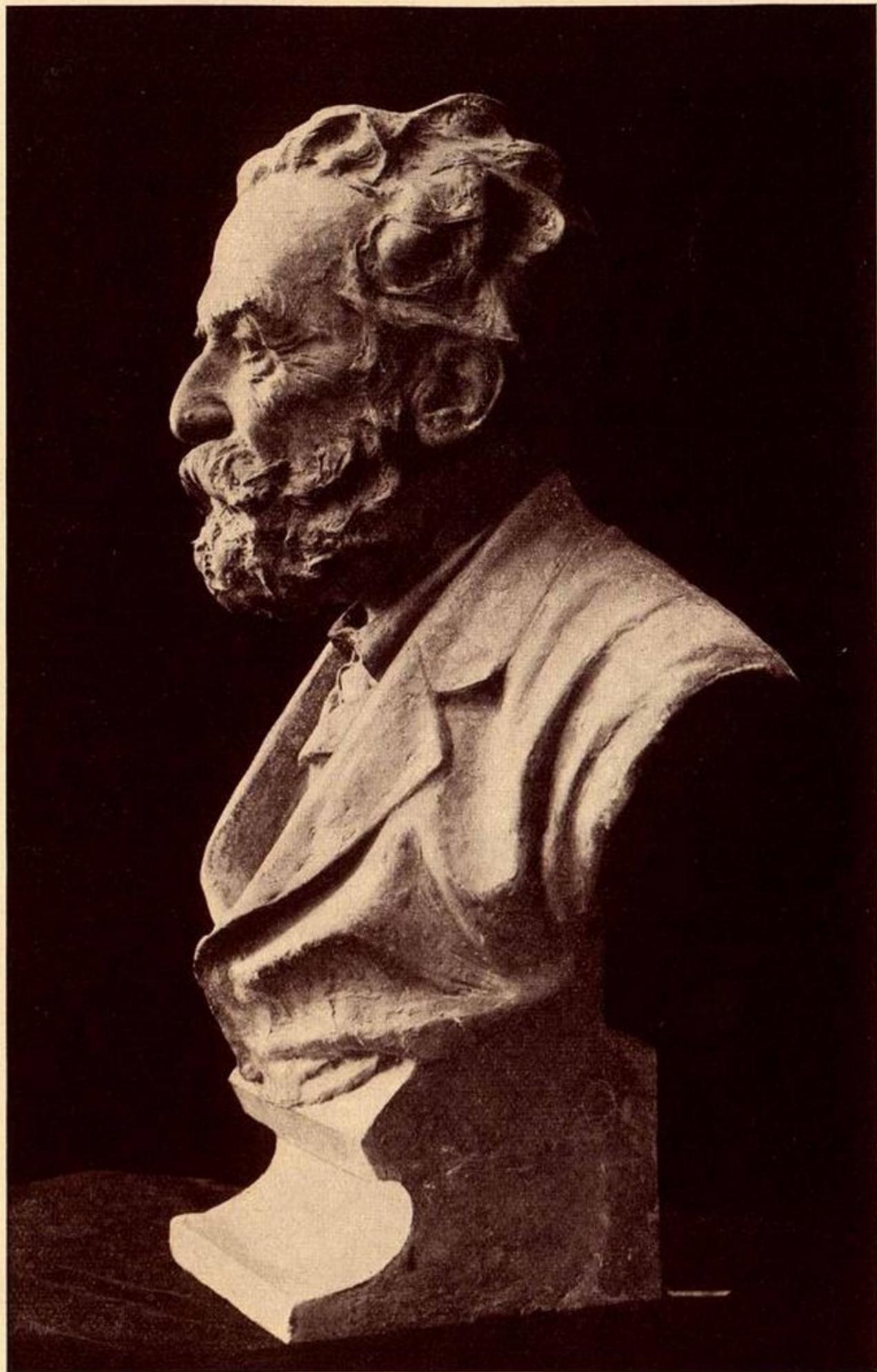
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 — LISBOA

ATLANTIDA

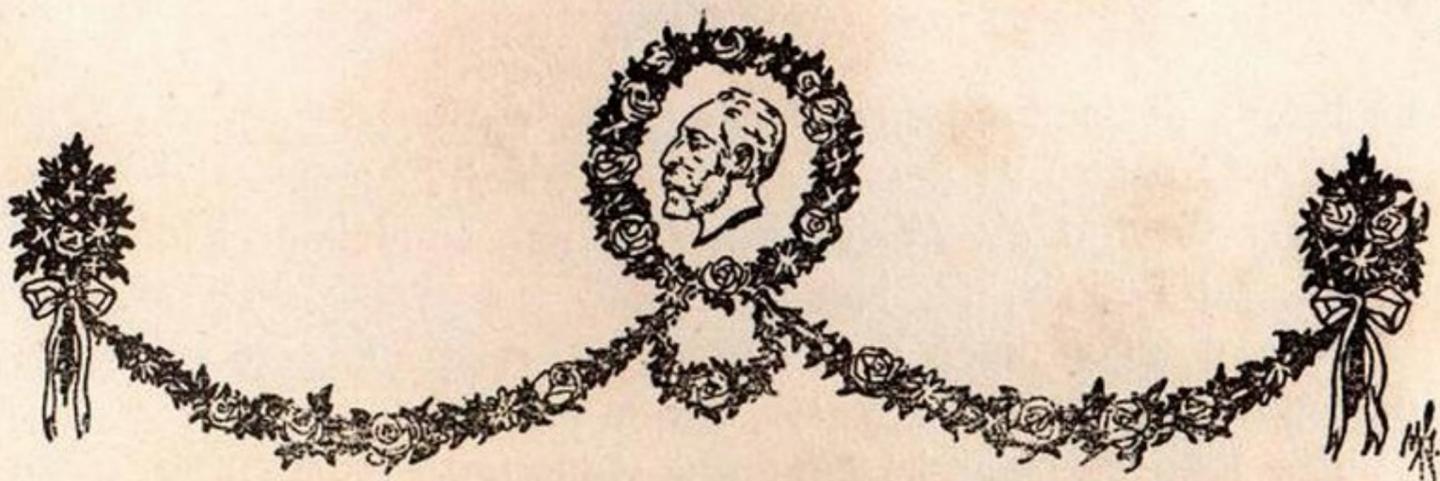
MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL

R. 111



JOÃO DE DEUS — escultura de COSTA MOTTA



João de Deus

(BIOGRAFIA ESPIRITUAL)

A *Atlantida* quiz associar-se á homenagem que todo o Portugal culto prestará ainda este mez, pela inauguração do museu João de Deus, á memoria do grande lírico, pedindo a Guerra Junqueiro algumas palavras de comemoração. O poeta admiravel acedeu logo ao nosso pedido. Na maravilhosa síntese que vai ler-se, Junqueiro define inteiramente o génio e a obra extraordinarios de João de Deus, que ele tanto conheceu e amou.

A arte, quando grande, é religiosa e panteista. Sente infinito, sugere infinito. Universalisa individuaes, evapora numeros, eternisa momentos. Chega á unidade, toca na essencia. Eucaristia sublime, misterio esplendido, inefavel! Deus a cantar no som, a brilhar na côr, a desenhar-se nas formas! Sim! a arte é Divindade, encarnando em musica.

João de Deus immortalizou-se, porque nas horas puras e sagradas viveu a vida infinitamente e divinamente, traduzindo-a em canticos celestes, em melodias magicas de luz.

Diante d'ele o universo maravilhoso, criado por Deus, move-se em Deus, mas a expressão suprema do Divino radia



(Desenho de João de Deus)

na belesa deslumbradora e fecundante, na graça da amante, na mulher. O centro do mundo de Deus é o beijo d'amor, divinizado. Mas no *Campo de Flores* a mulher não se chama Heloisa, ou Laura, ou Beatriz, ou Natércia. Não é a paixão singular e soberana, o amor unico á mulher unica, rasgando com um sulco de fogo, da mocidade á morte, a vida inteira.

Em João de Deus ha um arabe voluptuoso, pela carne, e um cristão sem mancha, pelo espirito. Toda a mulher formosa lhe leva beijos e canções.

Mas a poligamia da volupia, continuamente idealizada e sublimada, unifica-se e resolve-se, ao cabo, n'uma só imagem espiritual.

A mistica amorosa de João de Deus tem graus ascendentes de elevação e perfeição.

Primeiro grau: Vê a mulher, é bella, deseja-a. Deseja-a com lascivia, mas sem brutalidade, sem violencia. Um galanteio espontaneo e perpetuo, um madrigal contínuo, gracioso e mimoso, florido e ridente. Coisas lindas, mas tudo mediocre, passageiro. Arte efemera. Anedoctas.

Segundo grau: O desejo voluptuoso purifica-se, espiritualisa, idealisa-se, e o fremito biologico termina em extase, no ceu. A canção evola-se em oração, e a alma liberta, na aza do amor, ergue-se a Deus, perde-se em Deus.

Terceiro grau: A mulher ideal, cada vez mais bela, mais radiante, mais pura, mais divina, santifica-se. Ainda corporea, o desejo sonha-a... sonha-a, de leve... mas não lhe toca. Quem hade ousar?!... Jamais! Inviolavel! E' flor sagrada, lirio do Eden! Mulher-estrela, mulher-anjo, como? Adorando-a. Possui-la, quando? Na eternidade, em Deus, na Gloria, vencendo a dor, vencendo a morte. O beijo de nupcias é o beijo infinito, o beijo de duas almas para sempre!

Quarto grau: A mulher-alma desencorpora-se, divinisa-se, deifica-se. E' graça, piedade, dor, amor, misericordia, a Virgem das virgens, a Mãe de Christo, a Mãe de Deus! E' Deus em mulher, é Deus no feminino.

Quinto e ultimo grau: O poeta religioso, liberto do mundo, uniu-se a Deus. União verdadeira, fusão suprema? Não. Só chegam a Deus os que levam no coração, como um filho gemendo, o universo inteiro. Os que transportam no seu amor, banhando-a de lagrimas, a dor infinita da natureza. Na obra do poeta ha ainda

um vasio, uma lacuna. Falta-lhe o berço. E então o santo inclina-se para a natureza, ergue nos braços a humanidade, agasalha no peito a infancia humana, e cantando e chorando e rezando, lá vae com ela para Deus. E, quando o amor eterno vencer a dor eterna, existirá em Deus eternamente. Bemdito seja!

GUERRA JUNQUEIRO.

Convenção Literaria com o Brasil

Se bem que a tendencia da moderna legislação civil de muitos pòvos cultos se mantenha ainda na phase de considerar a propriedade artistica e literaria como *propriedade incompleta*, o que é indubitavel é que o progresso realizado quanto á protecção do direito dos auctores de quaesquer obras de arte e de quaesquer produções literarias tem sido nos ultimos tempos verdadeiramente notavel. A evolução que se tem efectuado depois de 1793 — anno em que em França appareceu a primeira lei sobre propriedade literaria — é importantissima e de maneira a denunciar bem claramente o interesse que este ramo do direito positivo tem merecido aos tratadistas e aos legisladores.

Não entra, bem entendido, nos estreitos limites d'um artigo de revista, e, muito principalmente, d'uma revista como aquella que João de Barros e João do Rio, dois autenticos homens de letras, acabam de lançar com tanto successo nos mercados literarios de Portugal e do Brasil, o fazer a resenha detalhada de esse *movimento de protecção* a uma das mais importantes fontes da riqueza e do progresso d'uma nacionalidade.

Esse trabalho de historia da legislação dos diversos pòvos, quer europeus quer americanos, interessante com certeza por mais d'um titulo, não a tentaremos mesmo esboçar: seria trabalho muito superior ás forças de quem, escrevendo estas linhas, apenas procura interessar os escriptores e artistas portuguezes e brasileiros n'um movimento de solidariedade que lhe permitisse, quando efectuado sobre certas e determinadas bases, uma melhor e mais eficaz defesa dos seus legitimos direitos.

Ha muito que a necessidade d'uma convenção literaria entre os dois povos irmãos se vem impondo á consideração de todos aquelles que se interessam pelo progresso intellectual e artistico das duas grandes nacionalidades que o Atlantico separa.

O assumpto tem sido estudado mais d'uma vez e varias tentativas mesmo, se não estamos em erro e não fomos mal informados, se teem procurado levar por deante. Infelizmente nada se tem conseguido continuando ainda de pé a *Declaração* de 9 de Setembro de 1889, que, vigorando desde 1 de novembro do mesmo anno, de maneira alguma se póde reputar um instrumento de verdadeira protecção, dado os termos vagos e imprecisos em que se encontra redigida.

Esta *Declaração* limita-se a consignar o principio de *reciprocidade*, mas deixa inteiramente dependente do emprego de regras e formulas do processo sempre demoradas e dispendiosas os direitos dos lesados. Ainda se o Brasil tivesse adherido á Convenção de Berne de 1886 e á qual Portugal já adheriu, as coisas poderiam atenuar-se sensivelmente. Mas a poderosa republica sul-americana ainda não adheriu a esta importantissima obra de protecção literaria e artistica, como não sancionou nunca o tratado de 11 de Janeiro de 1889 — um dos oito elaborados pelo Congresso de Direito Internacional Privado reunido em Montevideo. Mas estas circumstancias e ainda o facto bem recente do Congresso Brasileiro não ter concedido aprovação á Convenção Literaria com a França negociada em 1913, não devem ser obstaculo á realisação d'um acordo que, alterando profundamente a já referida *Declaração* de 1889, fixe em novas e mais desenvolvidas bases o direito dos auctores de obras literarias e artisticas das duas republicas em que ella ainda se poderá aplicar, embora sem apreciavel vantagem para os prejudicados — forçoso se torna reconhecê-lo.

* * *

Tem actualmente o Brasil — e para não falar senão dos seus homens de letras e dos seus tratadistas de direito — uma pleiade brilhantissima de escriptores.

E se é vasta a obra dos seus poetas e dos seus prosadores, não é com certesa menos valiosa a obra dos seus jurisconsultos e dos seus estadistas.

Ruy Barbosa foi nas Conferencias da Haia uma figura de in-

questionavel destaque e o Barão do Rio Branco foi na diplomacia americana uma individualidade de alto relevo. A jurisprudencia, nos seus diversos ramos, é modernamente cultivada na grande republica da America do Sul por publicistas do mais subido valor. Não conhecemos ainda o texto completo do novo Codigo Civil obra que já vimos considerar como notavel por mais d'um titulo; mas um paiz que possue jurisconsultos e professores da força do Conde Afonso Celso e do dr. Clovis Bevilacqua — para não falar senão d'estes dois illustres brasileiros—, com certeza ha de reconhecer que os direitos dos auctores portuguezes no Brasil e dos auctores brasileiros em Portugal não podem permanecer por mais tempo na situação precaria em que elles actualmente se encontram. Esse novo Codigo Civil ficará com certeza na legislação do moderno Brasil como um monumento demonstrativo do valor dos seus tratadistas do direito privado, mas o que elle talvez não encerre são disposições taes que dispensem a convenção litteraria que de ha muito vem sendo preconizada entre os dois povos irmãos. Essa convenção, tendo um caracter por assim dizer mais *particularista*, prestando-se a que n'ella sejam consignadas regras e disposições que não podem ser inseridas n'uma codificação de leis, dado o valor e o significado modernamente attribuido a esta expressão bem simples — um codigo civil — reputamol-a absolutamente indispensavel. Em nosso entender não podem considerar-se meios eficazes de protecção do direito de propriedade artistica e litteraria, nem as disposições dos artigos 570 e seguintes do nosso Codigo de 1867, nem o preceito consignado no artigo 72 da Constituição Federal nem mesmo as cominações do Codigo Penal Brasileiro e da Lei de 1 de Agosto de 1898. Urge estabelecer em novas bases o direito concernente á propriedade litteraria. Quaes deverão, porém, ellas ser? Que principios fundamentaes se deverão consignar? Que meios praticos se deverão adoptar?

Eis um assumpto da mais subida importancia e a que não queremos deixar de fazer uma ligeira referencia, se bem que reconheçamos a dificuldade da materia e falta de competencia de que somos dotados. Mas de maneira alguma nos julgamos dispensados n'esta ocasião de alguma coisa dizer sobre o assumpto: não para que as ideias que preconizamos sejam adoptadas, mas apenas como proposito de chamar sobre este capitulo interessantissimo das relações luso-brasileiras, as atenções de todos aquel-

les que, reconhecendo a importancia que na vida das modernas sociedades têm o trabalho do escriptor e do artista debaixo do ponto de vista economico ou material, se julguem com as habilitações necessarias para remodelarem por completo, — harmonisando-a com os legitimos direitos de todos os interessados, a *Declaração* de 1889, assignada no Rio de Janeiro em 9 de setembro do mesmo anno e que por ainda não ter sido denunciada, é um diploma que se deve reputar ainda em vigor embora a sua utilidade seja muito discutivel.

*
* *
*

A' semelhança do que se encontra estabelecido em alguns dos diplomas de caracter internacional da natureza d'aquelle cuja adopção urgente preconisamos como devendo representar, n'um futuro mais ou menos proximo, um poderoso elemento de aproximação entre as duas republicas irmans, parece-nos que o *princípio de reciprocidade*, já estabelecido na *Declaração* de 1889 a que fizemos referencia, deverá ser consignado em primeiro logar na futura Convenção a negociar entre Portugal e o Brasil. E assim a base ou clausula primeira poderia, em nosso entender, redigir-se da seguinte maneira :

— Os auctores e editores de quaesquer obras scientificas, literarias e artisticas ou os seus legitimos representantes, que justifiquem devidamente o seu direito de propriedade ou reprodução, quer total quer parcial em um dos dois paizes contratantes, gosarão de todos os direitos estabelecidos ou a estabelecer no outro e poderão exercel-os pela mesma maneira e nos mesmos termos que os respectivos nacionaes.

Em diversos paragraphos deverá ser fixado o praso de tempo porque o direito a que aludimos é protegido bem como o que deverá entender-se por a expressão — obra *scientificas, literaria e artistica*. Este assumpto tem em nosso entender uma capital importancia e deve ser tão explicitamente tratado quanto isso se torne possivel. Referencia especial merecerá tambem o trabalho dos traductores.

Uma outra medida de defesa se impõe ainda em nosso entender ; em poucas palavras a mencionaremos, dispensando-nos de lhe fazer os devidos comentarios,

Deverão ser prohibidas, em cada um dos dois paizes contractantes, a impressão, publicação, venda, a exposi-

ção e a importação ou exportação de quaesquer obras a que se refere a clausula anterior, sem o consentimento do seu auctor ou da pessoa que legalmente o represente, abrangendo-se tambem n'esta prohibição a representação de quaesquer peças teatraes e a audição ou execução de quaesquer composições musicaes.

D'esta maneira os direitos dos escriptores e artistas dos dois paizes ficarão devidamente assegurados. E — caso á expressão: obra literaria, scientifica e artistica, se não queira dar a extensão que ella legitimamente comporta, parece-nos que os direitos dos auctores de quaesquer artigos, cronicas, folhetins, etc., inseridos em jornaes e revistas, dos compositores musicaes e dos *libretistas* devem tambem ser devidamente salvaguardados ou protegidos quanto ás transcripções, adaptações, imitações ou *areglos* que dos seus trabalhos se fizerem. Nada mais justo e nada mais natural. Não queremos, contudo, concluir que se prohibam em absoluto as transcripções: a indicção do nome do auctor e da obra d'onde ellas foram feitas e a sua restricção quanto aos trabalhos que revistam um character acentuadamente doutrinario ou didatico impõe-se como uma necessidade.

De contrario o abuso poderia ir muito longe com manifesto prejuizo dos direitos dos individuos directamente interessados.

Uma clausula que reputamos da mais subida importancia é aquella que diga respeito á sanção a estabelecer quanto ás transgressões cometidas em prejuizo dos auctores, editores e representantes d'uns e d'outros que sejam protegidos pelo diploma de que nos temos vindo ocupando. Este assumpto reputamol-o do mais alto interesse porque dos meios a empregar para assegurar rapida, economica e eficazmente os direitos que a Convenção se propõe defender, dependerá, em grande parte, o valor e a utilidade da mesma Convenção.

Esta nova base poderia, talvez, consignar em termos muito claros:

— Que nos casos de contravenção ás clausulas do presente instrumento contractual os tribunaes dos dois paizes applicarão aos transgressores as penalidades consignadas na respectiva legislação penal, podendo previamente os interessados requerer ou reclamar de qualquer auctoridade judicial, administrativa ou policial, o emprego de meios adequados — permitidos pelas lei e regulamentos em vigor, — de forma a poderem ser apreendidos os exemplares que representarem a transgressão

ou a execução e representação da obra dramatica ou musical que se quer fazer executar.

N'um paragrapho a esta base deverá ficar expresso o compromisso de que diplomas de character especial se deverão publicar n'um e n'outro dos dois paizes para que esta faculdade protetora ou de defeza possa ser devidamente executada sem desnecessarias violencias, sem atropelo dos direitos de cada um, sem vexames sempre reprehensiveis e inconvenientes e com toda a rapidez. O processo a empregar deve ser sumario e permitir a todos a mais ampla defesa dos seus interesses, com economia de tempo e de dinheiro, condições indispensaveis em toda a legislação procesual.

Finalmente a duração do Convenio deve fazer objecto de uma outra base, que poderá ser a ultima.

Não tivemos ao escrever estas linhas, o intuito — que seria eminentemente ridiculo — de apresentar, sobre o interessante assumpto que foi objecto d'este insignificantissimo esboço, um trabalho que podesse servir de indicador áqueles que tiverem o honroso encargo de redigir o futuro tratado literario entre Portugal e o Brasil. As notas que muito ao correr da pena aqui deixamos escriptas nunca poderiam, mesmo, representar uma contribuição para uma obra a realizar: nunca poderíamos mesmo ter intuitos ou propositos tão elevados. Escrevendo-as, porem, quize-mos apenas chamar mais uma vez para o assumpto as atenções dos mais competentes, porquanto entendemos que bem merecem a protecção dos governos e dos parlamentos, todos aqueles que, mercê do trabalho mais ou menos esclarecido mas sempre honesto da sua intelligencia, são actualmente e hão-de ser de futuro os grandes e denodados obreiros da obra da civilisação e do progresso já realisada e a realizar nas duas novas democracias latinas: a brasileira e a portugueza.

Lisboa, Janeiro de 1916.

MATOS CID,
Advogado e Deputado da Nação.

O Carnaval do Rio

Uma esteira de *confetti*, reluzindo ao sol deste amanhecer, põe o seu brilho fulvo, e roseo, e jalde sobre os passeios ainda ermos da Avenida, e assim a loucura nocturna da vespera faz um vago tapete de poeira multicolor aos pinchos da Folia, que ahi vem retininte de guizos, semi-núa, hilariante sob a mascara, por entre o vozear e o tropear da multidão. É o rastro que o vento desmancha e o tempo reconstitue — serpenteante, movediço, impagavel rastro do Carnaval, derradeiro vestigio de alegria da cidade pagã, cujo espirito incendeia e embriaga a cidade moderna.

No intervallo das guerras punicas, enquanto os saggitarios pousavam o arco e os fundibularios a funda por um instante, Roma sensual e desenfreada appetecia, mais vorazmente do que nunca, as festas populares, que eram a divina caricia e a perfeita coroação para a sua animalidade sequiosa de vinho e de amôr. Desejando captar ou reter o voto da *urbs magna*, os edis argutos e prodigos esvasiavam a bolsa recheada de sestercios, instituiam sempre novas tentações eleitoraes — os jogos da plebe, os de Apollo, os de Flora, as tremendas festas da mãe dos deuses. Essas e outras, lupercaes, bacchanaes, saturnaes — logravam escapar aos seculos de christianismo da Edade Media, illudindo a principio o olhar vigilante do sacerdocio, amalgamando-se mais tarde no Carnaval, que, após muito cabriolar e castanhar atravez dos paizes banhados pelo Mediterraneo, varou a peninsula iberica, fez a travessia do Atlantico, e hoje reina pomposamente sobre os nossos costumes.

O Carnaval não é só uma festa na vida carioca, mas um estado d'alma colectivo, uma paixão de toda a cidade, e paixão allucinadora, esbraseante e exclusivista, creando nas ruas e nos lares tres partidos que, á maneira dos outros, se desafiam e se ultrajam no embate das suas cores — vermelho e negro, branco e negro, branco e vermelho — conforme o pendor de cada qual para os Tenentes do Diabo, para os Democraticos ou para os Fenianos, grandes clubs tradicionaes e opulentos. Esses partidos de troça, na realidade, vibram com exaltação, pugnam com intrepidez, que os demais não egualam na febre dos comicios ou á bocca das urnas. Fôra bastante, aliás, uma particularidade sexual: o mulhero incorpora-se ás hostes, quando não as impelle, de sorte que o temperamento da mulher, com todo o seu impressionismo, todo o seu impulsivismo, communica aos debates e á propaganda o calôr, o fumo, a expansão rugidora e chammejante de um incendio. Giram os debates, ou melhor, crepitam as discussões em torno da primazia que se ha de conferir no triduo carnavalesco, mercê de aclamação popular, ao mais sumptuoso e original dos prestitos, dentre os organisados pelos tres grandes clubs. São allegorias monumentaes, criticas surprehendentes, maravilhas de scenographia ambulante, com que os Fenianos, os Tenentes e os Democraticos, se os negocios prosperam no correr do ano, dissipam algumas centenas de contos de réis. As denominações picarescas de *baetas*, *gatos*, *carapicús*, pelas quaes se reconhecem amigos e adversarios entre os carnavalescos, exasperam ainda mais a rivalidade nessas almas delirantes.

Abaixo das sociedades luxuosas, desenrolam-se os cordões innumeros, desde a *Flôr do Abacate* ao *Ameno Resedá*, gremios da ralé que moureja e folga nos bairros miseraveis ou nos suburbios longinquos. E, ao vir da segunda quinzena de novembro, já os ensaios atrôam certos logares da cidade: foliões rufam os bombos á porta dos clubs, sopram á janella os clarins das *lides carnavalescas*, atrahindo a turba ao maxixe; barulhentos grupos de noctivagos circulam, a esmo, com as suas danças, os seu cantos, os seus trapos de mascarada impaciente; annunciam-se batalhas de *confetti*, improvisam-se bailes á phantasia, ha serenatas em que se dedilha a guitarra peninsular na magnificencia dos luares tropicaes, sob os auspicios de Momo... Primeiro, diffusa e queixosa espalha-se nos ares a melopéa africana, subindo lentamente, a horas mortas, de alfurjas e quintalejos, onde sapa-

teiam latagões tisonados, ageis como simios, ao repenicar das violas e ao tanger dos velhos adufes; logo, na vibração de um alarme que se propaga e não cessa, todas as noites, a estridencia dos clarins e o rufar das caixas antecipam o *Zé Pereira*; agita-se depois a classe media em salões onde ha esguichos de lança-perfume, desde Botafogo á Tijuca; a seguir, transborda o entusiasmo carnavalesco para os jardins publicos e as avenidas; cortejos floridos passam triumphaes, lançando já serpentinas e *puffs*, sob a incandescencia esverdeada e rubra dos fogos de Bengala; e ao cabo d'esses festejos preliminares, d'essa expectativa anciosa e vibrante, que em preparativos, cerimoniaes, vigílias de mascarada, se prolonga por doze a quinze semanas, irrompe finalmente o Carnaval, entre gargalhadas, ovações e apupos. Reina com elle a turba indifferente ao bem e ao mal, no conceito de Cherbuliez; predestinada ao crime, no dizer de Sighele. A sua paixão é ululante; o seu aspecto é monstruoso, os seus movimentos são brutaes ou desconnexos; a sua linguagem é aspera e chocarreira, mas nunca se lhe converte em fereza a alegria explosiva. E eis um traço da nossa indole sociavel, benigna, docil: n'esta cidade enorme de um milhão de habitantes, delirando em pleno Carnaval, não ha tumultos, rixas, deslocações de panico, desvairamentos de animalidade, uma nodoa de sangue avermelhando-lhe a roupagem phantasiosa e de seda...

*
* *
*

Dentre as ondulosas pregas dos estandartes resahe a folia carnavalesca, desonnovela-se toda em clubs e cordões, serpeia agora por toda a *urbs*, de extremo a extremo, revestindo a sua escama de europeis e lantejoulas, meneando a sua cauda roçagante de fitas, cascavelante de pandeiretas.

Usos e formas visionam instantaneamente a alma das cidades, gentil ou heroica, tradicionalista ou aventureira, sceptica ou religiosa. E a alma que transluz nesses vetustos corpos de ferro e de pedra, remordidos pelo tempo, mosqueados pela idade, nem sempre se extingue com elles: hyberna ou transmiga para afinal renascer e revestir, diferenciada, atravez de novas encarnações.

Da mesma sorte que a vida humana concentra mil possibilidades e tendencias, representativas de tantas outras já extinctas,

mercê da herança physiologica, assim a *urbs* contemporanea reproduz e resume na sua physionomia os traços mais accentuados de outras imagens, nos seus actos e gestos os caracteres mais poderosos de outras existencias. São parcellas indestructiveis da alma babilonica, egypcia, atheniense ou romana, que se misturam á alma complexa de Londres, de Paris, do Rio, e modelam por vezes a essas creaturas assombrosas a lei do seu esparso viver e a sua propria mascara de pedra em algumas feições archaicas; são almas penadas de cidades mortas, que enfim se corporificaram de novo, esplendidamente, para cingir entre as demais um estemma ou altear nas trevas um pharol.

Sob os fogos de Bengala da terça-feira gorda, á passagem dos clubs pela Avenida Central, vê-se desnuda, incendiada em apothese, a alma pagã do Rio — e é a mesma das velhas cidades latinas, semidecadentes, onde a alegria, em vez de pairar como as aguias ao sol nos triumphos imperiaes, gargalhava ebria e dissoluta na effervescencia do vinho, ao clarão dos fachos arrebatados por mãos impuras e violentas.

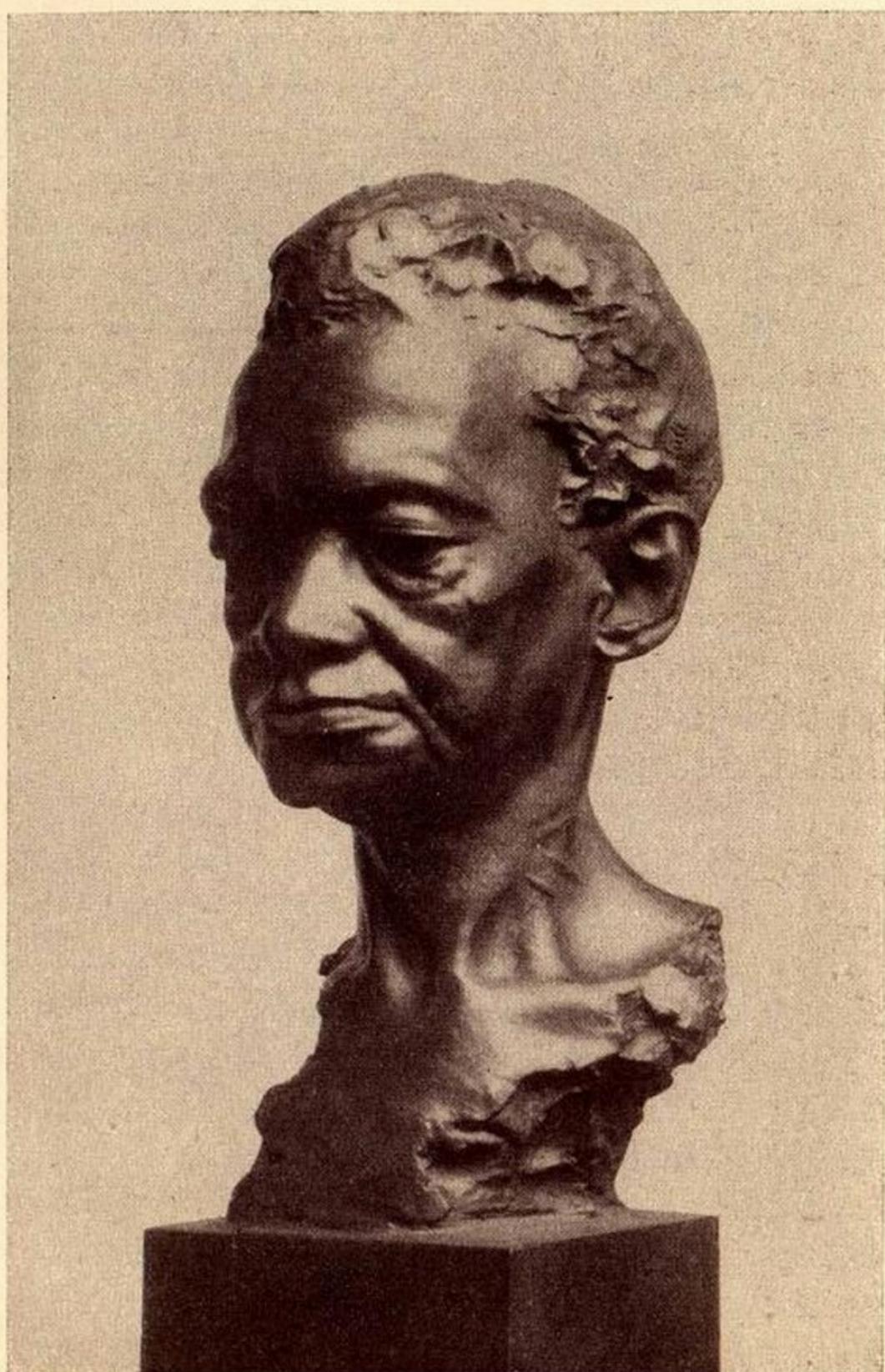
Descortinada bruscamente do alto, dessa vertigem, a Avenida semelha não sei que maré montante de cabeças humanas, referendo em loucura, espumando em lascivia, e da qual nascessem armadas de lança-perfume todas as creações ultra carnavalescas — a Venus choreographica do maxixe, a Venus allegorica dos foliões, a Venus hysterica das batalhas a ether. Os olhos phosphoreiam, ardentias de um mar por onde vogam rosas balouçantes, conchas fluctuantes, e nas valvas da concha ou nas folhas da rosa, quando se abrem, a nudez e o sorrizo de uma peccadora lampejam como tentações do asphalto. Bojudas torres feudaes avançam, cheias de maganas escandalosamente despidas, que sacodem beijos aos pares, beijos lançados ao vento para gaudio nosso e da hygiene; nas grutas de cartão doirado entrevemos nymphas brejeiras, amantes de todos os satyros do *High-Life*; um esquadrão de velhas polacas, montadas em burros, flanqueia arrogante o plaustro da victoria; e um Satanaz-collosso de madeira, fechando o prestito com rigidez, ostenta e offerece na palma da mão, semeadora de atrocidades e calamidades, um fructo carnal já meio sorvado, que o não é de arvore prohibida. Vozes roucas e tremulas, vozes insolentes e reboantes, vozes musicaes, vozes infantis, as vozes de todas as edades, e todos os vicios, e todas as paixões, saúdam no mesmo côro o deus hila-

riante e bemvindo, quasi ao partir, sob a chuva de cinzas da Quaresma, com a sua bebedice, a grossa cascalheira dos seus risos, os trejeitos e pilherias da sua côrte de pavões, e simios, e jograes. Era nesses momentos que Arthur Azevedo, cobrindo a face pudica de autor das burletas e revistas mais decotadas, chamava o Carnaval — apothese da prostituição.

Será isto, só isto, o Carnaval do Rio?

A moral das grandes cidades não tolera a disciplina e a estreiteza de conceitos pueris. Onde se agglomeram e tumultuam milhões de instinctos, de appetites, de intelligencias, de actividades, como em Paris ou Nova York, onde a fornalha de uma civilização ardendo e resfolgando, expelle tantas faúlhas e tanta fuligem, ao sopro de todos os demonios que nos habitam e envenenam a alma, desde a ganancia á luxuria, multiplica-se a vida na superprodução dos seus esplendores e das suas escorias. Nem ha modelos ideaes para essa deflagração de forças, que se desencadeiam e excedem umas ás outras na linha do Bem ou do Mal. Vive-se intensa e epheramente, como o insecto vive a estalar na irradiação de um fóco: eis tudo. Sob o aspecto de grande cidade, a Vida realisa, ou antes, recorta em lavas a imagem bergsoniana: ao envez de fazer a simples trajectoria da bala que demanda o alvo, logo detona como um obuz explosivo, para se fragmentar e de novo explodir com a violencia e a rutilancia de outros innumeraveis projecteis, accesos e multicôres. É o ar de vulcão das metropoles que nos abraza, e seu ar trepidante, irrespiravel, oppressivo; e como pyrophoros ardemos ou nos consumimos espontaneamente em flammaz azues de alcohol, rubros desejos, coleras ainda mais rubras, verdes phosphorecencias que são esperanças a luzir, tristezas violaceas, serpeantes e coloridas phantazias, igneas flores de sonho desfeitas em lagrimas comburentes, alegrias que põem nos céos o doido coruscar e esfusiar dos fogos japonezes...

Nada valeriam certamente os nossos artiguetes, incubados pela moral caturra do senador Béranger, quando os proprios anathemas da Egreja nada valem contra o reinado estardalhaçante de Momo. Nem a *Salvation Army*, com os seus trombones, as suas biblias, os seus estandartes, guerreando nesses tres dias o Carnaval, impediria que a população acompanhasse na mesma



PINTO DO COUTO — Cabeça de velho (Bronze)

farandulagem, no mesmo atropelo e vivorio, o cortejo dos *gatos*, dos *baetas* ou dos *carapicús*.

Por singular contraste, ou compensação equitativa, sendo esta a mais triste das grandes cidades, tem a visita annual e pomposa do mais zombeteiro e folgaz entre os deuses: porque as outras, mesmo Nice, festejam apenas a gloria de Momo; o Rio, porém, asyla o deus entre as viçosas montanhas de Guanabara, hospeda-o no seu lar, carrega-o por essas ruas em fóra ao som de businas, e gaitas, e canções, e atabales.

Momo, dadivoso na sua turbulencia, retribue os sacrificios desse culto, propiciando amores inconfessaveis sob a mascara de setim ou de velludo, attrahindo colonias ricas de foliões e equipagens de frotas numerosas, vertendo sobre o commercio a chuva de ouro dos lucros, applicando no coração e no espirito dos homens os sentimentos perversos, as tragicas obsessões que insinuam o crime. E os proprios institutos administrativos requestem o Carnaval: a Municipalidade subvenciona-o; a Policia, até a policia carrancuda e coercitiva, dá-lhe uma esportula, que se avoluma ou se retrae, á feição do anno orçamentario. É de ver como todos se lançam ao mesmo turbilhão, dançando automaticamente, ferreteados pela tarantula carnavalesca, a mesma dança de loucos. Vão os intrigantes sob a mascara, de porta em porta, de grupo em grupo, semeando revelações que desconcertam os mais sizudos ou impressionam os mais levianos; muitos que se disfarçam para melhor descobrir a propria alma — o seu azedume ou a sua ironia, o seu desejo ou a sua brutalidade, o seu amor ou a sua innocencia; e até a vingança, o odio, a antipathia, a inveja, escondem a face e dardejам provocações ou maldades, que terminam por um salto felino, pelo estralejar de castanholas altas, pela risada cruel do inimigo que se afasta, desconhecido mas implacavel. Tambem os ciumentos fazem o seu Carnaval de espionagem, duvida torturante, afflicção indizivel, rastejando na penumbra, cosendo-se aos muros, inquirindo a treva ou a luz onde suspeitam o drama, o eterno drama em que se arrasta e soluça a alma trespasada pela incerteza. Phantasiam-se as *demi-vierges*, avidas de contactos e de surpresas no pandemonio das ruas, na atmospherá de alcool e fumo dos botequins, na licenciosa choreographia dos bailes populares, emquanto as mais timidas se contentam, longe das mããs, com o vae-vem dos monomios, onde a *jeunesse doré* escandalisa pelo seu atrevimento os jornaes, que

todos os annos reimprimem, serios como os frades e os procuradores de Bocage, as mesmas tiradas sobre a decadencia dos nossos costumes. Se eu lhes pudesse dizer a audacia, a prodigalidade, a imaginação, a loucura dos carnavalescos do Rio... Imaginem a referver e espumar, dentro de uma cidade unica, a paixão das outras cidades pelos seus gosos e espectaculos e festejos predilectos: a de Londres e Nova York pelos campeonatos de *football*; a de Lisboa e Madrid pelas touradas; a de Buenos Aires pelas corridas equestres de Palermo; a de Napoles sonora pela musica; a de Alexandria pelo bordel; a de Monaco pelo jogo. Imaginem toda essa crepitação de almas desvairadas aos pés de Momo, e a actualidade cosmopolita, assim resumida, poderá lembrar, num instantaneo flammejante, o nosso triduo carnavalesco. De Buenos Aires e Montevideo os *punguistas* vêm operar solidariamente, depennando os incautos e os simples, tal a seducção do ouro espalhado, com a turba que se adensa nas ruas, innundadas por essa violencia cheia de todos os annos.

Assim, o Rio produz todos os annos uma variegada, estonteante floração de Carnavaes, que se comprimem, se beijocam, ás vezes se enlaçam na furia e no gosto do mesmo inferno. Branqueja por entre a multidão o erradio Carnaval dos Pierrots ingenuos e das Colombinas romanescas. Enrosca-se aos homens e trescala um *odor di femina* o que anda á cata de aventuras, sob os dominios mysteriosos, as phantazias perturbadoras. Tresanda e escabuja o maracatú africano das rainhas negras, ao rythmo dos zabumbas atordoantes e dos pandeiros que estremecem convulsivamente no ar. Ginga num passo de capoeiragem ao desafio o Carnaval empennachado e feroz da gente de Saúde, que traz a navalha mettida nas pennas do cocar, e á imbecilidade estrangeira, por vezes, se afigura uma tribu de guaranys ou de guarandiés, evadida ás selvas americanas (ó céos!) para festejar o deus Momo. De onde em onde, chora o saudoso carnaval dos poetas nomades — camponios da bôa terra portuguesa, bailando e gemendo a *Canninha Verde*; cearenses que trazem comsigo a nostalgia do deserto requeimado pelo sol, e passam com os olhos em alvo, o seu estribilho quasi soluçante, a viola tangendo nas mãos trigueiras e callosas.

Selvageria, sensualidade, garridice, artificio, embriaguez, lyrisimo, o que fermenta, o que se fusiona, o que se evapora nesse amalgama de carnavaes ultra-modernos!

Longe, no cimo da sua torre, cravados os olhos nas brumas atlânticas, o Christo côr de ouro da Cathedral parece ter voltado com desdem os hombros ao Rio, vendo-lhe a alma christã desaparecer por entre os laços e guizos da outra — furiosamente carnavalesca, na impenitencia e no orgulho do seu tardio paganismo...

Rio, 1916,

CELSO VIEIRA.

Crepusculo na mata

*Na tarde tropical, arfa e pesa a atmosphera.
A vida, na floresta abafada e sonora,
Humida exhalção de aromas evapora,
E no sangue, na seiva e no humus accelera.*

*Tudo, entre sombras, — o ar e o chão, a fauna e a flora,
A erva e o passaro, a pedra e o tronco, os ninhos e a hera,
A agua e o reptil, a folha e o insecto, a flor e a fera,
— Tudo vozeia e estala em estos de plethora.*

*O amor apresta o gozo e o sacrificio na ara:
Guinchos, berros, zenir, silvar, ullulos de ira,
Ruflos, chilros, frufrús, balidos de ternura...*

*Subito, a excitação declina, a febre pára:
E mysteriosamente, em gemido que expira,
Um surdo beijo morno alquebra a mata escura...*

Caminho da Raça

a Almaquio Diniz

*Quando Cabral patiu para seguir a rota
Que a nossa gente vinha apenas de sulcar,
Um divino poder fez desviar a frota,
Voltou as quilhas, impelindo-as sobre o Mar...*

*— Que intimo presentir, que saudade remota
Os pilotos venceu, graves, a vigiar?*

-- Que poderosa mão tomou o leme e a escota?

— Que outro vento melhor fez as velas inchar?

— Que outra Jornada as naus repetiram, anciosas?...

— Que Sibila gritou a extranha profecia

Doutras patrias, alem, vagas, misteriosas?

— Atlantida! O teu sol viram-no os meus avós!

E era o ceu, ó Brazil, quem p'ra ti os movia,

— A saudade dum Ceu, morto, afundado em nós!

AUGUSTO CASIMIRO.

Corações de mulher

(Depoimento póstumo de Gil-Gal)

Foi ao voltar a pagina de uma revista, que eu vi, pela primeira vez, o seu retrato, encantador e sugestivo, com um sorriso meigo a voejar-lhe nos labios finos. Ela sorria, olhando não sei o que ao longe, como uma estatua que procura vêr com os seus olhos de marmore e que, não vendo, ri, obrigando-nos a seguir esse olhar que perscruta e a procurar o que êsses olhos não vêem. Linda, linda e moça, os olhos grandes, provavelmente negros, como os cabelos, e risonhos, como os lábios. Nariz pequeno, colo farto e bombeado, braços roliços e fusiformes, mãos enluvadas, indo a luva ao cotovelo. Quem era? Uma legenda o dizia: «Louise Martell, cantora francesa, em *tournée* pela America». Que fascinação exerceram sobre mim essa imagem e êsse nome, que durante dias se fixaram na minha retina e na minha memoria, aparecendo-me a cada instante e retinindo ao meu ouvido como uma campainha importuna! Foi grande, tão grande, que, uma tarde, não podendo resistir á tentação, escrevi-lhe estas linhas banais e laméchas: — «Acabo de vêr o seu retrato. Acho-a encantadora; e sentir-me-hia feliz se pudesse vêr o original. Consente que eu tenha essa ventura?»

Confesso que não esperava a resposta. Mas, alguns dias após, o correio trouxe-me uma carta, que dizia assim:

«Snr. Após uma ausencia de seis dias, ao reentrar em minha casa, encontro a sua carta que me lisonjeia muito. Não sou a beleza que supõe e, todavia, não posso negar-lhe a permissão que me pede. Venha; aqui o espero,

pedindo lhe apenas que me previna na vespera da sua visita por um telegrama».

No dia seguinte, expedi o telegrama e, vinte e quatro horas depois, bati discretamente á porta de Louise Martell. Uma criada japoneza, risonha e minúscula, introduziu-me em uma linda sala e retirou-se sem me dizer uma palavra. Esperei algum tempo, espraçando a vista pelos quadros e pelos moveis do aposento. Subito, ergueu-se um reposteiro, que mascarava uma porta, e, no vão, surgiu a figura de uma mulher elegantemente vestida e com o rosto semivelado por um *loup* de veludo negro.

Ela fixou-me um momento e depois disse-me a sorrir, visivelmente satisfeita:

— Eis-me aqui.

— Eis-me aqui, repeti, surpreendido e desapontado. Depois estendeu-me a mão, que apertei longo tempo, olhando-a enternecido e procurando descobrir os traços do retrato nesse rosto velado.

Para me pôr á vontade, tirando-me do constrangimento em que me via, ela me disse, sorrindo sempre:

— Não me olhe assim, com êsse ar de magua, que me faz mal. Faça como eu, ria; quero vê-lo contente.

— Mas, se eu vim aqui para vê-la e não consigo...

— Não me viu já?

— Sim, no retrato; mas, como êle não me satisfaz inteiramente, porque é uma imagem, é que eu quiz vêr o original.

— E o original está aqui, sou eu.

— Sei bem que está aqui, mas é como se não estivesse. Por favor, tire a mascara.

Ela conservava ainda presa á sua a minha mão, que tremia de impaciencia e, retendo-a sempre, puxou-me para um *divan* onde me fez sentar a seu lado. Aí, continuando a sorrir, disse-me:

— Não exija que eu tire o *loup* e veja-me como se me estivesse vendo no retrato. E' uma ilusão que eu quero que não se desvaneça. O retrato, que viu, é antigo, tem quatro anos. Hoje, estou menos viçosa, muito mais feia. Para que vêr-me, tal qual sou, se o retrato lhe agradou tanto?...

Olhei-a fixamente. O seu rosto risonho, fresco, sem a sombra de uma ruga, de uma cutis macia e fina, denunciava uma mu-

lher ainda joven. Na boca rubra alinhavam-se os dentes perfeitissimos, alvos, brilhantes, sem uma falha. Os olhos, que me espiavam através do *loup*, eram, como os cabelos, de um castanho escuro, quasi negro. Colo, braços e ombros de deusa, mãos e pés de creança, orelhas minúsculas e roseas, corpo escultural.

— Tudo o que eu vejo, tudo o que eu posso vêr, é admiravel e convence-me de que a parte do rosto oculta não destôa. Tire, tire a mascara, por favor.

— Não insista, disse-me ela com meiguice.

E vendo-me triste, desapontado, acrescentou :

— Quando me convencer de que me ama muito pelo retrato que viu, então deixar-lhe-hei vêr o meu rosto. Hoje, não.

Senti-me mais desapontado ante essa insistencia obstinada, ante esse capricho cruel e inesperado. Ela sorria sempre e, sorrindo, afagava-me, acariciava-me muito, procurando destruir assim a desoladora impressão que o seu rosto velado me produzia.

Subito, como um derivativo para o meu desapontamento, disse-me :

— Quero mostrar-lhe outro retrato meu, ainda mais antigo do que esse que viu, e onde me achava mais bela. Foi feito ha oito anos por Henriette Baldon, a grande miniaturista pariziense.

E apontou para uma miniatura, que pousava sobre uma pequena meza de onix entre vasos com flores.

Levantei-me para vêr o retrato de perto. Era igual ao que havia visto na revista.

— Vejo que os anos passam por si, minha cara amiga, sem deixar vestigios. Era, ha oito annos, a mesma mulher que era ha quatro e que provavelmente é hoje. Esta verificação tranquiliza-me e enche-me de jubilo.

— Lisonjeiro!...

— Não preciso se-lo ; digo sinceramente o que sinto.

— Então supõe, acredita que eu sou ainda a mesma mulher, que era ha oito e ha quatro anos?

— Estou convicto disso.

Ela parou um instante a olhar-me através da mascara e, de repente, simulando uma tristeza subita, indagou :

— E, se uma catástrofe tivesse destruido essa beleza, que tanto o atraiu e seduziu?

— Impossível. Do seu rosto a parte única que não vejo é a que o *loup* encobre. Vejo o queixo, o mento, os lábios, a testa e os olhos. Tudo isso está perfeito e é belo. Do que não vejo, resta apenas o nariz, os pómulos e os supercílios. Que catástrofe os poderia ter destruído, sem deixar vestígios no resto do rosto?

Ela sorriu melancolicamente e indagou ainda:

— E se uma cicatriz tivesse dividido o nariz em dois por uma horrível facha vermelha, ou tivesse comido um dos supercílios?

Estremeci; a hipótese era possível. Mas, refiz-me logo da penosa impressão e respondi:

— Impossível ainda. Se essa cicatriz existisse Louise Martell não estaria em *tournée* pela América, exibindo-se em todos os palcos a rosto descoberto. De resto, os jornais, que são implacáveis, teriam falado nessa cicatriz.

— É terrível, tem resposta para tudo, disse-me sorrindo. E, logo, com meiguice acrescentou:

— Venha sentar-se aqui, junto de mim.

Sentei-me e ela, tomando-me de novo as mãos num gesto caricioso, perguntou:

— Não acredita, então, na destruição da minha beleza, isto é, da beleza do meu rosto?...

— Não, absolutamente, não acredito.

— Pois vou mostrar-lhe que está enganado.

E, erguendo os lindos braços, desatou o *loup* de veludo negro e retirou-o vagarosamente do rosto, sorrindo sempre.

Olhei-a ansioso e tive um novo desapontamento. Em baixo do *loup* negro havia um outro, um pouco menor, de setim azul, que continuava a velar a mesma zona da face.

— Mas, isso não se faz, disse eu, ligeiramente irritado com a desilusão e quasi amuado.

Ela atirou o *loup* negro para cima de uma meza e, passando familiarmente um dos seus braços em torno do meu torso, puxou-me docemente para junto do seu colo eburneo e perfumado.

— Perdoe-me; toda a minha vida tive esta mania infantil das farças.

— É o meu fraco.

Eu sentia o aroma embriagante da sua carne moça e sadia e o meu olhar penetrava agora nas profundezas do decote do seu vestido rendado, turvando-se com a visão das pomas rijas, alvas

e levemente roseas, riscadas pelas linhas azuladas e sinuosas das pequeninas veias. Não podendo resistir á sedução, beijei-lhe o colo.

— Isso não se faz sem permissão, disse-me ela nervosa e unindo ainda mais o meu corpo ao seu.

Esse gesto caricioso aumentou a minha fascinação e, seduzido pela beleza do colo, reincidi no delito e beijei-o outra vez sofregamente. Enquanto o beijava, senti que os seus braços me apertavam convulsivamente e pareceu-me sentir o sopro tépido do seu hálito e o contacto ligeiro dos seus lábios na pele do meu pescoço.

Lisonjeado com essa carícia, levantei rapidamente a cabeça e fixei os olhos no seu rosto. Ela tinha a cutis da face e os lábios vermelhos e os seus olhos brilhavam extranhamente. Mas, êsse incendio foi de curta duração. Em um movimento, a face voltou á côr natural e o fulgor dos olhos amorteceu.

— Vamos, tenha juízo, disse-me, afastando-se um pouco, no divan. Depois, ergueu um dos braços e apertou o botão de uma campainha electrica. Imediatamente, no vão de uma das portas appareceu o vulto da creadinha japoneza com os cabelos lisos e negros puxados para a nuca, os olhos pretos muito bridados e os labios abertos num sorriso perene.

— Traze-nos o chá, Uêno.

A japoneza trouxe para junto do divan uma pequena meza de laca e sahiu. Minutos depois, voltou com a bandeja de chá nos braços e pousou-a sobre a meza, permanecendo do lado, em pé, de braços estendidos ao longo do corpo.

Louise inclinou-se para a meza e perguntou me :

— Que chá prefere, o preto ou o verde?

— Aquele que a minha amiga preferir.

— Eu gosto muito do preto, é menos excitante.

— Pois beberei dêsse.

Em uma minúscula chicara de porcelana chinesa ela me serviu o chá aromático e, por sua vez, começou a beber do mesmo chá, a pequenos goles, como quem aprecia uma coisa agradável.

— Delicioso! disse eu, depois de ter sorvido os três ou quatro goles, que a chicara continha. E, a meia voz, para que a creadita não me ouvisse, acrescentei :

— Mas a sua pele tem um aroma e um sabor infinitamente mais agradáveis.

Ela sorriu e despediu Uêno, que saiu, levando a bandeja de chá.

Pela segunda vez, nos achamos a sós e, durante a meia hora que ainda me conservei ao lado de Louise, não consegui, por mais que instasse, que ela me deixasse ver o seu rosto inteiramente a descoberto. Obstinada no seu capricho, repetia-me sempre :

— Quando me convencer de que me ama muito pelos retratos que viu, então, deixar-lhe-hei ver o meu rosto todo.

Todavia, quando me despedi, prometendo que voltaria no dia seguinte, tive a compensação do meu desapontamento, sentindo sobre os meus lábios a pressão demorada e cariciosa dos seus lábios vermelhos e húmidos.

* * *

No dia seguinte, após uma noite de insônia, levantei-me cedo e fui reler a biografia de Louise, que se achava na mesma revista em que vira o seu retrato.

«Pariziense e primeiro prémio do canto do Conservatorio de Pariz, ela tinha feito uma carreira rápida, percorrendo as diversas Capitais da Europa e da America e obtendo triunfos de toda a parte; e esses triunfos vinham-lhe, não só da voz admiravel que possuia, como tambem da radiante beleza fisica, que aumentava a impressão produzida pelo canto. Era uma sereia fascinadora, dizia o biógrafo, e não ocultava que em toda a parte, principalmente na Inglaterra e na Russia, ela provocara paixões ardentes e admirações exaltadas. Descendo a minucias sobre o seu character independente e acendrado amor á arte que abraçara, o escritor revelava que, em Moscow, um grão duque, primo do Czar, lhe oferecera a mão e a fortuna, impondo-lhe apenas a condição de abandonar o palco. Ela recusara essa sedutora proposta, sem vacilar, e continuara a sua digressão artistica, preferindo os triunfos e os louros da rampa ao bem estar e á vida tranquila mas monótona do lar. No entretanto, não era insensivel ao amor e, a mais de um adorador, ela havia concedido horas de suprema ventura, sem todavia deixar-se prender nas malhas da paixão alucinadora. A esse proposito, afirmava o biógrafo, ela havia dito, uma vez, em Boston: — Ainda não encontrei o homem que me deve amar como eu desejo ser amada.

Tendo enriquecido rapidamente, conquistara uma posição independente que lhe dava o direito e a facilidade de escolher o companheiro desejado, quando e onde lhe aprouvesse. Mas, essa fenix ela não a achara ainda e, em busca dela, continuava a sua vida triunfal e errabunda.»

Tais eram, resumidamente, os traços principais da sua biografia, que a revista publicara e que eu acabava de reler impressionado e receando já o abandono, após a exaltação dos primeiros dias, e a saciedade dos desejos lúbricos.

(Continua)

GARCIA REDONDO,
da Academia Brasileira de Letras.

O custo da guerra perante a fortuna dos paizes beligerantes

São poucos, que saibamos, os estudos até agora feitos, destinados a conhecer qual seja a situação financeira dos grandes povos europeus perante a conflagração armada, e quaes os recursos de que cada um de êles disporá, quando acabada a guerra e quando fixado o *quantum* das indemnisações a satisfazer aos vencedores. *O vae victis* de Breno tem, n'este caso, uma significação altamente importante, e de extranhar é que o assunto não tenha ainda sido posto em equação pelos economistas dos paizes interessados.

De facto, só Daniel Bellet, no seu livro *Comment payer les frais de guerre*, encarou o problema das indemnisações, mas fel-o por uma forma vaga, pois apenas se limitou a recolher, de varias fontes, elementos destinados a apurar qual o activo de alguns dos povos em litigio, sem porem tirar as conclusões que seria lógico aguardar do seu trabalho. Além d'este livro e do estudo, por êle citado, de Eugène d'Eichtal sobre *Evaluations possibles du coût de guerre* e, ainda, de um ou outro artigo de Yves Guyot na *Nineteenth Century* e os de Edmond Théry, todas as outras opiniões vindas a público carecem de base, incluindo até a de Paul Leroy Beaulieu que foi, supomos nós, quem primeiramente se occupou d'este gravissimo aspecto da guerra, em uma sessão da Academia Franceza de Sciencias Moraes e Politicas, calculando que cada uma das cinco grandes potencias, França, Alemanha, Inglaterra, Russia e Austria-Hungria, gastaria por mez, unicamente mil milhões de francos.

Viu-se, logo a seguir, quanto esta cifra estava aquem, e mui-

to, da verdadeira. De resto, Yves Guyot obtinha, pouco tempo depois, 42:000 milhões de despesas totaes dos mesmos cinco paizes, n'um período de seis mezes, o que dava sete mil milhões por mez, devendo ainda adicionar-se-lhes 54 milhões para a produção perdida e mais 24:500 milhões representativos das existencias sacrificadas pela guerra. Um economista inglez, que computava a duração do conflicto armado até junho de 1915 unicamente, dizia que as despesas «directas» dos diferentes Tesouros, compreendendo a Bélgica, deviam equivaler a 85:000 milhões de francos, ainda acrescidos do valor das propriedades destruidas, das perdas de produções e das vidas imoladas.

Os ministros das finanças da França e da Inglaterra teem, por seu lado, fornecido números tangiveis, e sugerido outros problemáticos, mas não podem êles ser por nós considerados senão sob o ponto de vista budgetario e, por isso, sem valor efetivo para o estudo económico da questão, em que intervem varios outros elementos dignos de profunda analyse, porquanto o conjunto dos prejuizos suportados pelas colectividades das nações não abrange as incalculáveis perdas ocasionadas pela destruição de bens móveis e imóveis, pela paralisação da vida social, pelo retrocesso da sciencia e de varias manifestações intellectuaes, etc., etc. Por outro lado, gastos de guerra existem que são feitos mesmo em tempo de paz e industrias ha que, com a conflagração, ganham bem mais do que em épocas tranquilas.

Todos estes elementos, quando conjugados, tornam difficil a averiguação exacta da influéncia exercida pela guerra na economia dos paizes sujeitos ao flagelo, motivo porque são sempre aleatorias as cifras que se obteem, por mais cuidadoso que seja o seu apuramento e por mais que se tente fugir ao *double emploi* de algumas d'êlas, cuja destrinça é, por vezes, impossivel.

Nenhum dos números citados pelos economistas, a que atraz nos referimos, incluia as despesas feitas pela Italia, pela Turquia e pela Bulgaria, paizes que, ainda então, estavam fora da contenda, e cujas despesas mensaes não devem ser inferiores a 1:800 milhões de francos.

Sem falar na Bélgica e na Servia, nações que, evidentemente, hão de intervir tambem na partilha dos gastos da conflagração, e para as quaes não será de mais atribuir uma soma de dez biliões como representativa dos seus gastos e prejuizos de guerra, vejamos nós agora, na hypotese de que a duração do

actual estado de coisas vá unicamente até Julho de 1916, qual será o total das despesas efectuadas pelos grandes paizes.

Conciliando os números que de diversas fontes recolhemos e alguns dos quaes atraz deixámos exarados, podemos aceitar como não exagerado o seguinte cômputo de despesas efectivas, incidindo sobre o número de mezes em que cada paiz está em guerra :

I Aliados....	{	França, a	1:500 milhões	36:000	
		Inglaterra, a	2:000 »	48:000	
		Russia, a	2:500 »	60:000	
		Italia, a	800 »	12:000	
		Bélgica e Servia		10:000	166:000
II Germania	{	Alemanha, a	1:800 milhões	43:200	
		Austria, a	1:200 »	28:800	
		Turquia, a	700 »	14:000	
		Bulgaria, a	300 »	3:000	89:000
Total das despesas, em milhões de francos				<u>255:000</u>	

Vamos agora ver o que cada um dos mencionados grupos de nações possui para poder fazer face a semelhantes encargos, e até onde estes affectam a sua situação económica.

Não entraremos n'este estudo em detalhes que nos levariam longe, seriam fastidiosos e não se coadunariam com a índole da *Atlântida*. Resumiremos pois as nossas considerações, tanto mais que, em materia de fortuna pública, são muito incertos os números publicados, e não seríamos nós, por certo, quem tentaria esclarecer e resolver, n'um singelo artigo de revista um problema em que teem intervindo os maiores economistas conhecidos e os quaes, mesmo só por aproximação, chegaram a conclusões que, nem sempre, são idénticas, como se vê do seguinte mapa de avaliações feitas antes da guerra actual :

Paizes	AVALIAÇÕES		
	Nome do autor	Data	Biliões de francos
Inglaterra.....	Thesouraria	1886	235
»	R. Giffen	1894	291
França.....	Foville	1905	208
»	Turquan	1898	214
Prussia.....	Sotbeer	1893	95
Austria.....	Inama Sternegg	1892	61
Hungria	»	1892	23
Belgica	Graux	1893	34

Paizes	AVALIAÇÕES		
	Nome do autor	Data	Biliões de francos
Holanda	Boissevin	1892	22
Suecia	Falbeck	1891	9
»	»	1898	12
Dinamarca	Falbe Hausen	1890	7
Grecia	Skiadon	1890	5
Italia	Pantaleoni	1889	54
»	Nitti	1903-1912	65

INGLATERRA

Começaremos pelo mais rico paiz do mundo. A fortuna ingleza está em toda a parte, desde as menores ás maiores manifestações de emprego do dinheiro. Em 1909, existiam 46:500 sociedades anonimas britannicas, com o formidavel capital de 2:163 milhões de libras esterlinas, ou 10.815:000 contos em moeda portugueza. N'uma conferencia feita em Junho de 1905, perante o Institute of Bankers, afirmava Edgar Speyer ser de £ 60.000:000 a importancia media anual das colocações de capital inglez. Em 1890, Robert Giffen comportava em £ 90.000:000 o rendimento anual dos capitaes britannicos colocados no estrangeiro. Mais recentemente ainda, um inquerito feito pela *Quarterly Review*, elevava esse rendimento a 142 milhões de libras, rendimento este que o *Statistic* acrescia, em 1910, de mais 24 milhões, — o que faz um total de £ 166.000:000 ou 830:000 contos fortes!

E' esta, incontestavelmente, uma das maiores fontes de receita da Gran Bretanha, cujo rendimento global por ano o seu ministro Lloyd George estimou ha pouco tempo em 2:300 milhões esterlinos, estimativa muito superior à de 1:710 milhões que Ch. Morrey indicou ha alguns anos, e que Hellferich patrocinou no seu conhecidissimo estudo sobre a riqueza da Alemanha.

Pelo que diz porem respeito à fortuna propriamente dita da Inglaterra e que Rob. Giffen calculava ser de 291 biliões de francos, segundo o mapa que antecede, vê-se, ainda na base dos mesmos calculos, que ela foi subindo a 350 e 425, respectivamente em 1901 e 1904, não sendo por isso de extranhar que o seu montante actual atinja 450 biliões de francos.

E' esta cifra bem superior aquella que Karl Hellferich mencionou, e não ia alem de 260 biliões de marcos ou 325 de francos, mas ha que atender ao espirito com que esse homem de estado

alemão emitia opiniões sobre a riqueza dos outros povos, e era o de subalternisal-os perante o poderío cada vez maior da Alemanha, á qual ele reservava o primeiro logar em materia de fortuna publica e privada. Ora sendo por todos conhecido que a Gran-Bretanha é o mais rico paiz do mundo, não seria logico aceitar que ela viesse em secundaria posição, com 260 biliões de marcos, perante a Alemanha com 332 — que tal é a riqueza que Hellferich atribue ao seu paiz!

FRANÇA

N'um dos seus notaveis discursos pronunciados no Reichstag, o principe de Bulow, então chanceller do imperio germanico, afirmava conhecer a França, cuja riqueza era devida à actividade dos seus habitantes e, «sobretudo à sua economia digna da maior admiração». Effectivamente, não ha paiz algum que tenha, em tão grande escala, o sentimento de «poupar», como a França. Nos anos em que lá vivemos, pessoalmente privando, por dever d'oficio, com a clientela dos bancos, que é o barometro da vida economica e financeira das nações, aprendemos a verificar a verdade da afirmação feita pelo chanceller *von* Bulow. De todas as classes sociaes, os depositos afluem, sem cessar, aos bancos, ás *caisses d'épargne*, ás caixas postaes, a todas as colocações rendosas, por menor que seja o rendimento garantido.

O total das contas de deposito nos bancos e nas caixas economicas é uma das mais solidas characteristics da fortuna da França. E bastará olhar os balanços dos ultimos anos, das cinco principaes sociedades de credito francezas, o *Crédit Lyonnais*, a *Société Générale*, o *Comptoir d'Escompte*, o *Crédit Industriel* et a *Société Marseillaise*, que apresentam um total de mais de cinco mil milhões de francos, para se ajuizar, não só da cifra enorme de disponibilidades como, tambem e sobretudo, da facilidade com que, em França, se formam capitaes, visto como estes se mantem sem que, por isso, o paiz deixasse de, todos os anos, aumentar consideravelmente a cifra das suas colocações no estrangeiro pela emissão de muitos milhões e, por vezes, biliões de francos, em novos valores mobiliarios, n'uma progressão sempre crescente. De facto, a cifra de 125 milhões de francos por Auguste Vitu attribuida ao rendimento anual dos titulos estrangeiros possuidos pela França em 1864, subia a 600-700, segundo Léon

Say, em 1870, e, hoje em dia, não deve ser ela inferior a 3:000 ou mesmo 3:500, na opinião de Alfred Neymarck, se bem que J. Lescure a avalie em 4:000 e *sir* George Paish, director do *Economist* a totalise em 5:000.

Esta ultima cifra pode, talvez, parecer exagerada. O que porém é verdade é que, já em 1902, o Ministerio dos Negocios estrangeiros da França, mandando inquirir dos capitaes francezes empregados no mundo inteiro, tanto em operações commerciaes, industriaes e imobiliarias como em emprezas e em emprestimos estrangeiros, obteve a cifra enorme de 30:000 milhões, na qual Portugal figurava com 900 e o Brazil com 696. Sete anos depois, Neymarck repartia da seguinte forma os capitaes mobiliarios da França, em biliões de francos:

Russia	9 1/2 a 10 1/2	Suissa	1/2
Inglaterra	1/2	Espanha e Portugal...	3 1/2
Belgica e Holanda....	1/2	Canadá e Estados Uni-	
Alemanha	1/2	dos	2 a 3
Turquia e Servia.....	1 1/2 a 2	Suecia e Egito.....	3 a 4
Bulgaria, Grecia e Ro-		Argentina, Brazil e Me-	
mania	1/2 a 5 1/2	xico	3 a 4
Austria Hungria	2 a 2 1/2	China e Japão.....	1 a 2
Italia	1 a 2 1/2	Colonias Francezas...	2 a 3

Se pois encararmos o desenvolvimento da economia franceza desde 1909 até 1914 e as suas applicações, sobretudo na Russia e na America do Sul, não será de extranhar que a fortuna mobiliaria franceza, colocada no estrangeiro, atinja actualmente 35 biliões, aos quaes haverá que juntar 75 de valores nacionaes, obtendo-se, assim, um total de 110, contra 103-105 que era em quanto Neymarck a avaliava em 1909.

Semelhante cifra dá-nos desde já ideia de quanto possa ser, ao todo, a fortuna da França actualmente. Foville estimava-a em 208 biliões, baseando-se principalmente sobre a anuidade das successões, e Edmond Théry elevava-a a 287, ao mesmo tempo que Paul Henry e Lavergne modestamente lhe attribuiam 227. Se, pois, nós a fixarmos em 300 biliões de francos, não estaremos muito longe da verdade.

RUSSIA

A Russia não é um paiz de riqueza mobiliaria conhecida, mesmo aproximadamente. E se encarassemos a sua situação de paiz devedor, vivendo quasi de credito da França, poderíamos, *à priori*, afirmar que ela não é das mais brilhantes. Efectivamente, quando n'um período de sete anos, a divida externa d'esse paiz aumenta de 2 biliões de rublos, atingindo um total de 10 biliões aos quaes necessita pagar 500 milhões em juros, cada ano, a conclusão logica a tirar seria de que o seu estado financeiro não é optimo mas, até muito pelo contrario, que ele se assemelha ao de alguns paizes da America Central.

A verdade, porem, em materia economica, é que a fortuna dos povos não se mede nem se ajuiza unicamente pelo *quantum* das suas dividas ou dos seus encargos. A Russia não é de facto, ainda, um paiz rico em disponibilidades, mas é um paiz que tende a enriquecer-se pelo aproveitamento das suas grandes faculdades economicas, ao serviço de cujo aproveitamento ela aplica os emprestimos que contrae. De presumir é pois que, dentro de algum tempo, ela se encontre em plena exploração no vastissimo campo de todas as iniciativas realizadas nos seus largos territorios e que, assim, não só possa reembolsar os seus credores como, tambem, tornar-se credor d'estes. Por outro lado, e talvez por efeito da influencia franceza, o espirito de economia avança de tal forma que as caixas economicas, de criação relativamente recente, viram os seus depositos atingir 1:685 milhões de rublos em 1913, o que equivale a cerca de 4:500 milhões de francos.

Para a obtenção da cifra total da fortuna russa, não existem, que nos conste, elementos dignos de fé. Apesar de todas as buscas a que procedemos em varios trabalhos, antigos e recentes, sobre a Russia economica, desde *l'Oural* de Maurice Verstraete até à mais recente estatistica, de 1915, sobre a industria agricola na Russia, publicação oficial de grande merito, nada nos permite ajuizar da riqueza global do grande imperio moscovita.

Se, porém tomarmos por boa a cifra de 9:200 milhões de rublos, ou 24:500 milhões de francos, attribuida ao rendimento anual da fortuna russa em 1910, segundo um projecto de lei estudado pela Douma para o efeito da applicação d'um imposto sobre a renda, obteríamos, na base de 5% de capitalisação, um total de

490 bilhões de francos, o que é bastante importante, mas ainda não está d'accordo, nem com a grande superfície territorial, nem com a enorme população da Rússia.

ITALIA

Nitti, na sua obra *La ricchezza dell'Italia*, computa o valor da fortuna italiana em 65 bilhões de liras, mantendo este numero na ultima edição, de 1912, da sua *Scienza delle Finanze*. E' pois uma avaliação recente e bastante autorisada, não necessitando por isso, de esclarecimento algum da nossa parte, tanto mais que ela não encontra qualquer outra que a contrarie ou a altere, a não ser a de Pantaleoni, feita poucos anos antes, mas que não merece o mesmo credito que a de Nitti, crescendo que esta ultima é quasi identica à indicada por Larini que a distribue da seguinte forma: 24 bilhões para o capital predial, 12 para a riqueza imobiliaria e 30 para a fortuna mobiliaria.

BELGICA

«Poderá parecer ironia, diz D. Bellet, falar da riqueza belga, depois das ruinas que os alemães voluntariamente multiplicaram n'esse paiz, depois da pilhagem metodica que n'ele organisaram e, ainda, dos incendios, das demolições, dos massacres e dos roubos».

Apezar de tudo isso, a fortuna belga ainda existe e ainda é, relativamente, grande. Na hypotese, mesmo, de que a invasão alemã tenha custado 6 bilhões de francos⁽¹⁾, muito deve existir d'esse grande paiz que pode ser considerado como um modelo em materia financeira, pecuniaria e industrial, apesar da sua pequena superfície no continente.

A fortuna mobiliaria da Belgica pode orçar por 15 bilhões de francos, dos quaes 3 estão empregados no estrangeiro. De Greef, que é belga, nas suas ultimas publicações, ainda entretan-

(1) Logo a seguir à posse germanica, calculou-se que a Belgica perdera 5 bilhões unicamente. Agora, porem, semelhante cifra deve ser inferior à verdadeira, se tomarmos em consideração que, depois d'essa data, muitos valores mobiliarios, joias, maquinismos, etc. devem ter sido levados pelos invasores.

to se serve da avaliação de 1899, na compilação que fez, e é igual á de Nitti, da riqueza mobiliaria na Europa, assim concebida pelo que se refere ás nações em guerra:

Paizes	Valores em milhões de francos	Auctores	Anos
Inglaterra.....	182:600.....	Hendrichs...	1897
Alemanha.....	92:000.....	Christians...	1896-7
França.....	82:000.....	Neymarck...	1898
Austria.....	27:100.....	Raucheberg.	1898-9
Russia.....	25:500.....	B. de Statist.	1895
Italia.....	17:500.....	Strengher...	1897
Belgica.....	8:800.....	Nicolaï.....	1899

Pelo que se refere porem á fortuna global, Max Gerard estimava-a em 27 biliões, produzindo um rendimento liquido de 900 milhões, com exclusão do valor do trabalho que ele considerava ser de 4:600 milhões. Esse numero de 27 biliões aproxima-se bastante do de 30 biliões, ainda não ha muito indicado pelos *Annales des Travaux Publics de Belgique* e obtido sobre as estatísticas de produção agricola, sobre o valor venal médio das terras e sobre o rendimento cadastral da propriedade urbana, mas é inferior ao de 34 biliões da avaliação Graux, feita em 1893.

Sem falar na Servia, para a qual, em cifras minimas, nós poderemos arbitrar a riqueza total de 10 biliões de francos, passaremos agora a ocupar-nos da Alemanha e dos paizes que com ela estão.

ALEMANHA

«Negar o poderio da Alemanha de hontem, contestar que ela tomou nos mercados do Universo um logar consideravel, por efeito do desenvolvimento das suas industrias e dos seus metodos commerciaes, seria fechar os olhos á evidencia. O quadro da sua fortuna publica e das fortunas privadas dos seus subditos, o inventario das suas fabricas, os balanços dos seus bancos e a cifra das suas permutas, responderiam sufficientemente», afirma Raoul Peret, antigo ministro do Comercio em França, n'um seu opusculo recente sobre *La Puissance et le déclin économiques de l'Allemagne*.

Em 1892 já Schmoller avaliava a fortuna mobiliaria total da

Alemanha em 30 biliões de marcos, dos quaes $\frac{1}{3}$ empregados em valores estrangeiros. Segundo o *Deutscher Oekonomist*, as emissões estrangeiras colocadas no imperio germanico desde 1893, a 1904 elevar-se-iam a cerca de 4 biliões, os quaes, juntos aos 30 da avaliação Schmoller, fariam um total de 34 que, segundo nós, deve ser ainda acrescido de, pelo menos, 16 outros, correspondentes aos ultimos dez anos em que as faculdades financeiras do paiz se desenvolveram com notavel incremento.

Aos valores mobiliarios estrangeiros, haverá a acrescentar os capitaes colocados nos diversos paizes do mundo, n'um total de 15 biliões, dos quaes 10 em Africa, na America e na Asia, e os 5 restantes na Europa. Em Espanha, avaliava-se em 1905 que subiam a 100 milhões de marcos, os capitaes empregados em 150 empresas. Em Italia, as casas alemãs representavam 80 milhões, os tramways e caminhos de ferro 150, e as industrias 120. Na Austria-Hungria, os interesses germanicos eram, ainda, mais consideraveis: na Hungria, 132:250 hectares de matas, valendo 100 milhões de marcos, estavam nas mãos dos alemães que, alem d'isso, possuiam 1 bilião empregado em caminhos de ferro, tudo isto sem falar nos dinheiros colocados em dezenas de empresas industriaes, mineiras e commerciaes. Na Russia, segundo um recente relatorio do adido comercial da França em Petrogrado, as industrias quimicas e electricas, as fabricas de gaz e as empresas de construções metalurgicas, envolviam um capital alemão de mais de 250 milhões de rublos, ou 625 milhões de francos. Em Portugal, dizem os nossos calculos, que os capitaes alemães devem atingir uma cifra de 40 milhões de marcos, ou 10:000 contos, exceptuando os valores mobiliarios provenientes da divida publica, do emprestimo municipal e das obrigações dos tabacos, já incluídos na cifra dos valores mobiliarios no estrangeiro.

Se somarmos todos estes valores, obteremos um total aproximado de 65 biliões de marcos, ou 81 biliões de francos, o que já é uma cifra respeitavel. A esta fortuna, outras ha a juntar e não menos importantes. Mas, sem entrar na analise d'estas ultimas, cuja exposição seria, de resto, bastante elucidativa, pois nos daria uma ideia do enorme desenvolvimento da Alemanha nos ultimos anos, limitar-nos-hemos a dizer que, de 1888 a 1912, os depositos nos bancos, nas sociedades cooperativas e nas caixas economicas subiram de 6,5 a 30 biliões, e que em 1911-12 exis-

tiam 4:712 sociedades anônimas com um capital de cerca de 15:500 milhões de marcos.

Referindo-nos, agora, á fortuna global da Alemanha que, em 1895, Gustave von Schmoller computava em 200 biliões de marcos, mais recentemente Steimann Bücher em 350 e a Dresdner Bank, no seu relatório de 1912 em 300 (avaliação Ballot), vejamos como Karl Helfferich a decompõe no seu falado estudo de que já nos ocupámos n'um outro artigo nosso :

Bens moveis, imoveis e mercadorias.....	200	biliões	de	marcos
Propriedades urbanas e fabricas.....	76	«	«	«
Navios, mercadorias em transitio, dinheiro...	6	«	«	«
Fortuna publica compreendendo os caminhos de ferro..	30	«	«	«
No estrangeiro	20	«	«	«
Total.....	332	biliões	de	marcos

Helfferich, que foi director da Deutsche Bank e é hoje o Secretario da Thesouraria do Imperio, tem competencia bastante para falar dos assuntos economicos e financeiros do seu paiz, motivo este porque tornaremos por boa a cifra que ele indica de 332 biliões de marcos ou 415 biliões de francos, representando a fortuna total da Alemanha.

AUSTRIA-HUNGRIA

As avaliações de Inama-Sterneg feitas em 1892, de 61 biliões de francos para a Austria e 23 para a Hungria, devem carecer de rectificação, tanto mais que em 1900, só para a Hungria, o Dr. Fellner acusava um activo de mais de 31 biliões de corôas. No relatório do ministro das finanças austriaco para o ano de 1899 (vidé Raffalovich, no seu *Marché financier* em 1898), avalia-se o rendimento anual da Austria em 3 biliões de florins ou 7,4 biliões de francos, o que na base de 5 0/0, equivaleria a uma fortuna total de cerca de 150 biliões.

Na ausencia de quaesquer outros elementos que, de resto, cremos não existirem, arbitraremos á riqueza total da Austria-Hungria o valor de 180 biliões de francos, compreendendo n'esta cifra os valores mobiliarios por Neymark avaliados em 24 biliões.

Como se vê por estes numeros, o grande aliado da Alemanha está muito áquem de possuir a fortuna do seu riquissimo visinho,

e as características da sua vida financeira não devem ser brilhantes, como se depreende do movimento das caixas economicas, as quaes, para a Austria propriamente dita, só apresentam depositos no valor de 650 milhões e, para a Hungria de 2:320, o que é muito pouco, se virmos os numeros referentes á Alemanha, á França e até á Belgica. Por outro lado, as industrias e o commercio austro-hungaro, tambem não são elementos de grande valia, apesar das importantes exportações de assucar e de tecidos, principalmente para o Levante e para o Oriente.

A Austria-Hungria é, pois, d'entre os paizes em guerra, um d'aqueles cujas faculdades economicas e financeiras estão mais longe de fazer face ás graves responsabilidades provenientes da lucta actual, quando se fizer o balanço de contas e o apuramento dos saldos respectivos.

TURQUIA E BULGARIA

Não existem números alguns que nos deem a menor idea do *quantum* da fortuna d'estes dois paizes. Pelo que se refere à situação financeira da Turquia, sabe-se que ela é pessima, o que não é de hoje, pois de todos é sabido como o paiz tem sido administrado e como, sobretudo depois da guerra da Crimêa, as suas crises se tornaram agudas, sendo por vezes necessario dar 188 libras turcas papel para obter 100 libras metálicas (1). Em 1875 deu-se a falencia da Turquia. Depois deram-se varios outros acontecimentos políticos conhecidos, até à ascenção dos famosos jovens-turcos. Junte-se-lhes a guerra dos Balkans, junte-se-lhes a ausencia de commercio e de industrias e, ainda, o atrazo da agricultura, e ver-se-ha que a fortuna da Turquia deve ser uma cifra de pequeno peso no activo das nações aliadas da Alemanha.

Pelo que se refere á Bulgaria, as coisas devem passar-se qua-

(1) A libra turca vale frc.º 22,80 e divide-se theoreticamente em 100 piastras. Por efeito de uma pessima organização monetaria, da dificuldade de comunicações e de hábitos locais inveterados, o valor da libra expresso em piastras, ou, para melhor dizer, o cambio da libra em piastras, varia em proporções extraordinarias no territorio otomano, acontecendo que, emquanto nos confins longinquos da Arabia a libra vale, por vezes, menos de 100 piastras, nas cidades onde ha super-abundância de moeda divisionaria, ela se troca por 170 piastras e mais.

si identicamente, apesar da tentativa feita em 1909 para o saneamento das suas finanças pelo imposto progressivo sobre o rendimento. A guerra balkanica veio comprometer as esperanças de todos aqueles que supunham ver a Bulgaria entrar em um caminho de finanças prosperas. E sem dinheiro, sem comercio e quasi sem industrias, este pequeno paiz não deve ter actualmente activo digno de menção.

Se, pois, atribuirmos à Turquia e à Bulgaria uma fortuna global de 50 biliões de francos, dos quaes 40 para a primeira e 10 para a segunda, talvez ainda sejamos optimistas.

* * *

A quanto montará a desvalorisação das fortunas que vimos indicando, proveniente do desequilibrio económico e social acarretado pela guerra, não só durante os 24 mezes que previmos no começo deste artigo, como ainda muito depois de ela acabada? A diminuição das receitas de todo o genero, a quasi paralisação do comercio, da industria e da navegação nos paizes bloqueados, os destroços, as ruinas e as mortes, e a influênciã directa e indirecta destes e outros fenómenos económicos e sociaes na vida de todos os povos em lucta—como represental-as em cifras, por mais aleatorias que estas sejam?

Que as riquezas nacionaes devem sofrer uma importante redução, que se manterá não só até pagamento das indemnisações como, tambem, até ao regresso da normalidade e à reconstituição do activo pela amortisação integral dos prejuizos da guerra, é um facto sobre o qual nos parece não haver dúvidas algumas; e que a percentagem deses prejuizos não será igual para todos os beligerantes, tambem é outro facto positivo, pois basta verificar que, emquanto a Inglaterra, a França e a Italia continuam negociando e exportando, bem que numa escala inferior à de épocas normaes, os seus antagonistas vivem num isolamento quasi completo, equivalente a um gravissimo prejuizo, cujas consequencias presentes e futuras não é mesmo possivel calcular.

Isto considerado, e seguindo um criterio assentando unicamente na superficial apreciação dos diversos elementos que citámos, visto como ainda não existem detalhes ou números tangiveis de qualquer ordem, elaboraremos o seguinte quadro:

PAIZES	FORTUNAS ANTES DA GUERRA		FORTUNAS DEPOIS DA GUERRA		
	Milhões de francos	Total por grupos de nações	Desvalorização %	Milhões de francos	Total por grupos de nações
I {	Inglaterra	450:000	15	382:500	
	França	300:000	30	210:000	
	Russia	490:000	40	294:000	
	Italia	65:000	20	45:000	
	Belgica	30:000	60	12:000	
	Servia	10:000	1.345:000	70	3:000
II {	Alemanha	415:000	50	207:500	
	Austria-Hungria	150:000	60	60:000	
	Turquia	40:000	60	16:000	
	Bulgaria	10:000	615:000	40	6:000
Diferenças a favor dos aliados . . .		<u>730:000</u>			<u>664:000</u>

E' com as suas fortunas, assim e por largo tempo desvalorizadas, que os mencionados paizes terão que fazer face ao pagamento dos gastos da guerra, cujo quantitativo aproximado nós indicámos no começo deste artigo. Estas fortunas, dão, na base de 5 %, um rendimento líquido de 47:175 milhões para o grupo dos aliados e de 14:475 para o grupo germanico.

Se, pois, esses paizes affectassem ao dito pagamento o total de todos os seus rendimentos assim calculados, teriamos que, enquanto o grupo germanico precisaria de doze annos para satisfazer os 166:000 milhões de francos de gastos dos aliados, estes últimos, em menos de dois annos, poderiam pagar os 89:000 milhões dos seus antagonistas.

Baseia-se este artigo sobre hipoteses, que nem outra cousa existe sobre que se possam formular precisas ou mesmo aproximadas conclusões. O que, porêm, de tudo se deduz, — e isto não admite dúvidas, — é a colossal superioridade económica do grupo dos aliados sobre o grupo germanico.

JOSÉ DE CAMPOS PEREIRA.

A função social do poeta

(Do livro «*Vida*», inédito.)

Todo o homem, escreveu algures Mantegazza, deve ser ao mesmo tempo «operario e poeta: operario para ganhar o pão quotidiano, poeta para misturar no cálice da vida o vinho da idealidade e do sentimento». Nesse largo sentido, poetas são quantos se não satisfazem com lançar, curvados sobre a gleba, as sementes fecundas; nem tam pouco se julgam pagos do esforço despendido quando pódem, mais tarde, com gozo meramente sensual, matar a fome e a sêde com a tenra polpa do fruto sasonado. Porque ha neles outras fomes mais dificeis de acalmar, e outras sêdes; e querem ainda, erguendo olhos ao ceo, lançada a semente, no antegosto do fruto, aspirar o perfume da flor.

Em sentido mais restrito, e mais exacto, poetas são esses seres privilegiados a quem o Genio sagrou com sua mão inexoravel para a missão sublime e não raro dolorosa de cantar todas as dores, dar expressão a todos os sentimentos que tumultuam confusos no coração humano, e por assim dizer plasmar no mármore da palavra as estátuas imperecíveis da Esperança, do Amor e da Saudade, do Desalento ou da Confiança, da Resignação ou da Gloria. Instrumentos delicados, vibram á mais branda aragem: são as harpas eólias que gemem ao sôpro imperceptivel da Inspiração. Choram por todos os que não teem mais lagrimas; traduzem, ante as maravilhas da Luz e das Cores, todo o fundo encanto inefavel dos que sentem e não podem dizer o que lhes vai na alma, emparedados dentro do seu cárcere verbal.

Só eles são capazes de apreender a beleza peculiar dos ocasos, na lenta degradação das tintas moribundas. Ficariam,

horas esquecidas, a contemplar a imensidade líquida, a ouvir o marulho das vagas nas pedras litoraneas, olhos perdidos nos longos do horizonte azulado, naquela curva onde a Terra acaba e começa o céu. Amam a creança, a flor, a estrela, a gota de orvalho, o palpitar das aras, a brisa ciciante, a vela que se vai sumindo á distancia, a nuvenzinha côr de rosa, a solidão da campina ou o misterioso silencio rumorejante da floresta; tanto lhes apraz o espelhar dos lagos tranquilos, como a furia eversora dos oceanos; e, só o luar algido e lacteo se lhes afigura uma grande saudade diluida nos espaços, as pompas auríferas do Sol lembram-lhes no brilho, na força, no poder fecundante, o supremo simbolo do Amor.

São da raça escolhida e tambem por isso, muitas vezes, da Estirpe Dolorosa. Não que Leopardi seja, no desespero do seu pessimismo, o verdadeiro tipo do poeta. Pelo contrario. Como bem disse um critico francez, o melancólico é um ser incompleto, enfermo, ferido nas fontes da vida, que poderá exhalar queixas eloquentes, mas difficilmente atingirá a grande arte. O verdadeiro artista, que domina a natureza e o homem, na visão superior do eu e não-eu, e sabe exprimir o que lhe inspira essa visão em formas originaes, de uma concepção entretanto impessoal, esse é necessariamente um homem são, equilibrado, e que contempla a Vida com serenidade, chame-se embora Homero, Dante ou Shakespeare. «O verdadeiro genio — escreveu Sylvio Romero — é um tipo sadio, integral, harmonico, onde as forças espirituais e fisicas chegam a um grau supremo de equipolencia ritmica». Não quer isto dizer que não chorem tambem os genios, ás vezes, como tantas chorou Camões, o Luso extraordinario, duplamente grande, porque á grandeza do genio se lhe juntou, sobredeirando-a a magnitude da dôr, e

... a alma cativa

Chagada toda, estava em carne viva.
De dores rodeada e de pezares,
Desamparada e descoberta aos tiros
Da soberba Fortuna,
Soberba, inexoravel e importuna.

Hão de chorar ás vezes, porque são génios, mas tambem são homens. O proprio espectáculo da Vida não raro é bastante forte e pungente para lhes arrancar lágrimas. Não, porém, de deses-

pero, nem de desânimo, nem de maldição. Mesmo na maior miséria, os poetas são milionários. «Les poètes sont des riches, puisqu'ils ont le rêve que les autres n'ont pas». René Bazin tem razão. E só a sua sensibilidade mais fina e apurada lhes aumenta a capacidade de sentir as dores, também melhor do que os outros sentem eles a alegria incomparável de viver. «Gozam da beleza do mundo, como se a terra lhes pertencesse, e mais ainda: gozam do passado, como se pudesse renascer, e do futuro, como se já fosse chegado.»

Os seres materiais são apenas símbolos de realidades mais altas. O poeta é quem compreende essa linguagem misteriosa dos seres, e através a variedade infinita das formas entrevê a própria essência fugidia das coisas. A verdadeira poesia é uma visão.

De certo modo o Grego não errou ao afirmar que na poesia ha mais verdade do que na historia. Que é, afinal, a historia? Já sem falar da antiga, hoje mesmo, que ha critica, e métodos rigorosos, quanta duvida, quanta controversia, quanto problema insolúvel! Se estamos perto do facto, é a paixão, é o interesse, é a falta de perspectiva no tempo. De longe, é a dificuldade de julgar através outros testemunhos, indirectos ou também mais ou menos apaixonados. Ha carencia de informações? Tateamos. Ha grande copia? Nem sabemos sequer como fazer a selecção. Só as grandes linhas são definitivas: Napoleão foi derrotado em Waterloo, em 1815. Mas a minucia irritante, a responsabilidade, por exemplo, ou a innocencia de Grouchy?

A poesia não é, qual se afigura acaso a ignorantes, mero *sport* de rimas, de harmonias de palavras, nem tam pouco o poeta um vulgar malabarista, ou pobre volantim de proezas funambulescas na maroma, a exhibir prestidigitações, trocadilhos, antiteses, para alcançar, do choque de vocabulos, a producção de centelhas verbais. E', deve ser muito mais nobre o seu papel. A poesia é uma forma superior de linguagem, em que se tenta expressar tudo aquilo a que o prosaísmo quotidiano não logra emprestar nem relevo nem côr. Intermediaria á musica e á palavra propriamente dita, a poesia é uma forte e feliz faculdade de exteriorisação do sentimento, que nos extrema dos outros seres todos, brutos ou vivos, e nos desmaterializa de certa maneira, desanimalizando-nos, dando-nos a intuição, a visão directa das realidades que os olhos não vêem, nem escuta o ouvido. E' a mais larga das jane-

las que abrem do nosso cárcere terrestre para o Infinito. Bem dita seja, e que jámais a tentem diminuir ou fechar !

Vêde agora se o poeta pôde ser apenas o moço de farta cabeleira e olheiras fundas, de aspecto exotico e dicionario de rimas opulentas, prestes a desfechar um soneto em cada hora, na mórbida preocupação do ser original e fecundo, sincero e repellido, emotivo e estoico ao mesmo tempo, nessa contradicção flagrante e insanavel de querer fazer simples questão de moda, de attitude, de *pose*, daquillo que é a expressão por excellencia e mais pura da emoção humana, ante o espectáculo do Cosmos e a analyse do seu proprio Eu.

Não ! Seria desconhecer miseramente o valor social do poeta. Bem pode ser que nalguns dêsses jovens mal orientados fulgure um relampago da verdadeira inspiração entre as nuvens densas dos preconceitos ridiculos e das originalidades extravagantes. Bem pode ser. Nunca porem o diamante lhes ha de refractar a

luce intelletual piena d'amore

de que falava o Divino Poeta, se o não quizerem polir, pacientes, faceta por faceta.

O verdadeiro vate é um profeta, um guia, um mitagogo. Ha de fazer vibrar a alma das multidões. Por vezes, é toda uma época, um povo inteiro. O passado misterioso e épico da India revive e perpetua-se nas páginas do Mahabarata e do Ramayana. A predestinação divina do povo eleito, as esperanças messiânicas, os colloquios divinos e humanos de Israel ainda hoje nos seduzem nos versiculos incomparaveis da Biblia. Homero resume a beleza grega. Vergilio é a propria grandeza latina :

Tu regere imperio populus, Romam, momento.

Ao medio evo, para ser um periodo inesquecivel, bastar-lhe-ia haver produzido a *Divina Comedia*. O maior feito de Portugal não foi chegar ás Indias : foi compor os *Luziadas*. Shakspeare, Goethe, Corneille e Hugo não são individuos apenas : são épocas, são mentalidades étnicas, são expoentes nacionais.

O verdadeiro vate não pode ser um chato e vulgar materialista, convencido de que o *homo sapiens* é apenas um simio que evoluiu. O poeta ha de ter um ideal, uma aspiração mais alta

que a simples animalidade; ha de subir em largo surto, aos cumes do espiritualismo.

«Du fond de l'Idéal, c'est Dieu qui nous fait signe»

Não é que se confundam religião e poesia; cada um tem seu dominio proprio, como o têm a sciencia e a moral, por exemplo; mas hão de convergir forçosamente, porque ambas tendem a elevar o homem acima da animalidade; — grandes azas em que se alça do plano zoologico aos ambitos dilatados da Emoção, da Intelligencia e da Liberdade, onde emfim o bipede mesquinho, mas predestinado, já é quasi anjo.

O poeta ha de ter pois uma doutrina, uma concepção do mundo objectivo e subjectivo, um ideal superior. Deve ser optimista, afinal, e crer firmemente no alto valor da Vida. Não será um destruidor, um pessimista doentio de inspiração neurasténica. Affirmará. Prégará. Levantará o sentimento nacional.

E' do que precisamos no Brazil.

Sinta-o a geração hodierna e venha emfim a poesia social, humana e reconfortante. Oxalá quantos receberam a divina faculdade quizessem sómente, como as cigarras ao sol, celebrar a Vida, glorificar o Bello, cantar a Luz. Então accorreriam, aos sons da lira mágica, as proprias pedras, que taes são as almas endurecidas. E seria, neste positivo seculo xx, uma formosa re-produção do milagre de Orfeu.

Rio, 1915.

JONATHAS SERRANO.

O Poema do Instincto

OS PROPHETAS

I

*Ignota landa astral da Bemaventurança,
Do teu seio difflúe o efflúvio da esperança.*

*Bem vejo a tua luz, bem ouço os teus cantares,
Mas o urso negro ulula entre os verdes palmares.*

*O demonio da Carne abre e esgazeia os olhos,
E eu só, e eu só, correndo atravez dos abrolhos,*

*Landa astral, landa astral dos virginaes prophetas,
Grunkhem dentro de mim as cousas mais abjectas.*

*Faz-me espanto, confesso, esta historia sem fim,
De tantas vozes dentro de mim:*

*Querem fazer-me crêr que as boccas dos Prophetas
Dizem, para eu ouvir, estas cousas abjectas.*

II

*Ignota landa astral da Bemaventurança,
Já não ha sobre a terra o que eu chamo esperança.*

*Se eu vejo a tua luz, não ouço os teus cantares,
Mas o urso branco brama entre os gelos polares.*

*O demonio da Carne estatéla os dois olhos,
E estou só, estou só, entre brumas e escolhos.*

*Landa astral, landa astral dos auguraes prophetas,
Tramam dentro de mim as acções mais abjectas.*

*Faz-me pavor, no emtanto, esta historia sem fim,
Pois ha blasphemias dentro de mim.
E vão fazer-me crêr que as boccas dos Prophetas
Louvam, para eu cahir, estas acções abjectas.*

III

*Ignota landa astral da Bemaventurança,
Só ha na terra vã odio e desesperança.*

*Não vejo a tua luz, não ouço os teus cantares
E o fogo devorou todos os lupanares.*

*O demonio da Carne escrutou-me os refolhos
E envenenou-me o sangue a chispa dos seus olhos.*

*Landa astral, landa astral dos divinaes prophetas,
Rezam dentro de mim as rezas mais abjectas.*

*O' minha alma, que horrenda esta historia sem fim,
Ai! de taes-vozes-dentro-de-mim.
Mas não posso crêr, não, que as bocas dos Prophetas
Rezam, para eu chorar! estas rezas abjectas.*

Dos *Mysterios*

Rio de Janeiro.

JOSÉ SEVERIANO DE REZENDE.

A fábula do Homem

*O Homem comparado aos animais,
A tantos deles, grandes e pequenos,
Em tudo quanto vale,
E' raras vezes mais,
E' muitas vezes menos,
E quasi sempre igual.*

Mitiga

A fome

Como a formiga,

Trabalhando,

Moirejando,

E merecendo assim o pão que come.

E enquanto vive bem e tem saude,

Tem virtude.

Ah! mas, em pleno gôso da ventura,

Vaidoso de si próprio, é um pavão;

Embora como êste tambem seja

Inofensivo, prôbo,

Porque nada deseja.

E só não é pavão, para ser lobo

Voraz e com bravura,

Se tem uma ambição.

*Que, em verdade,
A vaidade
E' nele o menos,
Porque é dos seus defeitos mais pequenos.*

*Se tem vaidade, simplesmente expande
A gloria de ser bom, ou de ser grande,
Ou mais forte, ou leal, do que ninguem.*

*Porêm,
Se tem inveja,
Morde como um cão,
Qualquer que seja
A sua condição.*

*Ou faz-se humilde, como o cão, tambem,
Se quer o que não tem.*

*Hipócrita, talvez! Mais vil se torna,
Se acaso oculta no seu ar tranquilo,
No seu aspecto disfarçado e sorna,
O gesto com que avança...
Então, é crocodilo!*

Chora — fingido — como uma creança!...

*Atribue-se o direito e a justiça
De ter a vida sensual do gato
Que come e dorme, e farto se espreguiça...
(E nisto é ele esperto como um rato!)*

*Mas, como que transmigre
O gato em tigre,
Na defêsa
Do que êle considera
A fortuna, o dinheiro, a sua prêsa,
E' uma fera,
Tanto ou mais perigosa, com certeza,
Do que a pantera!*

*O Homem afinal, infelizmente,
E' o que sempre foi!
Se no labor da vida é diligente
Como o boi,
Mesmo assim, inda importa conhecê-lo...
O mais sereno, dócil e possante,
Senão fôr outra coisa é ruminante:
Tem tres estômagos como o camêlo.*

*Emfim,
Disse-me a experiencia
A' consciencia
Que o Homem era assim!*

*Pois só quando é creança, é como a arvela,
Tão delicado e puro como ela!*

*(Neste confronto
Vêde o conceito...
Pondo de parte o que exagera o conto
E que é defeito).*

JOÃO DE DEUS RAMOS.

A favôr da Morte

A Morte é a sombra, que a Vida projecta no Infinito.

Se a Vida tivesse uma só face voltada para a nossa compreensão, ela seria talhada em nítido relevo; uma palavra igualmente lúcida diria a parte que, nela, representa a Morte.

Mas, se a Vida nos volta continuamente uma face, permanentemente ela nos esconde a outra, como, e porventura em sentido oposto, nos volta sempre a Lua a sua face cadavérica

Para onde olha essa outra Vida, que parece estarmos condenados a ignorar, sem remédio?

Quando, em criança, nos víamos limitados pela serrania longinqua, toda a nossa alma interrogadora se alteava para espreitar para além da Montanha. Em toda a nossa *dulcissima via dolorosa* se exalta a profundidade do nosso sêr na visionação do misterioso além. O além da Montanha dos nossos sonhos juvenís era para as bandas do Sol, de lá vinha a Aurora de dedos rosados, como nos conta Homero; era um inacessível luminoso aureolado de brandas azas suspensas, quasi subido, na garganta da cotovia, a humana palavra fraterna e confiante.

O além da Vida para onde é?

A face voltada para o misterioso, em que se envolve?

Receberá a caricia vibrante do éter, em meigos silêncios, ou mergulhará o seu perfil dramático na sombra muda e só?

Eis o enigma da Morte!

Quando os egipcios, esses legendarios heroís da primitiva guerra contra a Morte, collocaram a Esfinge á margem do Deserto, foram os proprios olhos da Morte, frios e vasilios, que êles

voltaram sobre a Solidão. Entre os olhos da Esfinge e o Deserto ha um perfeito acordo de desolada aridez. São vãos, porque aqueles olhos contemplam aquela ilimitada Ausência. Ao lado, as Pirâmides guardam os mortos, no baldado esforço contra o inexorável.

Quantos árabes errantes terão, ao tombar do Sol, na hora recolhida do crepúsculo, tentado a Esfinge! Todos os povos lá passaram, e, até nós, chega a angústia ancestral da sua interrogação.

Olhemos a Esfinge: eu creio que a meia-sombra de brandura, que nos faz descerrar um pouco o egoísmo que nos mingua, é a recordação atávica dos momentos que os nossos avós para Ela olharam; eu creio que a Morte é um verbo reveladôr, um Oriente sem o qual não nos seria dado arrancarmos da Inconsciência o sexto sentido, o sentido singular, o sentido do Infinito.

Eu disse que a Morte era a Sombra que a Vida faz no Infinito. Mas o que é esse Infinito? Não será êle uma palavra que a nossa fome de vivêr vestiu ao Nada?

Sim. O Além pode sêr a sombra muda e só. Nesse caso a Vida é um fenómeno apenas, nada de precioso e substancial ela encerra. A consciência que interroga e conhece, que deseja e cumpre, é um clarão entre duas trevas. Pode muito bem sêr que não haja Universo, mas um perpétuo Cáos, a que a vaidade do nosso eu finge uma Unidade.

Nesse caso chorêmos sobre a desgraça universal, pois é o Universo uma ilusão; e toda a veleidade de Unidade, do cristal á arvore, ao homem e aos sistemas astrais, é baldada, como que obra dum grande humorista, que em tudo tivesse deposto a semente do cómico.

Chorêmos sobre o grande Todo se possíveis nos são as lágrimas, pois a propria piedade, sendo um sentimento envolvente e insinuante, a afirmação dum foco amoroso, ela mesma nos será impossível.

E, perante a morte individual, pensêmos que para o grande Espectaculo da Natureza, para a grande Ilusão da Consciência são precisos os átomos do nosso corpo, os elementos dos nossos sonhos partidos. Pensêmos que o arco-iris é o triunfo glorioso dos elementos libertos, que na luz da mais longinqua estrela ardem agora as substâncias da nossa química, as moléculas dos nossos corações.

Chorêmos sobre o Todo, e cantêmos sobre a libertação individual, e, sobretudo, sobre a libertação de consciência humana, que, sendo a mais íntima e bela unidade, é a primeira e mais sofredôra victima da grande Ilusão.

* *

Mas, se esse Infinito é o grande Oceano em que se banham todos os sêres, dêle tirando a sua parcela de realidade, é então em vôo de heroica curiosidade, que, do cume da Montanha, nos precipitamos para a Morte.

Na primeira alternativa, a maior realidade, ou antes, a menor ilusão será um Cáos, esboçado em mecânica; na segunda alternativa a melhor realidade é uma unidade espiritual tão alta que mal a pode apreender a nossa mísera consciência actual.

A segunda alternativa é mais bela e mais opulenta; porque espalhar, pois, sobre o Sêr, a algidez da nossa miseria, medindo-o pelo pouco que sômos?

E serêmos nós tão pouco? A velha distinção escolástica entre a substância e os seus accidentes, renovada por Kant pela relação — fenómeno noumeno — tem raizes na desproporção, que o mais ingenuo pensamento é capaz de encontrar, nas suas relações humanas, entre o episodio e o character.

Se, com efeito, pesamos o valôr pessoal pelos accidentes da vida, a que injustíssimos equívocos nos não prestâmos!

Mas, sendo o accidente o quotidiano, êle vai depondo o pó das suas ações sobre o fundo da alma, encobrando-a e mascarando-a, como em certos rios, o sólido fundo quartzifero é fingido de viscosa lama.

Dai perder-se a consciência da íntima actividade que sômos e compôr-se a vida pessoal com o material externo dos usos e deveres alheios.

— O que dirão? — é a pergunta que as vidas exiguas se fazem antes de cada attitude.

Conheço uma senhora, de longa vida dolorida, que dizia, ha dias, a uma neta namorada por um honrado môço (que era, demais, o que em linguagem burgueza se custuma chamar um bom partido): «anda, procura um pretexto para que *falem* de ti».

E assim sômos menos que pouco; nada sômos, porque cada um vive uma vida estranha, traz dentro de si o inassimilavel, carreia no sangue a rocha absolutamente insolúvel.

Se despimos a mentira e assistimos ao milagre da consciencia, é, então, a certeza de olhos claros, que se assenta na mais soberba penedia da maior Montanha, silenciosamente contemplando a Terra e os Céus.

O Milagre da Consciencia ?!

Milhões de Poetas erguem os seus cantos e esses cantos embalam-se no mesmo ritmo; fazem os seus Dramas e esses Dramas contam as mesmas luctas e os mesmos esforços, as mesmas derrotas e as mesmas victorias; dizem as suas tragedias e todas as tragedias apresentam a mesma monstruosa face multipla e una, a mesma dissolução das unidades individuais num irresistivel impulso absorvente, que possui e abraça as pessoas, como a gravidade impele os mundos.

Que órgão de Realidade é este, que disperso pela terra, porventura por incontaveis planetas do nosso e de outros Sois, em toda a parte dá as mesmas produções, vai levantando a mesma Obra ?

Ou estes órgãos estão ligados por uma Consciencia superior, que lhes marcou o acordo, ou nenhuma ligação os prende e nenhum acordo os pode unir.

A ligação por uma Consciencia superior não pode sêr, todavia, tal que as consciencias parciais sejam mecanismos, pois o acordo nunca é perfeito, mas sim perfectivel pelo desejo de melhor, como se a concordia só fosse possivel após o trabalho comum.

As consciencias desligadas como conseguem os mesmos resultados ?

Sendo meros espelhos identicos, onde uma plena Realidade estranha viesse pintar a Imagem ?

A concepção duma tal Realidade ignora o minimo criticismo do conhecimento, as mais vagas linhas da sciencia, a mais tenue actividade da imaginação artistica.

Essa concepção só conhece os factos brutos, imediatos da percepção.

Ora esses factos são diferentes em dois pontos do Espaço, ou em dois momentos do Tempo; impossivel é, pois, o acordo das consciencias que os copiem.

As consciencias são, deste modo, *actividades criadoras solidarias*. Criadoras, porque produzem a realidade; solidarias, porque se adaptam ao ritmo de outras actividades, porque *experimentam*, em suma.

E', por isso, que a moral é sempre metafisica e absoluta; o ponto inicial da consciencia é socialista; nele é, virtualmente, o crescente abraço concentrico do homem ao Cosmos.

A consciencia é agora uma actividade irreductivel, uma afirmação absoluta, um quantum do Sêr.

Se, portanto, apreendo em mim o milagre da consciencia, aniquilo, no Tempo, o seu falso absolutismo; vejo, sob o irreparavel fluxo das cousas, a permanencia do Sêr.

Deixando os raciocinios filosoficos, que nada dizem ao leitor que desejo agora — o senhor todo-o-mundo — vamos sómente olhar dum ponto bem solitario e alto o pôr do Sol.

Fluidiza-se o azul dos montes afastados. O Deus de cabelos de oiro incendeia o Ocidente em estratos de fogo, alternando com nuvens escuras, tumulos errantes, que um ultimo afago da luz vagarosamente oscula.

Para além do fôgo, é o Ceu um brando lago opalescente.

Alaranjam-se a pouco e pouco os ultimos veios de fogo, a morrer docemente num branco leite de porcelana japoneza.

O ceu occidental é côr de rosa; o Marão dum azul liquido, coberto de névoa, como o sonho dum mar petrificado.

O ocidente polvilha-se agora de roxo, e a terra é azul profundo, acolhedor e fresco.

Os cabelos esparsos, alongados, do Deus, deixam, ao rez da terra, fios loiros enredados da urze tamanina do Outeiro.

Fumam as choupanas, em redondo, torneando a muralha dos montes.

Os gados vão beber; e um pastor de olhos vagos, errantes de instinctos, segue-os, aqui e nas paginas da Biblia, na velha Persia, na India, por todos os tempos e em todos os logares.

Amanhã o Deus ha-de voltar feminino e brando e o sonho da Noite vai despertar em triunfante alegria de purpura.

Para ele, a verde fala das arvores, a sonora loquacidade das aguas, o deliquescente aroma dos jasmims.

Por ele, é, agora, a inquietação das aves, o abandono das humildes plantas nos brandos embalos do crepusculo; por ele, é, ainda, a negra concavidade do Infinito, pontiluzente *de abismaticas pupilas...*

O divino espectáculo é lá, se a consciencia lhe assiste.

Ou o espectáculo foi feito sem intenção, e a consciencia, que o criou, aumentou o Universo em riqueza concreta, de som e

côr; ou o espectáculo é intencional, e a consciencia é o espectador, que bem mereceu o glorioso milagre.

O olhar, que te segue a jornada de purpurinos trilhos, vê para além de ti, Apolo de loiras tranças; olha, do centro dos mundos, o universal espectáculo da *sua sonora e luminosa harmonia!*

*
* *

E agora, entrevista esta face de Esperança, não voltará a primeira visão a impôr-se, ainda mais, como escarneo á sublimidade com que a nossa fome de viver criou todo este aparelho de ilusionismo logico.

— Repito (dirá), que a consciencia é o simples efeito de certos arranjos fisiologicos, que o corpo é para a consciencia o que a lampada é para a chama —.

Prestemos ouvidos, porque vale sempre a pena verificarmos o miolo das nossas proposições.

Quando falamos de causa e efeito, que dizemos nós?

Ou nos limitamos á simples constatação da sucessão regular de dois fenomenos, chamando, o primeiro, causa e, o segundo, efeito; ou supomos que a relação causal é uma relação logica.

No ultimo caso ha uma certa equivalencia entre a causa e o efeito, e só uma causa consciente poderia dar a consciencia como efeito.

No primeiro caso, limitados ao puro empirismo dos factos, diriamos que o Dia é causa da Noite, que, em todos os fenomenos contemporaneamente sonoros e luminosos, quando vistos a distancia, é a Luz a causa do Som, e muitos outros discursos de tamanho e maior disparate.

Ainda, no absurdo caso de lhes darmos os ouvidos, teriamos a considerar que a sucessão consciencia-fenomeno fisico, é pelo menos tão vulgar como a sucessão, fenomeno fisico-consciencia; e, assim, a causa e o efeito trocariam, por vezes, os respectivos papeis.

Em cada organismo é tão visivel a sucessão em que a consciencia é anterior e actuante, que se morre de medo, ⁽¹⁾ que a su-

⁽¹⁾ Não só o homem, como, por exemplo, as aves. Prestes a serem devoradas pela cobra, morreram, não aproveitando o oportuno socorro humano.

gestão *cria* arranjos organicos, constituindo e destruindo funções, e, portanto, órgãos.

Uma ultima teimosia, dirá — vejo desarranjar-se o corpo e a consciencia desaparecer.

Vêmos, tanto, isso, como desaparecer a consciencia e desagregar-se o corpo.

O que nós vêmos, por vezes, é a degradação da consciencia superior a consciencia animal. Isto revela no homem o resumo da vida planetaria e nada mais.

Por ultimo, «que desaparecido o corpo jámais se manifesta a consciencia individual.»

E' bem verdade; pelo menos, pelo corpo desaparecido e nos seus moldes ou gestos; mas, e com Lodge, porque retirei o conductor, que me canalisava a electricidade armazenada num dielectrico, perdeu-se essa electricidade?

Mais ainda. Porque só conheço a conductibilidade do cobre, posso afirmar alguma cousa sobre a do ferro, prata ou qualquer corpo desconhecido?

Poderia afirmar que só no cobre pode existir a electricidade?

A Realidade é um jogo livre dentro de regras necessarias.

Os individuos, pela consciencia, são necessariamente solidarios do todo, vivem no Universo, sem, por isso, perderem a possibilidade dum narcisismo, que, desfalcando-os em consciencia, os diminua em realidade, crescendo-os do que é perezível e vão.

Ora só o que vai no sentido do Universo é substancial, só é perfeita a Memoria total da cosmica interação.

O desejo de imortalidade para um efemero instrumento do meu saber é precisamente no caminho da particula, contra a amorosa vontade de um concreto universalismo.

A cosmogonia dos povos do Norte, contada na Edda, apresenta-nos um heroi, rapido como o relampago, matando o grande gigante do Mal.

Um filho desse gigante ficou, e os da sua raça conseguem entendimentos no Ceu contra o grande Deus, rapido como o relampago.

Matam-lhe o mais velho de todos os filhos, Balder.

Os deuses pretendem tira-lo a Hela, deusa da Morte, que diz *só o entregar em troca duma lagrima de cada criatura.*

E' preciso que os rochedos, os homens, os rios, as arvores chorem para resgate do gracioso e forte Balder.

Quer dizer que só um perfeito acordo, um socialismo cosmico e completo, um abraço enleante e universal colocará cada consciencia no ponto central, na altitude dominadôra, donde a outra face da Vida clareia a sua sombra em alvoroçada, infinita Esperança.

LEONARDO COIMBRA.

O povo são ⁽¹⁾

O infimo populacho de Portugal de sangue leonês e galego, mó escura de valencianas cinzentas, buréis pardos, bristóis grosseiros, bragais encardidos, nos pés avarcas de bezerro e na cabeça chapeirão de ingrês,—era uma criatura atarracada, com o crânio redondo e a face tósca e trigueira em que luziam olhos pretos e beiços carnosos. Mãos curtas, dedos rombos e peludos, barba dura, corredios cabelos negros, forte, mazorro, agreste, desconfiadão, afoito no perigo e rebentino nas bulhas a que se atirava com sanha danada — a mesma que na peleja o aguerria, endoidecendo-lhe as pupilas heróicas — o todo da sua figura mansa e do seu sorriso grosso, mas cordo, respirava urbanidade na fôrça e valentia certa no perigo. Sujo e desleixado, estimava-se assim mesmo e sobretudo no que era por dentro: rudo, mas franco. Falava com o carão descoberto, a cabeça levantada, o olhar direito, afirmando rijeza. Amigo do seu amigo, podiam contar com êle. Criança impulsiva, era bom ou bruto, conforme a voz que alarmava seus instintos à sôlta, ou a mão de ferro que os continha.

Dentro desta mesma classe, a seguir, aos solarengos, aos juqueiros, aos mesteirais, estavam os vizinhos, os homens bons e de criação, que na vida municipal ocupavam os primeiros lugares. Embora um tanto ou quanto mais esclarecidos, no fundo, o feitio moral dêstes era o daqueles. Em todos os seus propósitos, nascidos em coração de sã índole e moldados em natural

(1) Capitulo V do livro — *Leonor Teles* —, no prelo.

bom-senso independente de cultura, êsses homens bons seguiam a linha recta, não por o mais fácil dos caminhos chãos, mas por ser o único que a sua lealdade conhecia. Amavam com zêlo as coisas públicas, a que se apegavam e que defendiam como á terra da sua lavoura e aos tratos da sua mercancia. Tinham a nítida noção de que Portugal era de todos — do rei e do povo. Formavam uma família em que o pai se chamava rei, ao qual deviam obediência, e, por isso, ao mesmo tempo que lhe beijava a mão e o encomendavam em sua mercê, lhe diziam, cara-a-cara, suas queixas e agravos. Pai, sim; pastor, não.

Jâmais a noção do poder absoluto entrou na mente do povo português. A idea de pátria andava com a idea de liberdade. Esta terra, ao cabo do mundo, para cá dos montes e a borda do mar verde franjado de neve, toda insolada de oiro e toldada de azul, dera a Deus, como paga à gente ardida, que, pelejando com fé, a limpou da infieldade sarracena, — para ser cristã e viver sôbre si. Dois ódios: a Castela e ao judeu. Dois amores: ao torrão e à independência.

O reino era pequeno, mas chegava. Que cada um vivesse na sua casa — na sua toca. Nada de aventuras. O mar entenebrecia o português, a terra pacificava-o. O mar era falso, o campo certo, a serra lial.

— O caminho da raposa é o melhor — diziam.

Só com os de cá o povo se entendia, pois os de fora, todos lhe pareciam hostis. A sua bôca rústica não sabia afeiçoar-se em sorrisos para estranhos suspeitos. O bairrismo do povo contrastava com o cosmopolitismo dos fidalgos. O character estava naquelle e não nestes.

Que pretendeu o povo de então? Defender-se dos grandes, começando pelo rei, a quem não queria consentir que por si só fizesse guerra, desse castelos a estrangeiros, cunhasse moeda, gastasse de mais, ou coutase a esmo. Desejava o povo que os fidalgos, as Ordens e os clérigos não abusassem dos pequenos, vexando-os com seus privilégios; que os direitos locais lhes fossem garantidos; e que as justiças se fizessem prontas e bem distribuídas por todos. Assim, acrescentava-se a fôrça do reino, engrandecendo a honra do rei.

Nos municípios, a sua voz ouvia-se; e havia mais de um século que o povo, representado por procuradores — bons cidadãos — tinha, no meio de prelados, priores, Mestres e ricos-ho-

mens, o seu banco em côrtes, isto é, uma bôca que falasse por êle, advogasse seus intereses e o defendesse de agravamentos. As leis de D. Dinis, de D. Afonso IV, de D. Pedro, contra as prepotências dos fidalgos, haviam defendido o povo dos maiores, atendido queixas, escutado direitos concelhios, obtido forais, o que, certificando-o na justiça, lhe dava a consciência da fôrça e lhe aclarava a esperança de melhores conquistas. Num dado momento, o povo opõe-se à criação das sisas, pois não quer sacrificar-se com mais despesas — êle que conhece os gastos errados — e protesta contra os excessos de fausto e de luxo dos fidalgos e dos gran-senhores. Dia a dia, insiste em direitos: nos capítulos gerais, apresentados em côrtes, pretende-se alargar as regalias comunais até à igualdade dos cidadãos; e perante as eleições dos municípios o povo goza da faculdade de levar recurso ao desembargo do Paço.

Ia-se adiantando no compreender que era forte. Tomava pé. Depois, as refalsidades dos fidalgos de consciência acomodática, as dúbias atitudes do clero corruto, avigoravam-no, pelo confronto, na convicção da sua fidelidade, do seu obsecado patriotismo, enraizando-o na certeza de que era a única classe que amava obstinadamente o seu torrão e que dizia, sem rebuço, toda a verdade ao rei. Por isso — êle que via de longe e de fóra os homens e seus manejos — entendia que era quem devera escolher os conselheiros, designá-los a dedo, pois ninguém como o povo português sabia o que melhor convinha ao seu rei.

A noção de disciplina social vinha-lhe da noção de família: — era preciso que houvesse um que dirigisse, a quem todos obedecessem, que todos respeitassem; vinha-lhe da noção religiosa, onde um só Deus ordena e comanda. Um, sim; muitos, não. Do rei recebia o povo a confiança do governmentamento e da manutenção do direito e da justiça; ao rei era devida, da parte do povo, a dedicação pela causa de todos e, num lado momento, o lial aviso para os desvios da sua conduta, se, por sorte má, êle persistisse no êrro. Assim, com simplesa e probidade, a gente sã do Portugal môço, compreendia seu rei, seus homens, suas coisas públicas.

D. Fernando era conhecedor e entendido no granjeio da lavoura de governar o reino, mas andava mal aconselhado pelos da sua privança e por certos grandes que tudo emburilhavam. Que

fôra essa guerra com Castela senão o resultado de desviados encaminhamentos? Para que nos havíamos de meter com vizinhos, indo fazer duras querelas, com lanças e galés aventuradas, fora da nossa casa? Cobiça vã! O que tínhamos, chegava-nos.

— Mais valem alimpaduras da minha eira que trigo da tulha alheia, — diziam.

Guerra, nunca; mas, uma vez que D. Fernando se meteu a fazê-la, devia el-rei estar, em presença de corpo, nos logares cercados, Bragança, Vinhais, Carmona e Braga, que se renderam à míngua de socorros e de coragem — coragem, sim, pois, se o rei estivesse á frente dêles, as gentes pelejariam com multiplicada intrepidez, e talvez vencessem. O povo queixava-se disto, mas atribuía aos conselheiros a quebrada atitude do rei, pois sabia que, no caso da praça de Carmona, entregue à fôrça a D. Henrique II, foram êles os causadores de D. Fernando não acorrer lá, como prometera, e por isso lhes chamava, a êsses grandes:

«Traidores e falsos»!

Se o ânimo do rei era brando, na obrigação dos conselheiros estava enrijá-lo; e, quando se mostrasse afincadamente querençoso em suas ideas, apontar-lhe os erros, por bem ou por mal. Citavam a firmeza dos homens bons de D. Afonso IV, que quando começara a reinar, ouviu de suas bôcas a ameaça de buscarem outro rei, se êle não prestasse melhor atenção aos negócios da fazenda pública. Ora os conselheiros de D. Fernando, êsses, deixavam correr as coisas, mostrando que «se doíam pouco da honra e serviço de el-rei».

E o que custou essa guerra! Levou-nos um empilhado tesouro de boas moedas de ouro e de prata, herdadas de D. Pedro — tão justiceiro rei! Por azo dela, estiveram os portos fechados e as alfândegas minguadas de rendas; fez D. Fernando, sem ouvir o seu povo nem os grandes, lavrar refeces moedas novas (gentis de um ponto, barbudas, graves e tornezes) e mudou o valor dos maravedis e das dobras, e daí todos os preços subirem desagui-sadamente. Foram erros sobre erros; mas o povo logo viu, após suas primeiras queixas, quanto o rei queria atender ao bem comunal, corrigindo a estima do dinheiro e criando no reino a niveladora almotaçaria que tudo taxava em razoados termos. O rei era bom e cavaleiro. O povo confiava nêle. Agora, porêm, era preciso esclarecê-lo, aconselhá-lo, de bôa-mente, como um filho



RETRATO DE UMA PRINCESA
do pintor português AFONSO SANCHES COELHO (1532-1588)

bem avisado faz quando vê seu pai, em qualquer desvairo de razão, seguir por torto caminho. Tornava-se indispensável atacar directamente o mal.

Um rei casar com mulher casada?! Um rei roubar a mulher de nobre e bom vassalo?! Não podia ser. Não devia ser. Era contra a religião, contra a fidalguia, contra o mundo. Com filha de rei, que lhe trouxesse honra a êle e acrescentamento ao reino, sim. As infantas de Aragão e de Castela, primeiramente escolhidas, — isso fôra atinado concerto. Eis o que era necessário dizer-se a D. Fernando, cara-a-cara, fôsse como fôsse. Ah, se êle ouvisse as suas razões amigas, mudaria de rumo, deixaria Leonor — estava disso certo o ingénuo povo português!

Assim razoavam as gentes de Lisboa, e estas opiniões, arrenegadas e tumultuosas eram repetidas, aqui e acolá, por todo o reino, em Tomar, Santarêm, Leiria, Alenquer, Abrantes e outras terras, em magotes pardos de gente meã, tendo à sua frente mercadores, ourives, tanoeiros, armeiros, petintais — nos cantos dos terreiros, nos cotovelos das ruelas, em que, esconsamente, se confidenciavam tristezas e revoltas, todos assustados pelos perigos que corria a boa fama do reino, magoados nos seus brios, cogitando na maneira, pronta e eficaz, de remediar o mal; e após várias disputas, resolveu-se que o povo de Lisboa se juntasse honradamente e procurasse o rei nos seus Paços de Apar S. Martinho, e, numa fala, lhe dissesse tudo, tudo!

Duelo desigual! De um lado, os nobres corações do povo português, escancarados de lialdade, todos se mostrando nos impulsos das suas paixões; do outro, a alma, pregueada de subtis astúcias, de uma mulher bela e calma, jogando com seus atractivos, serenamente fixa no ponto luminoso das suas ambições, servindo-se, para as realizar, sagaz e fria, de propósitos cautelosos, de meditadas reservas, — de sorrisos aliciantes e de graças sábias. E, entre os dois, um rei inteligente e doce, mas, mísero de amor, periguado aos ventos!

Embora. O povo vai falar.

ANTERO DE FIGUEIREDO.

Innocencia⁽¹⁾

(Peça extrahida do celebre romance do
Visconde de Taunay)

QUADRO III

Um canto de pomar, que a noite torna mais profundo e misterioso. A' esquerda, a casa de Pereira. Perto da porta, uma imagem rustica da Virgem. Noite aveludada e limpida de verão. No céu, as estrelas palpitam lentamente. Da relva sóbe o murmúrio sussurrante e fremente dos insectos nocturnos.

Scena ultima

Innocencia abre a janella e fica a pensar immovel, os olhos fitos na noite. Cyrino, que a contempla, na sombra, faz um movimento involuntario que lhe desperta a attenção. Ella inclina-se para vêr. Elle, então, approximando-se :

CYRINO

Innocencia ! Innocencia !

INNOCENCIA

Ah !

CYRINO (Tem um gestozinho intinctivo de recúo)

Não se retire ! Deixe-me vêr o seu rosto ! E' a primeira vez que posso fital-o assim, sem disfarce . . . Você não sabe como passei esses dias, curtido de dôr . . . Innocencia . . . Innocencia !

(1) Parece que está actualmente em moda, no Brazil, o sertão. Ha mezes, succedeu no nosso meio teatral um facto bastante curioso. Tres dramaturgos, devidamente autorisados pelos herdeiros do Visconde de Taunay extrairam ao mesmo tempo, em Minas e no Rio, uma peça da «Inocencia». O Sr. Carlos Góes, o conhecido autor mineiro, já publicou a sua «Inocencia», em cinco actos. Os Srs. Roberto Gomes e Rodrigues Barboza resolveram não imprimir a sua obra antes de que fosse representada. Conseguimos porém obter a autorisação de publicar uma das scenas capitais da peça : o final do III quadro.

A peça dos dois autores cariocas está dividida em seis quadros que reproduzem as principais scenas do romance. Autorisando-se, porém, do exemplo de Henri Bataille que na «Resurreição, por elle extraida do romance de Tolstoï, intercalou um acto (o acto do julgamento) da sua inteira lavra, os srs. Rodrigues Barbosa e Roberto Gomes desenvolvendo uma indicação do romance, escreveram dois quadros que lhes pertencem quasi exclusivamente : O quarto, que se desenrola na fazenda de Cesario, e sexto, que dura alguns minutos, e se passa no sertão, após a morte de Cyrino e Inocencia.

INNOCENCIA (E repete perdidamente esse nome que naquella instante, encerra para elle o mundo inteiro)

Oh . . . mecê . . . que vem fazer aqui? Já estou bôa.

CYRINO

Mas eu é que vou morrer. Sinto dentro de mim um fogo que nunca senti. Já não vivo, e nesta semana fiquei mais velho de que em muitos annos havia de ficar . . . E tudo, Innocencia, porque a amo.

INNOCENCIA

Mas porque é que gosta tanto de mim? Não é meu parente, nem primo, longe que seja, nem conhecido sequer. Eu lhe vi apenas pouco tempo, e tanto se agradou de mim?

CYRINO

E com você não succede o mesmo?

INNOCENCIA

Commigo?

CYRINO

Sim . . . Porque está acordada a estas horas? Porque é que não póde dormir que a cama lhe parece um brazeiro, como a mim tambem parece? Porque pensa em alguém a todo instante? E esse alguém não é primo seu, longe que seja, nem conhecido sequer!

INNOCENCIA

E' verdade.

CYRINO

Innocencia!

INNOCENCIA

Ah! Amar deve ser coisa bem feia!

CYRINO

Porque?

INNOCENCIA

Porque estou aqui e sinto tanto fogo no rosto. Cá dentro me diz um palpíte que é pecado mortal.

CYRINO

Você tão pura?

INNOCENCIA

Se alguém viesse agora, eu morria de vergonha . . . (elle beija-lhe as mãos que ella procura retirar.) Sr. Cyrino, deixe-me . . . Que me fez mecê que não me conhece mais? Será aquelle remedio que me deu? Se papai apparecesse não tinha o direito de me matar?

CYRINO

E eu? Pensa então que sou feliz? (noutro tom) Escute, Innocencia... talvez não possa tornar a fallar-lhe como agora... Vem para perto de mim... A porta está encostada...

INNOCENCIA

Não!

CYRINO

Não receie nada. Hei de respeitá-la como se fôra uma santa. Não confia em mim?

INNOCENCIA (Hesita um instante. Fita profundamente Cyrino. E, depois, com voz grave:)

Confio, sim.

CYRINO

Então? (Ella sai lentamente da janela, e aparece á porta. Ele corre a ela, balbuciando:) Innocencia! Innocencia!... Ah! O seu nome é o mundo para mim.

INNOCENCIA

Então, mecê me ama?

CYRINO

Juro-lhe... E' mais facil apagarem-se de repente estas estrellas todas do que eu deixar de amal-a.

INNOCENCIA

Veja como tenho o rosto em braza... Ah! Porque veio *bulir* commigo, sr. Cyrino?

CYRINO

Diga: Cyrino?

INNOCENCIA (Confusa)

Não me atrevo.

CYRINO

Cyrino?

INNOCENCIA (Baixo)

Cyrino.

CYRINO

Ah!

INNOCENCIA (recuando e grave)

Escute, Cyrino, nestes dias tenho aprendido muita coisa. Andava neste mundo e delle não conhecia maldade alguma... A paixão que tenho por mecê foi como uma luz que faiscou dentro de mim. Ninguém me disse nada, mas parece que a minha alma acordou para me avisar de que é bom e máo. Sei que devo de ter medo de mecê, que estou nas suas mãos, e entretanto vim.

CYRINO

Ah! Innocencia, se você soubesse.

INNOCENCIA

Deixe-me contar-lhe o que me enche o peito . . . Sou filha dos sertões. Nunca li em livros nem tive quem me ensinasse coisa alguma . . . Se eu o maguar, desculpe, será sem querer . . . Ha já um tempo, pararam aqui umas mulheres com uns homens. Papai não quiz manda-las entrar, como é de costume. Disse-me: São mulheres sem vergonha, gente airada. Tive tanto dó dellas que não imagina. Depois fui espiar. Caiam tantas no chão, e cantavam tão alto com modos tão feios, que me fizeram corar por ellas.

CYRINO

Eram mulheres perdidas!

INNOCENCIA

E são os homens que as perdem assim, coitadas! Antes morrer! Parece-me que Nossa Senhora ha de ter pena dos que amam mas desampara com certeza os que erram.

CYRINO

Ella nos protegerá.

INNOCENCIA

Se não houver remedio, temos que nos lembrar que as almas, quando se acaba tudo neste mundo, vão pelos ceus, cheios de estrellas, passeiando como num jardim . . . Se eu me finasse e mecê tambem, punha-se a minha alma a correr pelos ares, procurando a sua, procurando, procurando, e então nós dois juntinhos iamos viajando para aqui, ora para alli . . . Não era tão bom?

CYRINO

Mas vamos viver os dois e viajar nesta terra antes de nos finar . . . A'manhã vou falar a seu pae . . .

INNOCENCIA

A'manhã, volta Manecão!

CYRINO

Ah! Sempre aquelle homem!

INNOCENCIA

Ha de ser meu marido.

CYRINO

Isso nunca, Innocencia! Falarei amanhã.

INNOCENCIA

Deus nos livre! Era a nossa perdição! Não conhece o que é palavra de mineiro... ferro quebra... ella não... Ha de ser meu marido.

CYRINO

Seu pai é bom.

INNOCENCIA

E' muito bom. Mas tenho tal medo d'elle. Tem um genio, meu Deus!

CYRINO

Quem sabe Innocencia? Hei de falar tanto, pedir com tanta humildade...

INNOCENCIA

De nada serviria, tudo é inutil.

CYRINO (desesperado)

Que fazer então? Eu que não posso mais viver assim, ralado de dôr, e só a ideia de perdê-la faz-me ferver o sangue.

INNOCENCIA

Não ha saída. Nada nos pode salvar.

CYRINO

Tenho commigo um recurso.

INNOCENCIA

Qual?

CYRINO

Se fugissemos? Olhe: amanhã cedo, trago para aqui dois bons animais... Você monte n'um, eu noutra... batemos para Sant'Anna e, a galope sempre, havemos de chegar a Uberaba... onde acharemos um padre que nos case... Vamos, ouviu?

INNOCENCIA

E havia de me estimar toda a vida?

CYRINO

Sempre... Sempre... olha. Tudo quanto nos rodeia está tão bello, tão calmo! Tudo convida ao descanso... Só nós a padeceremos! Diga: sim... Diga, pelo amor de Deus, e estamos sal-

vos! E' o unico meio . . . e teremos toda uma vida de ventura . . . os dois, Innocencia, os dois . . .

INNOCENCIA

Ah! Era bem melhor eu não ter gostado nunca de ninguém. Antes de o ter visto, casar com Manecão me agradava até. Mas agora, essa ideia me mette horror. Porque é que veio ter commigo, tirar-me o somno e a vontade de viver? Não ha tanta moça nas cidades, nos povoados?

CYRINO

Mas não ha nenhuma com você. Pela salvação de minha alma lhe deu juramento: Nada de mais fiz para prender-lhe o coração. Se você me ama é porque Deus assim mandou. Se eu tivesse passado por aqui antes daquelle homem que odeio, que quizera matar, nada impediria o nosso casamento, e eu seria mais feliz aqui do que o Imperador lá nos seus paços do Rio de Janeiro! (bruscamente) Se você não quizer, Innocencia, eu me mato!

INNOCENCIA (Num grito)

Ah! Não!

CYRINO

Então, diga que acceita, que acceita a ventura que lhe quero dar. A'manhã fugiremos, não é? Diga . . . diga . . .

INNOCENCIA (vencida)

Pois . . .

(Nesse momento ouve-se um assobio agudo, a que se segue uma especie de extranha e soturna gargalhada. Innocencia deixa escapar um grito abafado. Separam-se bruscamente os dois e permanecem immoveis.)

INNOCENCIA

Meu Deus! Que agoiro!

CYRINO

Vou vêr . . . (sái correndo)

INNOCENCIA (só)

Será alma do outro mundo? (Persigna-se. Silencio, de repente). Minha mãe? (silencio) Oh! Perdão, meu Deus! Perdão!

CYRINO (voltando)

Não é nada. Olhei por toda parte. Não ha ninguém. Foi um gavião.

INNOCENCIA

Qual! Parecia gente.

CYRINO

E' mais um motivo para fugirmos amanhã.

INNOCENCIA (resoluta)

Não.

CYRINO

Porque?

INNOCENCIA

Não quero.

CYRINO

Mas porque?

INNOCENCIA

E meu pai, Cyrino? Atirava-me a maldição. Eu ficava perdida... uma mulher de má vida, sem a benção de seu pai... Não... Não quero fugir! Antes a desgraça para toda a existencia. Já muito peço fazendo o que faço... Deixe-me ir... Deixe-me ir...

CYRINO

Então vá, Innocencia! Venha a morte, e fique para chorar por mim!

INNOCENCIA (sem se afastar)

Porque é que o ceu nos quer tanto mal (chora em silencio). Ah! Se tivesse vindo mais cedo, e se o padrinho quizesse!...

CYRINO

O padrinho?

INNOCENCIA

Sim. Papai lhe deve favores de dinheiro e o ouve muito. Ah! se elle tivesse falado!

CYRINO (com violencia)

Irei amanhã cedo ter com êle. Vou contar-lhe tudo, pôr-me de rastos aos seus pés e...

INNOCENCIA

Agora é tarde.

CYRINO

Quem sabe? Deve tentar!

INNOCENCIA (assustada)

Mas não lhe fale em mim! Não lhe diga que tratou commigo! Estaria tudo perdido... E assim mesmo, elle é capaz de desconfiar.

CYRINO (com exaltação)

Pouco importa! E' a ultima esperanza! Amanhã cedo monto a cavallo e toco para lá!

INNOCENCIA

Ah! Bem sinto que será inutil!

CYRINO

Rogarei tanto que êle terá pena de nós! E se conseguir apieda-lo, irei até a villa, a pé, botar duas velas bentas ao altar de Nossa Senhora!

INNOCENCIA (vivamente)

Não ouviu um ruido?

CYRINO

Não.

INNOCENCIA

Ah! Se meu pae accordar e nos achar aqui, mata-nos logo! Cyrino! E que Nossa Senhora o proteja!

CYRINO (beijando-a)

Innocencia!

Sae correndo. Innocencia fica algum tempo immovel, perturbada e deslumbrada, por aquelle beijo de amor. Dirige-se em seguida lentamente para casa. Ao chegar deante da estatua da Virgem, deixa-se cahir de joelhos e com as lagrimas a correr-lhe pelo rosto, ella murmura, de mãos postas:

INNOCENCIA

Nossa Senhora da Abbadia! Valei-me neste momento de angustia e não me deixeis nesta dôr cá de dentro tão cruel. Perdoae-me este amor, mais forte do que eu. Não tenho culpa... Não tenho culpa... Nunca fiz mal a ninguem. Sou uma pobre creança, pequenina para tão grande dôr... Virgem Nossa Senhora! Tende pena de mim... tende pena de mim!

E fica, prostrada, balbuciante, a rezar e chorar baixinho, perdida na grande noite indifferente.

E assim termina o terceiro quadro

RODRIGUES BARBOSA & ROBERTO GOMES.

Revista do Mez

O MEZ LITTERARIO

Sousa Costa, na sua ultima novela -- *Regresso á Felicidade*, tratou de aligeirar a sua pena, deixando o genero em que até aqui adquirira uma farta notoriedade de escriptor laborioso que, em quinhentas paginas, mette uma ação tenue, soterrando-a em longas, pezadas descripções. A ironia que mal se compraz na sujeição a graves dictames e máximas litterarias, é leve e gracil como um bater de azas de pardal que, em cima de um feixe de trigo, celebra a alegria de quem enche o papo com o fulvo grão que lhe não pertence. Sousa Costa, que não é malicioso e que tambem não possui a arte subtil de descobrir as contradicções que o comico estabelece entre as apparencias e as essencias, entre os gestos e as intenções, escrevendo o *Regresso á Felicidade*, dá-nos a imagem de um homem que faz um esforço doloroso para ser superior á sua vocação. Assim não consegue bem o fim ou fins que se propoz, porque, ao terminar-se a leitura do seu livrinho, só elle ficará intrigado com os sentimentos do leitor. Este, para resumir as suas impressões, encolherá os hombros e, se fôr fumador, accenderá um cigarrinho e chupa-lo ha com delicias, a fim de manifestar, numa bafurada de azulado fumo, que o naturismo e Sousa Costa ambos vivem de illusões — o primeiro da illusão das coisas sérias, o segundo da illusão das coisas comicas.

José Duro deixou no *Fel* a prova provada de que para ser um poeta não se torna necessario escrever uma grande obra. Basta para tanto sentir a propria Dôr, mas senti-la com a tocante sinceridade dos que, no naufragio das suas chimeras, encontram as notas humanas de um drama que a arte rouba ao destino das miserias banaes. José Duro viu a sua mocidade batida por todas as desditas — um genio implacavel arrojando-o para o negrume onde o coração sem uma esperanza se abre para o nihilismo. Teve a nobreza do seu desespero. E com a confiança de um estoicismo superior, sobrepoz-se á ruina dos seus sonhos; e a sua voz, que a vida talvez um dia amainasse e suavisasse em calmos acentos, já ás portas da morte soube ser rude, verdadeira e so-

bretudo fremente de uma angustia tão legitima que os seus poemas parecem trazer certezas d'além da campa. Quando a poesia assim illumina um deserto, enchendo-o de tão vastas claridades, ou seja optimista ou pessimista, a sua indole é a mesma, porque corresponde aos ritmos necessários do nosso fado planetario e extra-planetario,



O integralismo lusitano é a traducção arrevesada do que os francezes, mais concisos e claros nas rubricas, denominam nacionalismo — doutrina politica que se propõe restaurar as virtudes tradicionaes da França. Os nossos integralistas — um bando de mancebos aguerridos que, pelo estudo e pela meditação, querem desimpeçar o Portugal monarchico do Portugal demagogico, impondo aquelle a este como uma reacção salubre da alma da raça — nos salões da Liga Naval, iniciaram uma série de conferencias, sob este titulo: *A questão iberica*. Não foram longe no seu proposito, porque a revolução de «Quatorze de Maio» interrompeu-os no seu labor, pondo em silencio nostalgico os seus labios que iam dizendo as grandes esperanças integralistas. Agora publicaram num volume todas as conferencias — as que chegaram a ser ditas e as que não encontraram azo para tal. Merecem leitura e leitura attenta, sobretudo as de Antonio Sardinha sobre o territorio e a raça, Vasco de Carvalho sobre aspectos politico-militares, Ruy Ennes Ulrich sobre colonisações ibericas, Xavier Cordeiro sobre direito a instituições. As restantes tambem teem valor, mas são menos *representativas* em relação ao assumpto a que se cingem. A questão iberica, de tempos a tempos, resurge como uma sombra acima de nossas cabeças. Como vivemos numa epoca em que o solo treme, os nossos integralistas exageraram-lhe a actualidade. Não lhes queremos mal por isso. A patria merece bem que, por amor della, comemos algumas amplificações. Os integralistas que são intelligentes sabem bem que todas as ideias, para marcharem, necessitam um pedaço de theatro,



Virginia de Castro e Almeida publicou um livro de contos que abrange — *Innocente*, *Solar dos Pavões* e *Decameron*. O primeiro que dá o titulo em volume, é certamente o que melhor exemplifica as faculdades da autora, na arte difficil de dramatisar os episodios vulgares da vida do campo e das cidades. A sua prosa energica e de uma concisão que se presta bellamente ás notações rapidas e curtas, attinge agora a plena expressão plastica da sua força e do seu colorido. Para escrever um conto como a *Innocente*, necessario se torna possuir um alto sentimento pictural das coisas, alliado a uma intuição admiravel do genio amargo que, nas aldeias, em plena bucolica, urde, sob a calma ingenua dos animos credulos, sudarios de dôr e lagrimas em que expiram corações, dignos de uma arrancada em busca da Ventura. O *Solar dos Pavões*, é a farça de uma aristocracia decadente que só conserva da sua passada grandeza um orgulho de casta que mal encobre uma formidavel auzencia de escrupulos, quando se trata de manter intacta a hipocrisia das fachadas historiadas. No *Decameron*, cinco personagens — o Professor, o Poeta, Fabricio, Irene e Eu — com vagos propositos de esthetas e moralistas, matam o tempo e o tédio, entre arrojadas parabolias de phantasia e sonho e minus-

culas divagações sobre o util e a sua poeira de calculos e interesses, que tanto prejudicam a flamancia alada das chimeras que demandam o puro Azul.

Julio Cesar da Silva escreveu uma comedia triste, em alexandrinos, — *A Morte de Pierrot*. A tuberculose mina a existencia do alegre comico que, perdida já a crença no seu destino bohemio, ainda confia em Colombina e na morte, que proxima tange a fatal matraca, annunciando-lhe a sua derradeira representação.

Aquella, porem, escapa-se, sem a coragem de se lhe dedicar, porque não comprehende a moral do sacrificio. Pierrot tosse fundo e Colombina inclina-se para nova tentação. Pierrot que vê a sua infidelidade, faz-se ironico para lhe explicar que o seu galanteador é um vulgar mancebo que diz o que não sente em versos que não faz. Comprehende que a vida não passa de farça, e que no tablado é que elle devia despedir-se do mundo, fornecendo ao publico a derradeira scena da sua biographia, emfim chegada á plena expressão da verdade. E' tarde demais, porem, para se resgatar da mentira. E morre obscuramente, não podendo ser superior á sua estrella funesta...

JOAQUIM MANSO.

Recebemos os seguintes livros e folhetos, de que iremos fallando nos proximos numeros:— *Flor da Lama*, contos, por Eugenio Vieira, Livraria Classica Editora, Praça dos Restauradores, Lisbôa; *Cartilha Nova*, por Thomaz da Fonseca, Empreza de Publicações Populares, Lisbôa; *Gente Lusa*, Archivo de Letras e Artes, Praia da Granja; *Saudação á luz*, poema por Ronald de Carvalho; *Notas de Estudo*, fragmentos, por Moreira Telles, Livraria Classica Editora, Praça dos Restauradores, Lisbôa; *A Linguagem Medica Popular de Fialho*, por Antonio Saavedra; *Revista de Educação*, Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos, rua da Emenda, Lisbôa; *Chronicas de Arte*, por Aarão de Lacerda, Renascença Portuguesa, Porto; *Segredos ás Mulheres*, versos de Cesar Casqueiro, Livraria Ferreira, Lisbôa; *Tratamento Natural*, por João de Vasconcellos, edição do auctor; *Columbario*, por Silva Figueira, Funchal; *Canções do Amôr e da Terra*, por José Rebello, Porto; *Historia do Principe Luiz*, por Ana de Castro Osorio, Lisbôa; *O Milho de Camões*, por Eduardo Moreira, com um prefacio de João Penha, Braga; *Golpes*, versos de Eduardo Pereira, Livraria Aillaud, Lisbôa.

J. M.

CRÓNICA MUSICAL

Há já algum tempo, alguém me dera uma notícia extraordinária, quasi inverosímil: numa pequena vila de província, perdida em dobras de montanha, longe da chamada civilização, existia um orfeon. Aí vivia um homem, que conseguira agrupar em volta de si pessoas das mais diversas categorias sociais, do bacharel ao cavador, para a prossecução dum mesmo fim; primeira, e não pequena maravilha. A maravilha, porém, chegava ao milagre: esse fim era artistico, e o grupo constituia o mais perfeito dos instrumentos: um orfeon.

As vantagens múltiplas duma associação orfeónica fazem dêste género de organizações uma escola perfeita e sem rival. Quando o Orfeon Acadêmico de Coimbra, fundado e dirigido por António Joyce, estava condenado a desaparecer, visto o seu director ir terminar a sua vida académica, para que obra tam grande como essa não morresse banalmente, pensou-se numa viagem de diplomacia artística ao Brasil; inútil é pôr em relêvo as excelentes conseqüências que adviriam dessa bela jornada, para a qual tam afanosamente se trabalhou, e que tristes razões tornaram impossível. Por essa época — Junho de 1912 — escrevia eu numa crónica :

«Portugal é um país de analfabetos; mas não é, infelizmente, apenas um país de analfabetos, é tambem um país de deficientemente educados. De facto, educação e instrução são coisas bem diversas, que em parte alguma, como entre nós, andam tam divorciadas, quando é certo que ambas se completam e que uma sem a outra se reduz à condição de prenda inútil, quando não prejudicial.

«Se é pois necessário dar instrução aos milhões de portugueses que a não teem, não o é memos dar educação aos milhares de instruidos que a não possuem. E um dos meios mais eficazes e de mais seguro êxito para o conseguir é a associação orfeónica.

«Efectivamente, as vantagens educativas dum orfeon são enormes e complexas, fazendo-se sentir simultâneamente nos ouvintes e nos executantes. Nestes, principalmente, é que essa educação é poderosa e vasta, desenvolvendo-lhes e mesmo criando-lhes o ouvido musical, o sentimento estético, e tendo ainda um alto valor higiênico.

«É freqüentíssimo que um indivíduo incapaz de distinguir um meio-tom ou afinar um acorde, chegue, tempos depois, à custa de numerosas audições e aturados ensaios, a poder tomar parte na massa orfeónica sem a desmanchar, antes valorizando-a. Assim se cria e desenvolve, milagrosamente, um sentido.

«Do mesmo modo, quando se apresenta a ensaio alguma das magníficas obras clássicas, os orfeonistas protestam, acham-na massante, de mau efeito, de mau gosto. Mais tarde, depois de muito a cantarem, reputam-na uma das melhores peças que conhecem: assim se lhes cria e afina o sentimento estético.

«Finalmente, sob o ponto de vista higiênico, todos sabem o valor que modernamente se dá à ginástica respiratória, base de todo o desenvolvimento físico, elemento primordial da saude, tendo, além disso, íntima relação com a atenção, como o demonstram as experiências feitas em Bordeus pelo dr. Marcel Jeanty: e essa, praticam-na os orfeonistas em larga escala, visto ser ela o fundamento de toda a educação orfeónica.

«Mas não é só o valor educativo que faz do Orfeon uma instituição utilíssima e necessária: é tambem o seu valor social.

«De facto, a solidariedade e a disciplina necessária para a prossecução de um fim, são nestas associações mais fortes que em quaisquer outras. E essas qualidades irradiam delas por todo o país onde a sua acção se faz sentir, com aquela fôrça convincente, mais rápida que o melhor argumento, que o Belo exerce sôbre quem o sente; e assim, o sentimento da solidariedade

alastra, saindo dos estreitos limites da associação, abrangendo a cidade, a província, o país inteiro, à medida que o poderoso vínculo da Arte vai unindo todos os homens.

«Sempre que um povo toma plena posse de si, sempre que atinge a maioridade histórica, desde que se convence que é alguma coisa mais que vassalo dos seus senhores, a música popular irrompe bela e forte; organizam-se massas corais para a realizar, e progressivamente, por uma auto-educação racional e lógica, esses coros passam à execução da música culta, até que chegam a interpretar conscientemente os grandes monumentos musicais. Assim se cria um povo de artistas, o que é o mesmo que dizer um povo de bons.

«Fácil seria demonstrar à face da história a verdade desta asserção com numerosísimos exemplos; mas bastará citar a França e Alemanha.

«Na França, só depois de 1789 é que começou a introduzir-se o canto coral nas escolas, primeiro tímidamente e quasi sem resultado, até que, depois da Restauração e mesmo sem preparação escolar, a harmonia popular, sob a inspiração de Wilhem, brotou de toda a parte, desenvolvendo-se largamente com a terceira República.

«Na Alemanha, só depois da decadência do feudalismo é que o povo canta e compõe, emudecendo com a consolidação do poder absoluto durante o século xvii e parte do xviii; mas ei-lo que ressurgue e vence o estrangeiro invasor, e novamente canta e compõe, numa ânsia constante de perfeição, fazendo da música um culto, já imprescindível à sua vida espiritual.

«Por último, é de estudar o valor técnico do canto coral. É ele a mais alta expressão da música pura, sendo o còro o mais perfeito de todos os instrumentos. Nos instrumentos artificiais é necessário recorrer a convenções para harmonizar a acústica com a realização prática do som; é por isso que só numa orquestra de vozes pode ouvir-se um acorde puro e justo, coisa impossível numa orquestra de instrumentos.

«E este é o único e verdadeiro ensino da música: educar o ouvido, fazer solfejar cantando, dando assim justas impressões do som, e não ensinar o manejo dum instrumento mecânicamente, sem nenhuma relação entre o dedo e o ouvido, o que pode fazer *virtuosi*, habilidosos, mas nunca músicos, nunca estetas, nunca artistas; em regra, faz meninas pianistas, a mais tremenda praga que tem assolado a humanidade.»

Esta opinião que eu entam tinha do valor ético, estético e social do orfeon é precisamente a mesma que hoje tenho; daí, o alvoroço com que recebi a notícia da existência dum, perdido e ignorado, na ignorada e perdida vila de Condeixa.

Deram os jornais a notícia da sua próxima vinda a Lisboa, e, diga-se em verdade, raras vezes reclamo mais tonitruante encheu colunas de periódicos. Pois que tanto se falava do Orfeon de Condeixa, e que pessoas para mim de incontroverso bom-gôsto e alto senso estético se faziam seus incansáveis panegiristas, nenhuma dúvida restava àcerca do valor artístico do grupo coral que o dr. João Antunes tam pacientemente fundara e dirigia.

Chegou finalmente o dia 9 de Fevereiro, e o Teatro da República literalmente se encheu duma multidão ávida de ver o milagre que a Arte realizara:

oitenta humildes habitantes duma vila humilde vinham dar à capital macrocéfala uma grande lição, que oxalá fosse aproveitada

Apresentou o Orfeon Afonso Lopes Vieira, que fez uma magistral conferência, escrita naquela sua prosa, a um tempo da máxima simplicidade e da máxima elegância, que se ouve com encanto, se lê com deleite, e se relê sempre com prazer.

Seguidamente, o Orfeon deu comêço ao seu concêrto, cuja primeira parte era exclusivamente clássica, sendo os dois primeiros trechos herdados do reportório do Orfeon Joyce: o *andante* da *Sonata Appassionata* de Beethoven, arranjado para canto por Silcher e um trecho duma missa de Palestrina; além destes, um coral de Bach e o motete *Cruz fidelis* de D. João IV.

Que eram estes os trechos via-se pelo programa, que não pela execução; esta era uma vaga ruminação de sons discordes, sem fortes nem pianos, sem a mais leve sombra de expressão, sem música, enfim: coisa tam profundamente lamentável, que os olhos se marejavam de lágrimas perante tam sublime e ingênua inconsciência!

Ouvi depois dizer que a desafinação proviera de causas fortuitas, e que esse mal se remediou no segundo concêrto. Concedo. O que porém não podia era fazer-se dum grupo de individuos, que não tinham a mais pequena preparação vocal, um orfeon, do mesmo modo que uma orquestra não é um agrupamento de músicos, embora tocando todos os instrumentos de que a orquestra se compõe: uma orquestra, como um orfeon, é *um* instrumento, que o regente toca, o que presume um equilíbrio perfeito, uma fusão completa da parte dos executantes, e da parte do director os conhecimentos musicais proporcionados aos trechos que ensaia e rege.

Fazer cantar Palestrina sem um profundo conhecimento do estilo polifónico é coisa verdadeiramente inconcebível; da falta dêsse conhecimento resultou o que resultou, e em nenhum caso podia deixar de resultar, visto a partitura do *Adoramus te* ser a mesma do Orfeon de Coimbra, para quatro vozes de homem; ora o Orfeon de Condeixa é mixto, pois tem crianças sopranistas; os menos versados podem calcular o efeito desta... adaptação.

Na parte reservada a canções populares, ou havidas como tais, como por exemplo *O Lenço*, canção escrita sôbre as quadras de Simões Dias por António Dias da Costa, o compositor português que melhor assimilou o nosso *folklore* e cuja música mais profundas raizes populares possui — prova-o sobejamente a sua canção *Que noite serena*, que atravessou Portugal de extremo a extremo —, foi o grupo condeixense menos infeliz, como era natural, se bem que essas mesmas já eu as tenha ouvido, sem preparação prévia, interpretadas por camponeses com mais justesa de sentimento.

O público fez uma carinhosa ovação aos pobres que de longe vieram tam ingênua e santamente; e bem fez, pois nenhuma culpa tinham eles, que não sabiam o que faziam.

A' falta de mérito artístico, poz-se em relevo a bela intenção; ora disto é que eu discordo e por discordar é que julgo um dever escrever estas palavras.

Em Arte, não basta a intenção; é preciso a realização. Uma obra de arte é uma coisa santa, em que não podem tocar mãos profanas. Interpretar Palestrina, Bach e Beethoven, e interpretá-los no instrumento puro por exce-

lência que é o côro *a capela*, é um alto sacerdócio, que só os verdadeiros Músicos, os que tenham dos autores e dos seus estilos um perfeito conhecimento, e uma alma capaz de os compreender e sentir, podem ousar sem pecar.

Se outros o fizerem, praticam um sacrilégio; o Orfeon que perder o seu tempo com essas execuções ínfimas, não tem nenhuma das vantagens que acima apontei, antes tem todas as desvantagens e corre todos os perigos que adveem duma má educação; não pode ser dado como exemplo a seguir, mas como exemplo a não seguir; e acima de tudo, dá aos seus executantes e ouvintes uma noção invertida dos autores e da própria música, que, se fosse assim, seria coisa abominável.

Ora isto é grave, e em Portugal é gravíssimo.



Este triste acontecimento foi logo no dia seguinte compensado pela audição duma verdadeira artista, pianista de temperamento e raça, discípula de Rey Colaço, que se fez ouvir no Salão da Liga Naval em Beethoven, Schumann e Chopin: D. Felicidade Pereira de Carvalho.

Se é certo que a distinta pianista foi de grande clareza e elegância no último andamento da 17.^a *Sonata* de Beethoven, e igualmente feliz em alguns números do *Carnaval de Viena* de Schumann, especialmente no *scherzino*, foi em todo o caso em Chopin que ela se excedeu, revelando-se-nos como uma das suas mais perfeitas intérpretes.

O sentimento delicado e justo que a pianista deu ao *Nocturno em si maior*, e a execução impecável, perlada, leve como uma renda, do *Estudo em sol bemol*, bastavam para a impor.

D. Felicidade Pereira de Carvalho é, sem dúvida, um dos temperamentos artísticos mais vibráteis que nos tem sido dado aplaudir.

HUMBERTO DE AVELAR.

OS TEATROS EM LISBOA

Apezar do interesse despertado pelas inconfidencias de bastidores e pelas palestras das portas de cafés, que lhe faziam prever pelo menos um grande exito de escandalo, a terceira peça do sr. Ramada Curto — que em *Segundas nupcias* e na *Sombra* revelou muito apreciaveis qualidades de dramaturgo — interrompeu discretamente as suas representações ao cabo de algumas noites de scena. E' que, sem entibiarem a esperança de novas produções de real valor, que nos são devidas pelo talento do sr. Ramada Curto, *Os redemptores da Illiria* estavam, com effeito, longe de constituir uma bella e authentica obra de arte theatral. Para que o não fossem, contribuíram, além de razões de ordem tecnica e literaria, os seus propositos de glorificação politica. A justeza e transparencia da allegoria talvez se pudessem discutir, mas não ha duvida de que o auctor evoca factos contemporaneos e pretendeu desenharnos conhecidas personagens, localisando-os num vago e ephemero reino do oriente da Europa. O magnifico prefacio, de tão penetrante analyse, com que o conde Prozor precedeu a traducção de *Um inimigo do povo*, prefacio escripto em viagem de Lisboa para o Rio de Janeiro, diz, a respeito de Henrik Ibsen, que «personnellement il a tenu à bien accentuer son indépendance à

l'égard de tous les partis, surtout du parti radical de son pays», accrescentando o erudicto traductor que o dramaturgo genial se não dispensou de mostrar a obra desse partido atravez de satiras sangrentas . . . Ora o sr. Ramada Curto, que é um politico militante, eloquente orador parlamentar e forense, ao levar para o palco a politica e os politicos, fel-o sem a rude independencia do mestre norueguez, antes com visiveis intuitos apologeticos que, por assim dizer, dão á ribalta um aspecto de tribuna. Teem-se os mais illustres escriptores de theatro comprazido em satirisar figuras e meios politicos, desde a antiguidade classica até os dias de hoje; a apologia, porém, não será facil encontral-a nas suas obras, nem mesmo quando os homens de partido — e é o tema da peça do sr. Ramada Curto — se sacrificam em holocausto a generosos e sublimes ideaes.

Os redemptores da Illiria repartem-se em quatro actos e o seu protagonista é o grande heroe Raditchef, modelo de cidadãos e de patriotas, estadista que personifica as aspirações populares, e que, sahindo incolume de attentados e de revoluções, morre nas trincheiras em defeza da liberdade e da independencia nacional. Os moldes são velhos e gastos. Sardou, que os inventou, não fez muitos discipulos e nenhum obteve renome que se parecesse com o delle. Um acto, o ultimo que decorre num hospital de sangue, onde feridos e mortos entram, constantemente, transportados em macas, emquanto lá fóra trôa o canhão e se succedem as descargas de fusilaria e os toques de clarim, bastava para prejudicar a viabilidade da peça, ainda mesmo que nos actos anteriores as situações fossem originaes e empolgantes e o estylo do dramaturgo houvesse attingido a condensação que o mesmo Sardou preconizava quando dizia que na obra theatral «telle phrase doit résumer vingt pages; tel mot doit résumer vingt phrases» . . . O sr. Ramada Curto não triumphou ainda no Nacional, mas o momentaneo infortunio deve consideral-o apenas como estimulo, porque a sua individualidade, cremol-o bem, ha de affirmar-se em breve. Ao auctor de *Patrie* e de *Madame Sans-Gêne*, quando começava com *Les pattes de mouche*, observou certo critico famoso, prophetizando-lhe um logar entre os mestres da scena, que «ce n'est pas à trent ans que l'on a une manière à soi» e que um dia, elle que os imitava, viria por certo a egualal-os . . . Que o joven dramaturgo de *Os redemptores da Illiria* se não melindre por lhe recordarmos estas palavras de Sarcey e consinta que sinceramente as applicuemos ao seu caso . . .

*
* *

A *Noite de Santo Antonio*, quatro actos do sr. Vasco de Mendonça Alves, no Republica, tambem não resistiu uma semana. O assunto era antipatico e escabroso, o desenlace nauseante e a deficiencia de condições scenicas manifesta. Quando imaginamos que mais uma vez o estafado tema da reabilitação da mulher perdida se irá desenrolar aos nossos olhos, o que se nos depara? A misera historia duma mulher que, tendo descido até o lupanar, arrasta a sua desventura nas vielas da Mouraria, sem que a perturbe o remorso do mau passo que deu quando abandonou o marido, uma filhinha de mezes e a abundancia do seu lar. Tinham-lhe feito um casamento de conveniencia e só quando nos braços lhe depuzeram o primeiro fructo dessa união entendeu fugir com outro homem. Desoito annos decorreram. E' noite de

Santo Antonio. O povo entrega-se ás folias tradicionais, excelente ensejo para o observar de perto nas suas expansões de jubilo. Dois elegantes que acabam de sair dum baile onde um deles, quarentão e conquistador, se apaixona por certa menina que pensa fazer sua esposa, entram numa taberna em que se toca guitarra e canta o fado... Produz-se o encontro fatal. O incorregivel amoroso, esquecendo-se, por momentos, de que decidiu pôr termo á sua vida de boemia, deixa-se embriagar pelo perfume da carne que se vende. Quando supunhamos que fosse o devaneio duma hora, vemo-lo, um anno depois, vivendo em *faux ménage* com a prostituta que conheceu no tasco da Mouraria, embora se lhe não desvanecesse a idéa de ligar o seu destino ao daquela cujos virginais encantos o haviam cativado no baile da noite de Santo Antonio. Mas a amante descobre esse amor puro; trata de combatelo, procurando afastar a temida rival do seu caminho, se bem que não ignore que ela é a propria filha, com quem se defronta sem um gesto de comoção ou uma palavra de arrependimento. E consegue-o, porque de novo a imola em holocausto ao seu egoismo sensual e patologico. Entre a mãe e a filha, o solteirão conquistador, que sonhára um instante construir o seu lar, não hesita um minuto: prefere a mãe. São, verdadeiramente, dignos um do outro, pelo que fazem, pelo que dizem e ainda mais pelo que calam. Não acertamos em descortinar o pensamento do sr. Vasco de Mendonça Alves ácerca das vantagens estéticas ou sociais de exhibir em scena figuras e casos morbidos como os da sua *Noite de Santo Antonio*, dando á peça desfecho semelhante... A falta de penetração na analyse psicologica, a incerteza de pulso no desenho dos tipos, a ausencia de originalidade literaria, de dominio da técnica e de vigor dramático que reclamam, para que surtam efeito, os violentos embates, os diversos estados de alma que o auctor nas situações do seu drama tentou exprimir, logrando apenas balbucia-los, eis outros tantos factores que se conjugaram para que a *Noite de Santo Antonio* recolhesse ao arquivo do Republica, ao cabo dum numero curtissimo de recitas sem espectadores...

*
* *

O Nacional resuscitou a comedia de Julio Dantas, *Um serão nas Laranjeiras*, admiravel caricatura, cheia de maliciosa graça, da frivola sociedade fidalga e plutocratica de 1848, comedia que, ha anos, a despeito de ridiculos cortes da censura e das veemencias duma critica apaixonadamente exagerada, que a classificou de imoral, deu no mesmo teatro dezenas de representações sucessivas. *Um serão nas Laranjeiras* está — diz-se — no repertorio fixo do nosso primeiro teatro, mas transcorreram anos sem que se fizesse a sua *reprise*. O publico recebeu a comedia com calorosos aplausos. No Nacional estreiou-se tambem como dramaturgo o dr. Sousa Costa, cuja actividade literaria o romance e a cronica teem até agora absorvido. O seu pequeno acto, muito ingenuo, que se intitula *Como se vingam mulheres*, não permite ajuizar com segurança das suas faculdades de escritor teatral, que melhor apreciaremos em trabalhos de maior folego ainda ineditos, mas que virão dentro em pouco á luz da rampa.

No Republica, André Brun, com *A maluquinha de Arroios*, em tres actos, e, no Ginasio, Chagas Roquete com *O Senhor Roubado*, igualmente

em tres actos, fazem as delicias dos que, sem exigencias de arte superior, buscam apenas a alegre distracção que proporciona qualquer dessas farças em que os episodios grotescos e os ditos hilariantes provocam a gargalhada unisona e permanente das platéias. Ambos os humoristas dispõem de fecunda fantasia e possuem dotes de observação que poderiam ser aproveitados na verdadeira comedia de costumes. O Ginasio representára antes *O manequim*, comedia genuinamente parisiense, de Paul Gavault, primor de construcção e de espirito, que Mello Barreto trasladou para vernaculo. Os requintes de gosto com que a peça foi montada e vestida não os excede hoje nenhuma empreza de Lisboa. No papel principal, Maria Mattos patenteou a ductilidade da sua intelligencia numa figura de character oposto ás que, especializando-a, lhe grangearam um solido prestigio.

AVELINO DE ALMEIDA.

BANQUETE DE HOMENAGEM A OLAVO BILAC

Como dissemos no nosso ultimo numero, a «*Atlantida*» promove um banquete de homenagem ao grande Poeta brasileiro, que passa muito brevemente em Lisboa. Esse banquete deve realisar-se a 1 ou 2 de Abril proximo, achando-se a inscripção para elle aberta desde já na Livraria Bertrand (Aillaud, Alves & C.^ª) ao Chiado, e na sede da nossa administração, Livraria Profissional, Largo do Conde Barão, 49.

Para esta festa de confraternisação intellectual Luso-Brazileiro, a «*Atlantida*» tem já assegurada a presença dalgumas das mais illustres personalidades portuguezas, na arte, na literatura e na politica. Bilac é a maxima expressão lirica do genio brasileiro. E' um nobre educador. E' um sincero amigo de Portugal. Festeja-lo é honrar o Brazil — e honrar-nos a nós-proprios. Estamos certos de que a nossa homenagem terá a solenidade e a grandeza que são devidas ao genio maravilhoso de Bilac.

Notas do tempo e fóra do tempo

A gente vulgar — aqueles cuja vida se confunde com a mancha indistincta dos enxames que fabricam a sabedoria como um mel propicio aos conceitos murchos do pensamento decente e satisfeito — julgam sempre que as suas alegrias ou as suas penas, as suas esperanças ou as suas desilusões, os seus amores ou as suas desventuras se encontrassem um engenho que dignamente as contasse ou celebrasse seriam de um interesse tão raro que todas as atenções se prenderiam no seu encanto.

E á falta de narrador ou trovador habil que tome tão preciosa materia prima para lhe dar a consagração da arte, eles proprios contam e cantam, num desvanecimento de quem julga salvar do esquecimento, depositando-o na memoria dos vivos, o seu caso de uma vulgaridade perfeita, sem um traço de relevo que o eleve acima de mil outros que o tempo varre num gesto de desdem para a eterna obscuridade.

— «Não imagina, meu amigo, — a amizade é em geral o sentimento mais derramado nas camadas em que as tempestades se explicam por gôtas de agua — como eu soffri, quando me disseram que minha prima que ingenuamente eu amava, desde menino, fugira com um alferes de cavalaria, sem ao menos me explicar a razão do seu procedimento irregular! ...»

— «Nesse tempo morava eu com uma tia, num quarto andar da rua dos Correeiros. Eram dez horas da noite e á luz de um candieiro de petroleo eu apaixonava-me por Augusto Comte. De repente, ouvi um ruido na escada.

Que se passava?

Abri a porta e dei com este espectaculo inolvidavel — uma criança de poucos dias envolta em farrapos, acabava de ser abandonada por sua mãe! Desde então deixei os livros e pensei a sério no problema da miseria. Enquanto não houver pão para todos, o vicio será uma reacção legitima contra o sofrimento.» —

— «Eu era crente, mas crente de cerebro e coração. Tinha uma unica filha que a tuberculose minava. Eu lia nos seus olhos, que se rasgavam como uma noite de estrellas e luar, a sentença implacavel do destino funesto. Ela

encarava-me e sorria para me fazer comprehender que a morte é, no fundo, uma libertação.

Uma vez disse-me: — «Meu pae, vou morrer, tenho a certeza disso. Todavia, não me assusto, porque Deus é bom e eu creio nele com fé invencível. Não me esquecerei de ti: voltarei do outro mundo a procurar-te. A visão do meu espirito immortal consolar-te-a».

Não me enganou. Chorei e chorei longamente a sua auzencia. Debalde aguardei a sua visita. Decorreram mezes e annos e a pouco e pouco a religião extinguiu-se dentro de mim.

Porque não cumpriu a minha filha a sua palavra?

Apenas os seus olhos se cerraram, o Nada e só o Nada seria capaz de esfriar as suas saudades...» —

— «Pedro e Paulo eram companheiros que uma intimidade, nascida nos bancos do collegio, fazia inseparaveis. Nunca entre eles passara uma grande comoção, um desses abalos que determinam o valor de uma promessa, de uma lealdade. De braço dado, passeavam sempre os dois e com frequencia os dois paravam para admirar a mesma mulher.

Os exageros de Pedro temperavam-se com a prudencia de Paulo e a reserva excessiva dêste animava-se com o fogo e o enthusiasmo daquelle. Completavam-se, entendiam-se.

Mas ignoravam o intimo da sua sensibilidade, porque vendo-se a cada passo, ainda não tinham tido occasião de desconfiar um do outro. As forças hostis dos seus caracteres repousavam. A sua amizade brotara de um erro infantil e equivocamente crescera. Uma vez, porém, Paulo, solicitado por um invencível desejo de opposição, contrariou Pedro que afirmava que um homem é tanto mais fino quanto mais morto tiver o coração. O que era um pretexto para *blague*, aqueceu-se em polemica violenta. E os dois amigos de tantos annos, dentro de alguns minutos, mordiam-se com rancor. Separaram-se, sem se despedirem. E dai em diante diziam um do outro:

— «Ha muitas maneiras de mentir, mas a mais acabada é a que me revelou F. (Pedro ou Paulo) que consiste em encobrir a propria alma, durante vinte annos, para depois ter o prazer de a mostrar na verdade puorida da sua natureza». —

Afoitamente, cada qual se apresenta como o heroe de uma historia em que os sucessos e os incidentes aumentam, consoante a riqueza da sua imaginação. Os pelintras supõem-se ricos, os imbecis homens de genio. Esta illusão é fecunda em ridiculos. A passageira dôr dos corações superficiaes cria caricaturas de tragedia. O riso dos que julgam a vida na sua grandeza, tomando-a como um canto de cigarra é um espelho onde se refletem as figuras anãs ou esgalgadas da miseria humana que pretende sublimar-se.

JOAQUIM MANSO.

Relações económicas entre Portugal e Brazil

RELATORIO DO VICE-CONSUL PORTUGUEZ EM S. PAULO

1.º Artigos de importação portuguesa ; sua quantidade e valor :
«Vinho, azeite, conservas de peixe, sobretudo sardinhas, poucas rolhas, e algumas frutas, como sejam : maçãs, peras, uvas frescas, etc., mas mais como recordação do que propriamente como exportação regular.»

2.º Artigos similares de importação estrangeira, sua quantidade e valor por cada paiz de origem, principalmente pelo que se refere á procedencia alemã, austriaca e turca :

«Nenhum dos artigos similares da nossa exportação vem da Alemanha, Austria ou Turquia.»

3.º Apresentação, acondicionamento e embalagem dos diversos artigos :

«Com excepção de alguns vinhos engarrafados, azeite, sardinha e outros peixes em latas, é geralmente desanimadora a apresentação da mercadoria, sobretudo pelo que respeita ás deliciosas frutas portuguezas. São mal preparadas e seleccionadas, encontrando-se, na mesma caixa, maçãs e peras de todos os feitios e tamanhos, o que não succede com iguaes productos vindos da California, do Canadá e mesmo da Nova Zelândia, cuja apresentação e embalagem nada deixam a desejar.»

4.º Indicações sobre preços em grosso e a retalho :

«Variam conforme o estado e a qualidade da mercadoria. Sobre este ponto, nota-se que, sendo Portugal um país de frutas apreciadissimas, e a distancia relativamente muito menor do que as nações donde o Brazil se surte — com mão de

obra mais económica e outras vantagens importantes a seu favor — não tenha a primazia entre os seus concorrentes. E tudo isto devido á impreparação da mercadoria, que muito desgosta e desanima o importador, levando-o, com bem fundo sentimento, a preferir os produtos de paizes que melhor o servem.»

5.º Principais casas, absolutamente respeitaveis, importadoras dos artigos que constituem o grosso da nossa importação:

«São de absoluta respeitabilidade as seguintes firmas importadoras de artigos portuguezes:

A. P. Tameirão — Augusto Saraiva & C.^a — Augusto Costa & C.^a — Coutinho & C.^a — Costa Nogueira & C.^a — Camilo Sampaio & C.^a — Garcia Nogueira & C.^a — J. A. L. Pereira Coutinho — José de Carvalho Leitão — J. A. de Oliveira Coelho — Loureiro, Costa & C.^a — Luiz Braga & C.^a — Machado Oliveira & C.^a — Nazareth, Teixeira & C.^a — Pinto & Andrade — Sousa Carneiro & C.^a — Santos Diniz & C.^a — R. Sucena & C.^a — Rodrigues Neto & C.^a

Campinas (Centro importante):

João Jorge de Figueiredo & C.^a — Silva, David & C.^a

6.º — Direitos aduaneiros atribuidos aos produtos das diversas origens que nos interessam:

«São os mesmos os direitos aduaneiros para todos os paizes que exportam para o Brazil produtos similares aos portuguezes.»

7.º — Vias de comunicação marítima:

«E' inegavel que temos as melhores vias de comunicação.»

8.º — Fretes marítimos pagos pelos outros paizes pelo transporte de produtos similares ao da nossa exportação:

«Tem sido precaria a nossa concorrência neste sentido, visto que é menor o frete de Hamburgo, do Havre ou de Bordeus para aqui ou mesmo para a Argentina, do que de Portugal para Santos.»

9.º — Facilidades bancarias, condições de venda e créditos que dão os exportadores dos paizes concorrentes:

«Entre todos os paizes exportadores para o Brazil, destacava-se, como ainda hoje se destaca, a Alemanha, proporcionando todas as facilidades nos seus negocios bancarios, o

que muito tem contribuído para o desenvolvimento do comércio dos seus nacionais.

«O mesmo se vai reconhecendo quanto á Inglaterra, á França e, muito especialmente, á Belgica que, pela sua boa organização bancaria, viu nestes ultimos anos aumentadissima a sua exportação para este Estado — facilitando contas correntes e creditos ás casas importadoras, fazendo os preços ás mercadorias na base de 120 dias de praso, com a faculdade de liquidação até seis mezes com o aumento de 3 % ao mês.»

10.º Indicação dos produtos do Brazil com os quais se possa estabelecer o intercambio :

«Se a enorme produção das nossas colonias não se opuzer, poder-se ha estabelecer o intercambio com o café, cacau, borracha, tabaco, arroz e madeiras de construção, se bem que o maior interesse do Brazil consista, principalmente, na exportação do café, do cacau e da borracha.

«E' notavel, porém, a actividade com que hoje se desenvolve a criação e a engorda de gados, tendo sido já montados dois matadouros e frigorificos importantes, para a preparação de uma média de 300 bois por dia, achando-se presentemente iniciada a exportação para a Inglaterra.

«E' neste artigo que talvez alguma coisa de proveitoso se possa obter.

«De resto, devemos até certo ponto contar com alguns prejuizos para a nossa exportação, dada a baixa verificada do café, que tem levado os agricultores de quasi todo êste Estado a olhar com mais interesse pela cultura das batatas, das cebolas, dos alhos e das uvas, produtos estes de grandissimo consumo em todo o país. Com a protecção do Governo do Estado e com o trabalho persistente das associações agricolas, tem sido sensivelmente remuneradores os resultados destas culturas, como este ano se verificou.

«E' manifesto o interesse com que a Argentina e o Chili actualmente trabalham no sentido de obter as concessões e favores do Brazil para a introdução dos seus vinhos de pasto nos mercados brasileiros, facto este que nos deve inspirar certos receios, por nos faltarem as compensações que têm aqueles dois países.

«Relativamente aos centros comerciais do interior des'te

Estado, todos êles se abastecem nos mercados das cidades de S. Paulo, Santos, Campinas e Rio de Janeiro, sendo de preferencia consumidos os produtos portuguezes a quaisquer outros similares estrangeiros.»

S. Paulo, 11 de março de 1915.

OLYMPIO VIEIRA DE MELLO,
(Vice-consul)

Noticias & Comentarios

O BRAZIL NA FACULDADE DE LETRAS E NO PARLAMENTO

O illustre Director da Faculdade de Letras, dr. Queiroz Veloso, teve a amabilidade de comunicar á *Atlantida* uma copia da sua proposta a favor da criação duma cadeira de *Estudos brasileiros* na mesma Faculdade. Essa proposta, aprovada por unanimidade, é do teor seguinte:

«Proponho a criação duma cadeira de *Estudos brasileiros* que deverá obedecer aos seguintes requisitos: § 1.º — Ser comum ás diversas secções da Faculdade, exactamente com o fim de todos os nossos alunos — que na sua maioria se destinam a futuros professores dos liceus ou das Escolas Normais Primarias — ficarem conhecendo muito mais profundamente o Brazil, do que infelizmente se conhece ainda hoje, apesar das intimas relações que unem os dois paizes. § 2.º — A cadeira de *Estudos Brasileiros* não tratará exclusivamente de nenhum ponto especial, como a historia ou a literatura do Brazil. Deverá ser uma cadeira complexa, em que simultaneamente se estude a historia politica desse paiz, a sua literatura, as suas condições geograficas, a sua etnografia, a sua arte, enfim, as diferentes modalidades da civilização brasileira, sob todos os seus aspectos. § 3.º — A cadeira de *Estudos Brasileiros* deverá ser, em regra, regida por um brasileiro de reconhecida competencia, contratado pela Faculdade, com autorização do Governo. Quando seja possivel o provimento da referida cadeira por esta fórma, será então provida por concurso de provas publicas, nos termos da lei geral e em individuo de nacionalidade portugueza, devendo nesse caso o programa do concurso ser organizado pela Faculdade e submetido tambem á aprovação do governo. § 4.º — O vencimento do professor da cadeira de *Estudos Brasileiros* será igual aos dos professores ordinários da Faculdade, devendo a respectiva importancia ser descrita no Orçamento Geral do Estado.

Essa proposta, aprovada por unanimidade, teve a aceitação calorosa de todos os professores da Faculdade, entre os quais se contam alguns dos homens mais eminentes de Portugal.

Eis os nomes dos professores que a apoiaram: — Teófilo Braga, Adolfo

Coelho, Leite de Vasconcelos, Silva Teles, David Lopes, José Joaquim Nunes, Oliveira Ramos, Agostinho Fortes, Matos Romão, Gustavo Cordeiro Ramos, Alfredo Apell, José Maria Rodrigues.

Podemos acrescentar que essa proposta, convertida em projeto de lei, já foi apresentada á Camara dos Deputados pelo Sr. Ministro de Instrução e que a Comissão de ensino dessa casa do Parlamento nomeou relator do projéto o nosso director João de Barros.

GUERRA JUNQUEIRO

O artigo do eminente Poeta que publicamos neste numero da «*Atlantida*» não é inteiramente inédito. Foi escrito para o programa d'uma festa do Orfeon de Coimbra, dada em beneficio do primeiro *Jardim-Escola João de Deus*. Mas esse programa teve uma tiragem tão limitada, que as admiraveis palavras de Guerra Junqueiro são ainda hoje quasi desconhecidas em Portugal e no Brazil. Por isso as publicámos, devidamente autorizados pelo seu autor, e convictos de que a sua leitura constituirá um enorme prazer de espirito e d'alma para todos os amigos da «*Atlantida*».

GARCIA REDONDO

Começamos hoje a publicar uma linda novella de Garcia Redondo, da Academia Brasileira de Letras e um das mais notaveis prosadores do Brazil moderno. A *Atlantida* honra-se com a colaboração do Mestre ilustre, que tão generosamente nos dá esta grande prova da sua simpatia pela nossa obra.

AFFONSO ARINOS

O telegrafo acaba de transmitir-nos, do Rio de Janeiro, a noticia do falecimento do dr. Affonso Arinos de Mello Franco, socio do Instituto Historico e Geografico Brasileiro e da Academia Brasileira.

As letras brasileiras, já enlutadas pela morte de José Verissimo, acabam de sofrer uma perda inesperada e brutal, pelo logar brilhante, e quasi insubstituivel, que nellas deixa o grande escriptor desaparecido.

Pertencia elle á geração litteraria que no Brasil surgio depois de 1888 e de que fazem parte Olavo Bilac, Oliveira Lima, Graça Aranha, Magalhães de Azeredo, para não citar mais nomes entre vivos e mortos, prova exuberante da vitalidade da raça como continuação das tradições gloriosas da geração que os precedera.

E' que Afonso Arinos foi um escriptor bem nacional, conhecedor profundo da alma dos sertões da sua terra, que soube fazer vibrar em verdadeiros hymnos, para a descrever nos seus livros com a mais encantadora simplicidade. São assim, e nesse genero, modelares os seus contos *Joaquim Mironga* e *Pedro Barqueiro*.

Foi tambem fervoroso cultor do passado historico, a que se achava elle mesmo preso como descendente de uma velha familia da velha terra mineira.

A sua obra, da qual destacaremos os dois volumes *Pelo Sertão* (historias

e paisagens) colecção de contos publicados em 1899 e, mais tarde, o *Mestre de Campo*, não corresponde, é certo, á vastidão da sua cultura.

A accumulacão intellectual foi nelle grande de mais para lhe permittir a producção em livro de um trabalho methodico que nos désse hoje a idéa exacta do seu grande valor.

Dispersava elle os seus conhecimentos profundos em conferencias e em palestras, tirando-as do tempo que se dedicava a questões mais praticas e mais vitaes, entregue, na sua actividade quotidiana, á resolução de problemas do industrialismo e da agricultura.

Para isso os centros europeus atrahiam-no constantemente, não á maneira de um gosador requintado, mas como um verdadeiro trabalhador.

O jornalismo exerceu tambem grande attracção sobre o seu talento.

A sua collaboraçã nos jornaes paulistas e fluminenses, assim como em varios orgãos da imprensa parisiense, foi constante.

Ainda muito recentemente teve ele occasião de combater pelas colunas do *Matin* a obra scientifica de Savage Landor *Across unknown South America* provando as suas inexatidões com relação ás pretensas descobertas de terras brasileiras por esse explorador inglês, o que deu lugar á conhecida polemica entre este e o ex-presidente Roosevelt.

De 1888 a 1889 Afonso Arinos dirigio o importante jornal *Commercio de São Paulo*.

Na Academia de Letras ocupou a cadeira vaga pela morte de Eduardo Prado.

O seu discurso de apresentação foi dos mais notavelmente pronunciados naquela douta Companhia.

A Eduardo Prado ligavam-n'o, além do mais, laços de velha amizade e de parentesco, pelo seu casamento, a uma das primeiras casas territoriaes do Estado de São Paulo.

Como se vê, Afonso Arinos teve uma fisionomia muito propria, muito original, na vida intellectual do Brazil dêstes ultimos anos.

V

JOSÉ VERISSIMO

Morreu este grande escritor brasileiro, que foi um dos mais altos e cultos espiritos da sua Patria. Como simples homenagem, transcrevemos alguns trechos dos artigos que sobre elle publicaram no *Paiz* o nosso illustre collaborador Oscar Lopes e o nosso director João do Rio :

De *Oscar Lopes* :

.....
 «O papel de José Verissimo foi por toda a parte, em todos esses empreendimentos de monta, dos maiores e dos mais sinceros. E ao mesmo tempo as suas virtudes de creação iam cedendo logar ás do commentador e critico, para cujo prestigio crescente concorria cada vez mais uma cultura livresca de extrema abundancia.

Graças a essa auctoridade, á boa vontade no emitir os seus conceitos, á sobriedade dos seus processos e á frequencia da sua assignatura nos princi-

paes orgãos cariocas, em breve José Verissimo chegava á situação de critico indispensavel, o que devia constituir o apogeu da sua carreira. Bem raros eram os auctores que o não cortejavam na dedicatoria de seus volumes, mais raros ainda aqueles que julgavam poder passar sem o juizo do critico illustre e escassos eram tambem os leitores dos jornaes que não esperavam lê-lo nos seus artigos do costume para se aventurarem, elles proprios, a expôr a sua opinião.

Como todos os homens que dizem o que pensam, pouco se lhes dando o agrado ou o desagrado dos seus conceitos, José Verissimo foi combatido. E na violencia das refregas foi tambem negado. Dahi não lhe veio prejuizo até o momento de desaparecer, porque não seremos nós os seus contemporaneos que o julgaremos em ultima analyse.

A prova do seu prestigio é, porém, irrecusavel. Muitas reputações se ergueram na literatura ao influxo do seu juizo e diversas ficaram abaladas pelo contacto da mesma força.

O illustre homem que ha quatro dias morreu, mesmo através de grandes luctas, imprimiu ao seu papel o maior brilho possivel relativamente ás condições da época. A boa vontade com que se aveio na ardua tarefa, a boa fé no desempenho dela e o desejo christão de acertar, fazem mui justamente da sua carreira de critico um belo movimento digno do maior elogio.

Não creio que fique em crise a critica nacional, mas é certo para mim que o passamento de José Verissimo é um rude golpe para a literatura brasileira.

De João do Rio:

Depois de ler os seus livros, tive occasião de com êle conversar algumas vezes. Desfez-se em mim a idéa errada de uma cultura cristalizada. José Verissimo lia muitissimo. estava a par do movimento philosophico e literario do mundo. Apenas ele lia como quem já achou a verdade, como por exemplo Teixeira Mendes póde ler Nietzche ou Bergson. E falava como um professor ao quintanista. Assim passámos anos e quando uma vez, á tarde, ele me chamou gravemente no Garnier e por traz de uma ruma de livros comunicou que me daria o seu voto na Academia, voto que eu não lhe pedira por um indizível temor — quasi tive a sensação de que o edificio desabava. Era o seu feitiço. Foi sempre professor. Estou crente que, ao escrever o prefacio da *Revista Brasileira*, ele pensava numa congregação austera, e a sua attitude na Academia batendo-se pela exclusividade literaria dessa associação como o seu entusiasmo a favor dos aliados, completam a sua fisionomia moral, de temperamento livresco, com idéas intangiveis que outros poderiam considerar preconceitos ou erros, professor exigindo que respeitassem as suas opiniões e ou ensinando na cathedra ou dando ponto nas provas escritas dos outros. Mas com uma convicção austera — que exigia o respeito. Na Academia, quando tivemos a temporada dos expoentes, ele combateu forte com amigos intimos como Mario de Alencar e Afranio Peixoto. Mas sempre digno, sem um excesso. Era na lucta o mesmo das polemicas, sem recuar, mesmo vencido, e mantendo o respeito á sua personalidade, que como todas as figuras de destaque no Brasil era tão atacada.

A ultima vez que o vi foi numa festa de caridade a favor dos aliados. Ele,

que raramente ia a teatros, lá estava de sobrecasaca. Um brilho mais vivo ardia-lhe nos olhos. Era a sua campanha sagrada, o grito do seu temperamento que vivia dentro dos livros, era a defeza da sua razão de ser cerebral, da civilização do seu espirito, era a plenitude do seu patriotismo, era a lucta em favor da sua terra mental: os livros — que o tinham instruido. Podia haver maiores entusiastas. Ele, sem retoricadas, era de certo o grande convencido. Apertou-me a mão, sorriu. O seu sorriso era o agradecimento pessoal pela colaboração naquella demonstração de espirito, feita austeramente de sobrecasaca solene. A guerra — quantas meditações produziria na mentalidade milenar de Araripe, quantos tremendos canhoneios daria a Sylvio ardente? Em José Verissimo era a defeza de tudo quanto fizera o fundo e a base da sua vida austera: a civilização dos seus livros, era a defeza do professor.

Estas palavras, escrevo-as ainda sob a impressão da morte, que me causa uma profunda tristeza, não só pelo desaparecimento do homem, cujo temperamento mais acentuadamente firmou a exigencia do respeito ás coisas da intelligencia, como pelo que esse desaparecimento encerra de concludente no periodo de ouro de uma literatura sem raizes. Ele era o ultimo critico literario sobrevivente, honesto e austero mesmo nos seus erros, com a noção altissima da sua profissão. Fecha-se com êle o ciclo da critica literaria no seu triplice aspecto representativo da nossa informada raça. Ficam para cá os artigos de pancadaria a proposito de livros não lidos e as noticias dolorosas a proposito de livros não abertos dos camaradas — noticias que oscilam entre o brinde de sobremesa e a insuficiencia pedante das informações dos Thé-Tangos...

PINTO DO COUTO

Rodolpho Pinto do Couto, discipulo do grande Teixeira Lopes, é portuguez, vivendo actualmente no Rio de Janeiro, onde se casou ha alguns annos com a esculptora D. Nicolina Vaz.

O trabalho que publicamos é uma deliciosa *cabeça de velho*, talvez o primeiro trabalho executado pelo artista depois da sua chegada ao Brazil. Essa pequena esculptura, em cujas linhas está impressa a valentia de um bom desenhador e em cujo modelado se sente o manejo seguro de um grande artista, obteve aqui, quando foi da sua exposição, um notorio exito.

Pinto do Couto tem agora em mãos a terminação das ultimas peças dos dois grandes pulpitos, destinados para a Igreja da Candelaria. Essa obra, que tem tomado ultimamente todo o tempo desse artista, é esperada com grande anciedade; e della, dizem, os que já tiveram a fortuna de a ver, verdadeiras maravilhas.

O CACAU PORTUGUEZ

A approximação entre Portugal e o Brazil, de grande vantagem para a economia de ambos os paizes, teria magnificos resultados para defender o seu commercio do cacau, em caminho para uma crise semelhante á que em tempos teve logar para o café.

Actualmente são elevados os preços que o cacau obtem nos mercados, em consequencia da procura proveniente da guerra. Antes d'esta, porém, já a baixa se accentuava progressivamente e ella voltará logo que a actual conflagração termine, sobretudo em consequencia do excesso de producção, inferior ao da procura.

A Costa de Ouro, que em 1905 produziu 5:166 toneladas de cacau, exportou 77:273 toneladas em 1915, isto é, 15 vezes mais do que produzia dez annos antes e pouco menos do dobro da producção do Brasil e mais do que duas vezes a de S. Thomé. Este aumento crescente e extraordinario de producção, que se realisa ao mesmo tempo que os outros paizes vão tambem aumentando as suas culturas, tendem certamente para uma diminuição de preço contra a qual será difficil lutar.

Portugal e Brazil tem conjunctamente uma producção igual ou superior á da Costa de Ouro e igual á quarta parte da producção mundial, sendo o seu cacau superior em qualidade ao restante cacau africano. D'aqui a possibilidade de regular e manter os preços por meio de uma praça que naturalmente está indicado que seja a de Lisboa, com o seu porto livre, organizado nos termos do decreto do governo Bernardino Machado e dando aos productos brasileiros todas as facilidades.

Algumas tentativas se fizeram já neste sentido em tempos passados, mas sem resultado pratico. Hoje seria possivel reatar as negociações para chegar a um accordo para todos vantajoso e que mais estreitaria as relações commerciaes entre os dois paizes.

Quer em Portugal, quer no Brazil, são os nacionaes que com esforço grande e sacrificios de saude e dinheiro preparam as plantações e fazem todos os trabalhos agricolas, produzindo o cacau que entregam ao mercado, onde a especulação por vezes impera, de modo que ao agricultor não cabe senão uma pequena parte nos lucros, quando não vê fechar o anno com prejuizo.

O decreto de 22 d'agosto de 1914, tendo em vista satisfazer os desejos de ha muito manifestados pela Republica brasileira de poder dispôr de um entreposto que facilitasse a difusão dos seus productos nos mercados europeus, estabeleceu uma zona franca onde o Brazil e as colonias portuguezas pudessem livremente desembarcar e embarcar mercadorias, permitindo-lhes todas as operações de beneficiação, empacotamento, lotação e até transformação em productos commerciaveis em fabricas ou outros estabelecimentos industriaes. Ora a poucos productos poderia tão vantajosamente aproveitar a zona franca de Lisboa como ao cacau.

Com efeito, em consequencia da guerra, os mercados do cacau estão deslocados, uma parte dos commerciantes que d'elle se occupavam viram-se obrigados a abandonal-o, e portanto mais facil seria organizar em Lisboa um mercado d'esse producto. E além d'isso, como tanto o Brazil como as colonias portuguezas produzem o assucar e o cacau indispensaveis á fabricação do chocolate, seria de largo alcance o iniciar esta industria na zona franca, que teria excelentes condições de exito.

Oxalá os capitalistas e agricultores brasileiros e portuguezes se disponham a aproveitar esta oportunidade unica, que lhes permittiria mais tarde o poderem dictar as leis no comercio d'este tão importante produto da sua agricultura.


LIBANIO DA SILVA

E' com verdadeira comoção que a *Atlantida* regista a morte do velho Libanio da Silva, que tão levantadamente soube exercer o seu mister, e que tão poderosamente contribuiu para os progressos das artes graficas em Portugal. Libanio da Silva foi um mestre da sua especialidade. A sua perda representa uma grande falta. E foi, para todos os que conheciam o seu caracter e admiravam a sua inteligente iniciativa, um desgosto profundo e sincero.

DR. MATTOS CID

Por engano, aliás facil de explicar, demos ao nosso ilustre e querido colaborador Dr. Mattos Cid o titulo de deputado da Nação, contra o qual reclama a sua modestia excessiva. O Dr. Mattos Cid foi deputado na ultima legislatura. D'ai o nosso êrro, de que muito sinceramente pedimos desculpa.

«TERRA PORTUGUEZA»

Saudamos com verdadeira efusão o 1.º numero d'esta nova revista, que representa um admiravel esforço e cujos serviços podem ser tão grandes á melhor e mais intima comprehensão das nossas tradições, do nosso passado, da nossa alma colectiva. O sumario é brilhante e a apresentação perfeita. Artigos de D. José Pessanha, de Julio Dantas, de D. Sebastião Pessanha, de Alberto Sousa, de Alfredo Guimarães, de Virgilio Correia, e ilustrações de Alberto de Sousa e A. Quaresma, dão a este 1.º numero da «*Terra Portuguesa*» um grande e real valor.

Portugal na grande guerra

Desde as 18 horas do dia 9 de março, Portugal está em guerra. Com uma falta de correcção e de verdade, que todos podem apreciar em face da nota entregue pelo Ministro de Allemanha em Lisboa, esta nação, que o seu louco espirito de dominio desvaira a todo o instante, declarou guerra a Portugal. E' um momento grave, um momento de imprevistas consequencias para o futuro da nacionalidade: mas é tambem um alto momento de afirmação patriótica. A *Atlantida*, publicando a declaração do Governo, lida na sessão do Congresso de 10 de março, pretende não só mostrar que vive e acompanha a magnífica anciedade da nação portugueza, como tambem lembrar que a sua missão é hoje mais do que nunca necessaria, para que atravez do conflito que põe á prova a coragem, a serenidade e a grandeza da nossa Raça, se sinta sempre, e cada vez mais ardente e mais forte, a velha amizade fraterna do Brazil e de Portugal.

DECLARAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUEZ LIDA PELO SR. MINISTRO DOS NEGOCIOS EXTRANGEIROS NA SESSÃO DE 10 DE MARÇO

Logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, declarou o governo da Republica, com aplauso unanime do Parlamento, que em circumstancia alguma faltariamos aos deveres de aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. Em 23 de novembro do mesmo ano, com igual aplauso do Parlamento, o governo da Republica novamente assegurou o firme proposito de manter, até aos ultimos sacrificios, a solidariedade secular entre Portugal e a Inglaterra, «base imprescindivel da nossa progressiva valorização mundial».

E desde então até hoje inalteravelmente temos sustentado, sem hesita-

ções nem receios, o claro e leal compromisso que honradamente tomámos. Nunca a nossa aliada recorreu ao nosso auxilio, ao nosso esforço, á nossa solidariedade, que nos não encontrasse singelamente mas firmemente ao seu lado. Um momento houve em que a nossa cooperação nos campos de batalha da Europa esteve iminente, e seguramente se teria efectuado se não tivesse derivado então o nosso esforço para outros logares onde de surpresa nos chamára um ataque traiçoeiro das forças alemãs: Nos primeiros dias de setembro o posto de Mazina na Africa Oriental, havia sido atacado e saqueado por um grupo de alemães, sendo assassinado o chefe do posto, e a breve trecho era a provincia d'Angola igualmente objecto da hostilidade alemã, já não por parte de elementos sem responsabilidade official, mas pela de forças regulares armadas e equipadas sob a direcção das autoridades da Damaralandia. Era ainda e sempre a nossa lealdade para com a Inglaterra a determinante dessas aggressões, e doutras posteriores até mesmo nos mares da Europa, as quais, nem por serem para nós injusta e crueis nos desviaram um momento sequer da linha de conduta que nobremente havíamos traçado. Na Europa ou na Africa, onde quer que os deveres de aliança nos chamem, a nossa resposta foi e será inalteravelmente a mesma: cumpril-os.

Um dos resultados da grande conflagração que mais fortemente se tem feito sentir no nosso paiz, agravando de preferencia as classes menos protegidas da fortuna, é o extraordinario encarecimento da vida, na sua maior parte proveniente dos excessivos preços a que a falta de tonelagem, cada vez maior, levou a industria dos transportes. Portugal como todas as nações onde o commercio maritimo não atingiu ainda um largo grau de desenvolvimento, está adstrito á navegação estrangeira, sucessivamente decrescente, não só pela utilização dos navios mercantes para as necessidades militares, mas tambem pelas perdas derivadas da guerra submarina. Era dever do governo suprir sem perda de tempo essa deficiencia que ameaçava atingir proporções calamitosas. Nos nossos portos permaneciam algumas dezenas de navios condenados a ficarem inuteis por toda a duração da guerra. A sua utilização impunha-se como caso de força maior, como medida de salvação publica, alem de ser autorizado pelo nosso direito, interno e convencional. Com essa imperiosa necessidade do paiz coincidia, por parte da nossa aliada, um não menor interesse em que a tonelagem desses navios voltasse á circulação mercantil e a ela pudesse tambem aproveitar sempre que as nossas circunstancias o permitissem. Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens á nação que a Alemanha considera o seu mais odioso inimigo, poderia ser malevolamente tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo português que já merecera os seus injustificados agravos. Na previsão de tal eventualidade, o governo inglês compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que comnosco ia assumir dirigiu-nos a seguinte solicitação:

«Tendo resultado sérias dificuldades para o commercio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran-Bretanha mas tambem nos paises que mantem com ela boas relações, e tendo Portugal desde o inicio das hostilidades mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o ministro de S. M. tem ordem, em nome do governo

de S. M., de instar com o governo da Republica, em nome da aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portugueses, que serão utilizados para a navegação comercial portuguesa e tambem entre os demais portos que se determinarem por acordo dos dois governos. Legação Britanica — Lisboa, 17 de fevereiro de 1916».

São já conhecidos do Parlamento os fundamentos juridicos em que o Governo baseou a sua requisição e a maneira como ela se efectuou. O justificado receio do cometimento de actos de destruição que tornassem improfi-cua a acção do Governo, obrigou a medidas que, embora eficazes e rapidas, de forma alguma podem ser tidas como violentas. E como não era intenção do Governo dar ao seu acto uma significação de hostilidade, dirigiu ao seu representante em Berlim no momento da requisição legal dos navios o seguinte telegrama:

«Lisboa, 23 de fevereiro de 1916. Ministro de Portugal, Berlim.

«Governo tomou decisão requisitar navios alemães surtos portos portugueses em face necessidades paiz. Comunique facto a esse Governo com declaração de que foi publicado diploma legal regularizando situação tripulações, indemnizações, etc., e que acto posse se está efectuando. (a) *Ministro*».

Apezar dos cuidados de que foi cercado o acto do Governo, o representante da Alemanha em Lisboa dirigiu ao Ministro dos Negocios Estrangeiros a seguinte nota:

«Lisboa, 27 de Fevereiro de 1916. Senhor Ministro.

«Sou encarregado pelo meu alto Governo de protestar contra a singular quebra de direito, que o Governo Portuguez cometeu contra o Imperio Alemão, apossando-se por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portugueses.

«Tenho a honra de ao mesmo tempo por incumbencia do meu alto Governo solicitar de V. Ex.^a a imediata revogação daquela medida. Aceite V. Ex.^a, etc. (a) *Rosen*.

A esta nota, o Governo respondeu nos seguintes termos, que transmitiu ao nosso ministro em Berlim, para deles dar conhecimento immediato ao Governo Alemão:

«Durante um periodo de mais de dezoito mezes os navios alemães imobilizados nos nossos portos gozaram da protecção do Governo da Republica dentro das aguas territoriais portuguesas. Nestas circunstancias, tais navios devem ser considerados como abrangidos pelo principio geral do «dominio iminente», estando assim Portugal inteiramente justificado de exercer com relação a eles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja o direito de usar dela sempre que as necessidades do paiz o exigirem.

Portugal corria o risco da paralisação do seu comercio maritimo devido á falta geral de transportes, e a urgente necessidade de navios legitimava amplamente as excepcionais medidas tomadas. A mesma falta de transportes maritimos compeliu o Governo de Italia a proceder de modo semelhante, requisi-

tando os navios que se tinham abrigado nos portos italianos, e não consta que o Governo Alemão tenha procurado criar o mais pequeno embaraço a esse acto.

Os proprietarios dos navios por nós requisitados receberão, em devido tempo, as indemnizações que lhes forem préviamente asseguradas, e não podem, portanto, considerar-se como tendo sofrido qualquer prejuizo resultante da acção praticada pelo Governo da Republica.

Cumpre ainda notar que o procedimento do Governo é baseado na lei n.º 480 de 7 de fevereiro de 1916, base 10.ª, e está em harmonia com as estipulações internacionais. O artigo 2.º do tratado de commercio e navegação entre Portugal e a Alemanha não se applica ao aproveitamento de navios immobilizados, porque se refere á retenção de navios em transito. E, quando se applicasse, as suas disposições estariam cumpridas, porque só obrigam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, que se fez pelo artigo 5.º Decreto n.º 2229 de 23 de fevereiro de 1916, ficando o *quantum* da indemnização para fixação ulterior com todas as garantias.

Por todas estas razões o Governo tendo exercido o direito, que lhe assistia, de prover a instantes necessidades da economia publica, não pode modificar o seu acto.

(Finda aqui o que v. ex.ª tem de transmitir.)

Pelo que acabo de dizer, vê v. ex.ª que ainda que fossemos neutrais era perfeitamente legitimo o nosso procedimento. Se apesar disso o Governo Alemão, como v. ex.ª supõe, nos arguir de quebra de neutralidade, acentue firmemente o infundado da arguição não só pelas razões juridicas expostas, mas tambem pela impropriedade de expressão, que não podemos deixar de pôr em evidencia para que ninguem neste lance suspeite haver da nossa parte um dissimulado retraimento incompativel com o brio: — logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, declarou o Governo da Republica, com aplauso unanime do Parlamento, que em circumstancia alguma faltariamos aos nossos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. E os governos estrangeiros, incluindo o alemão, acataram tanto os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam esta attitude que todos mantiveram aqui os seus representantes.

E agora, como sempre, continuamos fieis ás nossas obrigações de aliados da nação inglesa, quaesquer que sejam as contrariedades que a seu lado possam deparar-se-nos».

Foi a esta comunicação que o governo imperial entendeu responder com a nota escrita ontem entregue no ministerio dos Negocios Estrangeiros e que é do teor seguinte :

«Lisboa, 9 de março de 1916.

NOTA DA ALEMANHA

Senhor Ministro

Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a vossa excelencia a declaração seguinte :

O governo português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Imperio Alemão por actos contrarios á neutralidade. Em quatro casos foi

permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanencia em portos portugueses contraria á neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilisasse a Madeira como ponto de apoio de esquadra. Canhões e material de guerra de diferente especie foram vendidos ás potencias da «Entente» e além disso á Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do Vice-Consulado Imperial em Mossamedes foi apreendido.

Além disso foram enviadas expedições á Africa e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador do districto (Bezirksamtman) dr. Schultze-Jena, bem como dois officiaes e algumas praças, em 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos por meio de convite, a Naulina e ali aprisionados sem motivo justificado, e quando procuravam subtrair-se á prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram á força feitos prisioneiros.

Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, agiu, em consequencia do procedimento português, na suposição de que Portugal se achava em estado de guerra com o imperio alemão. O governo português fez representações por motivo das ultimas occurencias sem todavia se referir ás primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediario n'uma livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionarios coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e parlamento durante toda a existencia da guerra entregaram-se a grosseiros insultos contra o povo alemão sob uma protecção mais ou menos notoria do governo português. O chefe do partido dos evolucionistas pronunciou na sessão do congresso de 23 de novembro de 1914, na presença dos ministros portugueses assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha sem que por parte do presidente da camara ou de algum dos ministros presentes se seguisse um protesto. A's suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no Boletim Oficial das Sessões não se encontrava a passagem em questão.

Contra estas occurencias protestamos em cada um dos casos em especial, assim como por varias vezes apresentamos as mais sérias representações e tornamos o governo português responsavel por todas as consequencias. Não se deu contudo nenhum remedio. Ao mesmo tempo, o governo imperial, numa indulgente deferencia para com a difficil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequencias do governo português.

Por ultimo, a 23 de fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o governo imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.

O governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar a sua medida violenta em considerações juridicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios immobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequencia desta immobilização, não estão sujeitos ao artigo 2 do tratado

de commercio e navegação luso-alemão, mas sim da mesma fórma como qualquer propriedade que se encontre no país está sujeita á ilimitada soberania de Portugal, e assim ao ilimitado direito de apropriação do governo português. Além disso, opina o governo português ter procedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade economica e tambem no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.

Estas considerações apparecem como vagos subterfugios. O artigo 2.º do Tratado de Commercio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em territorio português. Póde ainda assim haver duvidas sobre se a circumstancia dos navios alemães se encontrarem, como se diz, immobilizados em portos portuguezes, modificou a sua situação de direito. O governo português violou porém o citado artigo em dois sentidos, primeiramente: não se mantem na requisição a dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notorio, estendeu-se a um numero de navios alemães em desproporção com o que era necessario a Portugal para suprir a falta de porões (navios). Mas além disso o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependentes dum previo accordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o governo português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente quer por intermedio do governo alemão, com as companhias de navegação. Desta fórma apresenta-se todo o procedimento do governo português como uma grave violação de Direito e Tratado.

Por este procedimento o governo português deu a conhecer que se considera como vassallo da Inglaterra, o qual subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob fórmas em que deve ver-se uma intencional provocação á Alemanha. A bandeira alemã foi arreada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flamula de guerra. O navio almirante salvou por essa ocasião.

O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessarias consequencias do procedimento do governo português. Considera-se de hoje em diante como estando em estado de guerra com o governo português.

Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de v. ex.ª, tenho a honra de exprimir a v. ex.ª a minha distincta consideração. — (a) *Rosen*.

O Snr. Ministro dos Extrangeiros acrescentou ainda as seguintes palavras, de velada mas profunda indignação :

Releve-me o Congresso o desgosto que certamente lhe dei, por não haver omitido nesta comunicação certos termos insolitos da nota alemã que tanto me surpreenderam ao lê-la.

CARLOS GOMES & C.^A

CASA FUNDADA EM 1889

LISBOA (CASA MATRIZ) - *Rua dos Fanqueiros, 12*

LONDRES - *72, Mark Lane E. C. 20* PORTO - *Rua Sá da Bandeira, 229*
LOANDA - *R. Salvador Correia, 10* BARCELONA - *Rambla Cataluñã, 82 pal.*

AGENCIAS EM:

Yokohama
Kobe
Nagasaki
Hong-Kong
Calcuttá
Macau
Madrás
Foochow

Shangai
Dilly
Singapura
Penang
Gôa
Colombo
Bombaim
Liverpool

Copenhague
Amsterdã
Havre
Marsella
Genova
Milão
Palermo
Sevilha

Madrid
New-York
Stokholmo
Christiania
Funchal
Las Palmas
Teneriffe
S. Thomé e Príncipe

S. Vicente
Praia
Bolama
Loanda
Mossamedes
Manaus
S. Paulo
Pernambuco

ATLANTIDA

SUMARIO DO NUMERO 4

<i>Um trecho da Guerra marítima e a lição do Brazil</i>	Helio Lobo
<i>Pobre Jico!</i>	Teixeira de Queiroz
<i>Decadencia</i>	João Luso
<i>Ovidio Furioso</i>	Eugenio de Castro
<i>Eterna Febre</i>	Mario Artagão
<i>Edificios Escolares</i>	Raul Lino
<i>Molhado até aos ossos!</i>	Souza Pinto
<i>O Velho Borges</i>	Julio Brandão
<i>A Casa de Camilo em S. Miguel de Seide</i>	Alfredo Mesquita
<i>A ação da mulher na America</i>	Mario d'Alencar
<i>Imagem Perdida</i>	Costa Ferreira
<i>Os ossos do Padre José Agostinho</i>	João do Rio
<i>Que pena ser só ladrão!</i>	

REVISTA DO MEZ

<i>Régis de Oliveira</i>	Redacção
<i>Notas do Tempo e fóra do Tempo</i>	Joaquim Manso
<i>Chronica Musical</i>	Humberto d'Avellar
<i>A Exposição Souza Pinto</i>	José de Figueiredo
<i>O Mez literario</i>	J. Manso
<i>O Movimento Theatral Brasileiro</i>	Abadie
<i>Os Theatros em Lisboa</i>	Avelino d'Almeida
<i>Relatorio do Vice Consul Portuguez em Pernambuco</i>	Francisco Pinto

NOTICIAS & COMENTARIOS

Desenhos de Raul Lino e Manoel Gustavo Bordallo Pinheiro.

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MEZA

